

FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DE LINHARES - FACELI

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

MODALIDADE PRESENCIAL

Linhares, ES

2019

FUNDAÇÃO FACULDADES INTEGRADAS DE ENSINO SUPERIOR DO
MUNICÍPIO DE LINHARES – FUNDAÇÃO FACELI

Poder Público Municipal – Prefeito

Sr. **Guerino Luiz Zanon**

Presidente da Fundação Faceli

Prof. Me. **Jussara Carvalho de Oliveira**

Diretor Acadêmico da Fundação Faceli

Profª. Esp. **Renata Alves Batista Basso**

Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Faceli

Esp. **Paulo Henrique Miranda Santana**

Coordenador do Curso de Direito da Faceli

Prof. Me. **Bernardo Augusto Gomes Rodrigues**

Comissão de Elaboração e Revisão do Projeto Pedagógico do Curso

Presidente:

Prof. Me. **Jussara Carvalho de Oliveira**

Membros:

Prof. Me. **Tiago Cação Vinhas**

Profª. Me. **Lara Ferreira Lorenzoni**

Prof. Me. **Ozório Vicente Netto**

Profª. Dra. **Ludimila Caliman Campos**

Procurador **Diego Siqueira Hemerly**

Chefe de Gabinete **Roberto Calmon Friço**

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	10
3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	15
3.1 MISSÃO INSTITUCIONAL	16
3.2 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS	16
3.3 RELACIONAMENTO ENTRE MANTENEDORA E MANTIDA.....	17
4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA.....	18
4.1 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	19
4.1.1 <i>Ensino</i>	21
4.1.2 <i>Pesquisa</i>	21
4.1.3 <i>Extensão</i>	22
5 JUSTIFICATIVA DA INSERÇÃO DO CURSO PARA A REGIÃO.....	22
5.1 DEMANDA PELO PROFISSIONAL DE DIREITO.....	26
6 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	28
6.1 CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO E DA IDENTIDADE DO CURSO DE DIREITO NA FACELI	29
7 OBJETIVOS.....	30
7.1 OBJETIVO GERAL	30
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	30
8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PREVISTAS	31
9 CURRÍCULO DO CURSO.....	40
9.1 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	41
9.2 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO(A) EGRESSO(A)	46
9.3 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	49

10 METODOLOGIA DE ENSINO.....	49
10.1 FORMAS DE INTERDISCIPLINARIDADE	51
10.2 MODOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	52
10.2.1 Estágio de Prática Jurídica.....	53
10.2.2 Atividades Complementares	53
10.2.3 Visitas Técnicas	54
10.2.4 Monitoria	54
10.2.5 Trabalho de Curso.....	55
11 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO	55
11.1 AVALIAÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	55
11.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	57
11.3 EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO.....	58
12 INFRAESTRUTURA FÍSICA PARA O CURSO	58
12.1 BIBLIOTECA.....	61
12.2 SALAS DE AULA.....	67
12.3 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	67
13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	67
13.1 PLANEJAMENTO	67
13.2 CURRÍCULO DO CURSO.....	68
13.3 EMENTÁRIO PARA INGRESSANTES A PARTIR DE 2020	140
13.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	250
14 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO	250
15 APOIO E ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE.....	252
16 APOIO PEDAGÓGICO	254
16.1 MONITORIAS	254
16.2 GRUPOS DE ESTUDO	254

16.3 PROJETOS DE PESQUISA	254
17 APOIO À PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS.....	254
18 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	266
19 COORDENADOR DO CURSO	271
19.1 CURRÍCULO DO COORDENADOR: FORMAÇÃO ACADÊMICA	271
19.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO	272
19.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO.....	272
20 COLEGIADO DE CURSO	273
21 CORPO DOCENTE DO CURSO	273
21.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CORPO DOCENTE	273
21.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO OU NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	274
21.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO.....	275
21.4 DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA ÀS DISCIPLINAS MINISTRADAS	280
21.5 PRODUÇÃO DOCENTE	285
21.6 APOIO PEDAGÓGICO AOS DOCENTES	288
22 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS	288
23 REFERÊNCIAS.....	289

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Graduação em Direito

Situação: Renovação do Reconhecimento

Mantenedora: Fundação Faculdades Integradas de Ensino Superior do Município de Linhares – Faceli

Endereço: Av. Presidente Costa e Silva, nº 177, bairro Novo Horizonte – Linhares/ES.

Mantida: Faculdade de Ensino Superior de Linhares – Faceli

Número de vagas: 100 (cem) vagas.

Regime: Seriado Semestral.

Turnos de Funcionamento: Matutino/Vespertino/Noturno

Duração: 10 (dez) semestres ou 05 (cinco) anos.

Duração da hora/aula: 50 minutos.

Calendário Escolar: 200 (duzentos) dias letivos, distribuídos em 02 (dois) períodos regulares de 100 dias cada.

Carga Horária Total: 3.766,66 (três mil, setecentas e sessenta e seis, sessenta e seis) horas/aula, destinadas às disciplinas curriculares, 200 (duzentas) horas de Estágio Curricular Supervisionado e 200 (duzentas) horas de Atividades Complementares.

Integralização da Carga Horária do Curso: A carga horária do curso será integralizada no mínimo em 05 (cinco) anos e no máximo em 10 (dez) anos.

Bases Legais do Curso

Legislação Federal

Parecer CNE/CES nº 146, de 3 de abril de 2002 - Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Dança, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado

Executivo, Teatro e Turismo. Este foi revogado pelo Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003.

Parecer CNE/CES 67, de 11 de março de 2003 - Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. (*) Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CES nº 211, de 8 de julho de 2004 - Reconsideração do Parecer CNE/CES 55/2004, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito.

Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Parecer CNE/CES nº 236/2009, aprovado em 7 de agosto de 2009 - Consulta acerca do direito dos alunos à informação sobre o plano de ensino e sobre a metodologia do processo de ensino-aprendizagem e os critérios de avaliação a que serão submetidos.

Parecer CNE/CES nº 362/2011, aprovado em 1º de setembro de 2011 - Solicitação para que seja verificada a possibilidade de se aperfeiçoar a redação do art. 7º, § 1º, da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que trata dos núcleos de prática jurídica.

Parecer CNE/CES nº 150/2013, aprovado em 5 de junho de 2013 - Revisão do Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Legislação Estadual

Resolução CEE/ES Nº 1.386/2006, de 28 de novembro de 2006 - Autoriza o funcionamento dos cursos de Administração e Direito

Resolução CEE/ES Nº 1.670/2008, de 17 de abril de 2008 - Restabelece a autorização de funcionamento dos cursos de Administração e Direito.

Resolução CEE/ES Nº 3.181/2012, de 16 de julho de 2012 - Prorroga a autorização para o funcionamento do curso de Direito até o final do ano letivo de 2014.

Resolução CEE Nº 3.691/2014, de 05 de fevereiro de 2014 - Aprova o Regimento Interno da FACELI

Resolução CEE/ES Nº CEE 3.777/2014, de 08 de maio de 2014 – Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo.

Resolução CEE/ES Nº 4.020/2014, de 17 de dezembro de 2014 - Prorroga a autorização para a oferta do Curso de Graduação em Direito até 31/07/2015.

Resolução CEE Nº 4.245/2015 de 22 de julho de 2015 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Resolução CEE Nº 4.246/2015, de 22 de julho de 2015 - Prorroga a vigência da Resolução CEE Nº 4.020/2014 referente ao Curso de Direito até 30/06/2016.

Resolução CEE Nº 4.549/2016, de 19 de maio de 2016 - Prorroga a vigência da Resolução CEE Nº 4.246/2015 referente ao Curso de Direito até 30/12/2016.

Resolução CEE Nº 4.682/2016, de 15 de dezembro de 2016 - Reconhece o Curso de Bacharel em Direito, ministrado na Faculdade de Ensino Superior de Linhares - FACELI.

Forma de ingresso

A Faceli realiza processo seletivo anual para ingresso no curso de Graduação em Direito, disponibilizando 100 vagas, por meio de edital próprio (em anexo).

A inscrição no processo seletivo é feita unicamente por meio da nota obtida no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) nos dois últimos anos do exame, devendo

o(a) candidato(a) escolher com qual nota irá concorrer, caso tenha realizado o exame nos dois anos.

1.1 Em cumprimento à Lei Municipal nº 3.355, de 30 de outubro de 2013, fica estabelecido o regime de cotas:

1.1.1 Do total das vagas ofertadas, por curso e turno, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas para candidatos(as) que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino.

1.1.2 No preenchimento das vagas mencionadas no item anterior, 50% (cinquenta por cento) serão reservadas aos(às) estudantes oriundos(as) de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, tomando como base o valor do salário mínimo vigente no ato da inscrição.

1.1.3 Ainda dentro da reserva de vagas aos alunos oriundos da rede pública de ensino, 15% (quinze por cento) das vagas serão preenchidas, por curso e turno, pelos(as) candidatos(as) que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I. Ter cursado o ensino médio integralmente na rede pública de ensino;

II. Ter cursado pelo menos um ano do ensino fundamental na rede pública de ensino.

1.1.3.1 No caso de não preenchimento de todas as vagas segundo os critérios estabelecidos neste item, as vagas remanescentes serão preenchidas pelos(as) candidatos(as) melhor classificados(as) que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

1.1.4 Os 35% (trinta e cinco por cento) restantes, serão destinados a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino.

1.2 É importante ressaltar que todos(as) os(as) candidatos(as) cotistas concorrem simultaneamente às vagas da ampla concorrência e às vagas da sua respectiva cota, conforme demonstrado no Quadro 1.

AMPLA CONCORRÊNCIA	50%
Grupo AC - 50% - ampla concorrência (cotistas e não cotistas)	25 vagas

COTISTAS	50%
Grupo C1 - 50% - Para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.	12 vagas
Grupo C2 - 35% - Para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino.	09 vagas
Grupo C3 - 15% - Para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública de ensino, e que tenham estudado pelo menos um ano de ensino fundamental na rede pública de ensino.	04 vagas
TOTAL DE VAGAS POR CURSO/TURNO	50 vagas

Quadro 1. Distribuição das vagas por cotas

2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTENEDORA

A Fundação Faculdades Integradas de Ensino Superior do Município de Linhares – **Fundação Faceli**, criada pela Lei Municipal Nº 2.561, de 15 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº. 2.681, de 18 de abril de 2007 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução CEE Nº. 1.343, de 20 de setembro de 2006, com sede na Av. Presidente Costa e Silva, 155, CEP 29.902-120, BNH, Linhares-ES, é entidade da Administração Pública Indireta constituída sob a forma de Fundação Pública Municipal, mantenedora da Faculdade de Ensino Superior de Linhares – **Faceli**.

Nos termos da Lei Municipal nº 2.681/2007, o Poder Executivo, por meio de Decreto, nomeará os membros da Diretoria Executiva, que é constituída por 3 (três) membros:

- I. Diretor(a) Presidente.
- II. Diretor(a) Administrativo(a) Financeiro(a)
- III. Diretor(a) Acadêmico(a)

Identificação e Formação da Diretora Acadêmica

Nome: Renata Alves Batista Basso

Nomeação: Decreto nº 019/017 de 02/01/2017

Formação:

Graduação: Licenciatura Plena em Pedagogia – Supervisão Escolar

Especialização: Pós-Graduação Lato Sensu em Alfabetização e Linguística

Pós-Graduação Lato Sensu em Supervisão Escolar

Composição Técnico Administrativa

O regime jurídico de pessoal da Fundação Faceli é o estatutário, devendo seu quadro ser composto de docentes e de pessoal de apoio técnico e administrativo, aprovados em concurso público de provas e títulos, ou contratados por tempo indeterminado, para atender às excepcionalidades, na forma prevista pela Lei Municipal nº 3501 de 27 de abril de 2015 e Lei Municipal Complementar 032 de 09 de março de 2016.

O Corpo Técnico Administrativo é composto pelos servidores abaixo:

Nome do Servidor	Formação	Cargo
ADRIANA DOS SANTOS GIMENEZ	BIBLIOTECONOMIA	BIBLIOTECÁRIA
ADRIELLY SILVA SANTOS	PSICOLOGIA	TÉCNICO MUNICIPAL
ALECIO FRANCA BATISTA	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ALESSANDRA ZANARDI PAGUNG	ADMINISTRAÇÃO E DIREITO	TÉCNICO MUNICIPAL
ANA PAULA TRAGINO GIRALDELI	PEDAGOGIA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
ANDERSON EBERDT	TÉCNICO EM TECNOLOGIA	TÉCNICO EM

MENDES	DA INFORMAÇÃO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
BERNARDO AUGUSTO GOMES RODRIGUES	DIREITO - MESTRADO	COORDENADOR DE CURSO
BRICIO GERALDO CUTINI	ADMINISTRAÇÃO	TÉCNICO MUNICIPAL
BRUNO GIMENES	DIREITO	SECRETÁRIO ACADÊMICO
CAMILA BIZI SILVA	DIREITO	AGENTE ADMINISTRATIVO
CLAUDIA MARCHESI DE ALMEIDA	DIREITO	PROCURADORA FUNDACIONAL
CRISTINA GIOVANELLI BIANCARDI	ADMINISTRAÇÃO	ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA
DIEGO HEMERLY SIQUEIRA	DIREITO	PROCURADOR GERAL
ELAINE CORDEIRO DO NASCIMENTO	COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO	SECRETÁRIO ACADÊMICO
EMILIANE MAGRI DA SILVA	PEDAGOGIA	TRADUTORA/ INTERPRETE DE LIBRAS
GERALDO TADEU SCARAMUSSA DA SILVA	DIREITO	COORDENADOR DE NPJ
GLEICIELI TARDIN	ENSINO MÉDIO	AUXILIAR DE SECRETARIA
GRACIETE APARECIDA DA SILVA AMARO	PEDAGOGIA	ASSISTENTE TÉCNICO- PEDAGÓGICO
JARDEL TERCIO FLORES	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E

		COMUNICAÇÃO
JOSE MARCELINO SFALSIM	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	COORDENADOR DE CPA
JOSIMARA DAS NEVES SOUZA	ENSINO MÉDIO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
JUSSARA CARVALHO DE OLIVEIRA	COMUNICAÇÃO SOCIAL - MESTRADO	PRESIDENTE
KAMYLIA MARIA PEZZIN	ENSINO MÉDIO	AUXILIAR DE SECRETARIA
KASTHER HUGO DE PAULA	ENSINO MÉDIO	TÉCNICO MUNICIPAL
KELLY DE SOUZA DO NASCIMENTO VIEIRA	ADMINISTRAÇÃO	AUXILIAR DE SECRETARIA
LOUIZE RISSARI DEMARTHA	ENSINO MÉDIO	AGENTE ADMINISTRATIVO
MARINA SALVALAIO DA SILVA	ENSINO MÉDIO	TÉCNICO MUNICIPAL
MARYANA BITTI SALAZAR	DIREITO	AGENTE ADMINISTRATIVO
MIRELLA DOS SANTOS MEIRELES	ENFERMAGEM	AGENTE ADMINISTRATIVO
MONICA GONCALVES RIBEIRO	ENSINO MÉDIO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
NILCEIA GIOVANELLI BIANCARDI DE MATTOS	ADMINISTRAÇÃO	COORDENADORA DE ESTÁGIO
PAULO HENRIQUE MIRANDA SANTANA	ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA DA PRODUÇÃO	DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
REGINA CELIA MONTEIRO LIMA	PEDAGOGIA	MONITORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
RENATA ALVES	PEDAGOGIA	DIRETORA

BATISTA BASSO		ACADÊMICA
RENATA ROCHA AGUIAR	ADMINISTRAÇÃO	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
ROBERTO CALMON FRICO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ROBERTO RANGEL	ENGENHARIA MECÂNICA	AUXILIAR DE BIBLIOTECA
RONER FACINI	TECNÓLOGO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SALATIEL DOS SANTOS RIBEIRO	PEDAGOGIA - MESTRADO	COORDENADOR DE CURSO
SAVIO PAGUNG CASAGRANDE	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CONTADOR
VALERIO GIVISIEZ VILETE SANTOS	ADMINISTRAÇÃO - MESTRADO	COORDENADOR DE CURSO
VANESSA APARECIDA DEL PENHO	PEDAGOGIA	ASSISTENTE TÉCNICO-PEDAGÓGICO
WELTON CASTOLDI	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
ZILDA MARIA FANTIN MOREIRA	LETRAS - MESTRADO	COORDENADORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Quadro 2. Composição Técnico Administrativa

A Fundação tem como finalidades:

- I. Manter a Faculdade de Ensino Superior de Linhares em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e outras instituições que a Fundação criar na mesma área dos seus fins.
- II. Estimular o progresso da ciência, das artes, do pensamento e da tecnologia.
- III. Formar cidadãos conscientes capazes de contribuir para o aperfeiçoamento humano e da sociedade em geral.
- IV. Estimular a pesquisa e a extensão, permanentemente atenta à evolução da sociedade, sensível aos seus anseios e compromissada com seus problemas.
- V. Contribuir para a formação científica, cultural, moral e cívica de indivíduos com vistas ao desenvolvimento da sociedade.
- VI. Colaborar com as instituições de todo o País na elevação dos diferentes níveis de ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento local, regional e nacional.

A Fundação não tem objetivos econômicos e não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos membros da Diretoria Executiva, mantenedores ou associados, e os saldos que se verificarem em seus balanços serão aplicados no Município, quer no aumento do patrimônio da Fundação, quer na constituição de fundos ou em outras formas de aplicação que visem a assegurar a sua continuidade. Os serviços prestados e as atividades exercidas pela Fundação e suas organizações mantidas estendem-se a quaisquer entidades ou cidadãos, independentemente de cor, nacionalidade, condição sexual, credo político ou religioso.

3 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA

A Faculdade de Ensino Superior de Linhares – Faceli, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Linhares, Estado do Espírito Santo, é uma instituição pública municipal de ensino superior, entidade da Administração Pública Indireta, sem fins lucrativos, criada pela Lei Municipal Nº 2.561, de 15 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº. 2.681, de 18 de abril de 2007 e credenciada pelo Conselho Estadual de Educação pela Resolução - CEE nº. 1.343, de 20 de setembro de 2006. É regulamentada por um Regimento Geral, aprovado pelo Consup (Conselho Superior da Faculdade) e pelo Conselho Estadual de Educação

do Espírito Santo (CEE) na Resolução CEE Nº 3.691/2014, de 05 de fevereiro de 2014.

Os detalhamentos da constituição administrativa e acadêmica da Faculdade estão presentes no Regimento Geral e no Estatuto da Fundação.

3.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

É Missão da Faceli a formação da pessoa como profissional competente, estimulando a formação continuada, a conduta ética e o exercício da cidadania, e está alicerçada nos seguintes pilares:

- Ênfase na formação da pessoa como cidadão(ã) e participante do meio social;
- Incentivo à postura ética no desempenho profissional e na vivência como cidadão(ã);
- Promoção do desenvolvimento do espírito crítico;
- Desenvolvimento de habilidades e competências para o exercício profissional;
- Estímulo permanente ao aperfeiçoamento profissional e cultural.

3.2 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

São objetivos da Faceli:

- I. Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade e para prosseguir na sua formação continuada;
- III. Contribuir para a formação de profissionais comprometidos tanto com a postura ética na área de suas aptidões quanto para o exercício efetivo da cidadania.
- IV. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da criação e difusão da cultura e, desse modo, promover o desenvolvimento da pessoa humana e do meio em

que vive, atuando com consciência ecológica voltada para uma sociedade mais sustentável;

- V. Promover a extensão como instrumento de formação de profissionais com vivência na comunidade, mediante cursos e serviços especiais, prestando colaboração constante à solução de problemas a ela relacionados;
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- VII. Criar as condições de especialização e aperfeiçoamento técnico e científico aos seus recursos humanos, tanto aos docentes quanto aos servidores da área técnica da administração;
- VIII. Proporcionar assistência profissional à comunidade local, regional, nacional e internacional, na forma de consulta, assessoria e prestação de serviços às instituições em matérias vinculadas à sua Missão, aos seus Objetivos e às suas Atividades, como Instituição que atua integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

3.3 RELACIONAMENTO ENTRE MANTENEDORA E MANTIDA

A Mantenedora é responsável pela Faculdade perante as autoridades e o público em geral, incumbindo-se de tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitados os limites da Lei e do Regimento, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente, a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Compete precipuamente à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento da Faculdade, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes fatores humanos e recursos financeiros.

A Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil e patrimonial da Faculdade. Dependem de aprovação da mantenedora: o orçamento anual da faculdade; a assinatura de convênios, contratos ou acordos; as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita; a

admissão, punição ou dispensa de pessoal; a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais; e alterações regimentais.

Compete também à mantenedora designar, na forma prevista no Regimento, o(a) Diretor(a), cabendo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade, conforme Lei Municipal 2.682 de 18/04/2007.

Cabe ao(à) Diretor(a) a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, chefia, coordenação ou assessoramento da Faculdade; Compete também à mantenedora designar, na forma prevista no Regimento, o(a) Diretor(a), cabendo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo da Faculdade, conforme Lei Municipal 2.682 de 18/04/2007. Cabe ao(à) Diretor(a) a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, chefia, coordenação ou assessoramento da Faculdade.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA

A Faculdade de Ensino Superior de Linhares – Faceli é uma instituição de ensino superior, de estudo, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científica técnica e cultural, pública, sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Faceli, com limite territorial de atuação circunscrito ao município de Linhares, Estado do Espírito Santo, credenciada pela Resolução CEE Nº 1343/2006 de 20 de setembro de 2006, publicado no diário oficial em 27 de setembro de 2006.

Em 28 de novembro de 2006, a Faceli, por meio da resolução CEE Nº 1386/2006, recebeu a autorização para o funcionamento dos cursos de Administração e Direito, ato restabelecido pela Resolução CEE Nº 1670/2008. O curso de Administração foi reconhecido em 2011, pela Resolução do CEE nº 2.831/2011. Em 06 de fevereiro de 2007, foi autorizado o funcionamento do curso de Pedagogia por meio da Resolução CEE nº 1.431/2006, publicado em 06 de fevereiro de 2007.

Em 19 de novembro de 2014, pela Resolução CEE Nº 3.965/2014, teve renovado o reconhecimento do Curso de Bacharelado em Administração.

Em 06 de dezembro de 2016, pela Resolução CEE-ES Nº 4.676/2016 teve o curso de Licenciatura em Pedagogia reconhecido e em 15 de dezembro de 2016, pela

Resolução Nº CEE-ES Nº 4.682/2016 teve reconhecido o curso de Bacharelado em Direito.

Foi inaugurada em 23 de agosto de 2007, com sede localizada no Bairro Aviso, e nasceu da necessidade de se proporcionar aos estudantes maior inserção social, buscando atender a demanda por formação profissional pública e de qualidade.

Em novembro de 2016 foi inaugurada nova sede no Bairro Novo Horizonte com amplas e modernas instalações.

Além dos cursos que foram autorizados, a Faceli incorporou ao seu quadro de discentes, os alunos oriundos das Faculdades Integradas Norte Capixaba – Fanorte, instituição particular que foi adquirida pelo Município e transformada em faculdade pública, de onde se originou a Faceli.

Atualmente, a Instituição conta com 1113 (mil cento e treze) alunos, distribuídos entre os cursos de Graduação (Administração, Direito e Pedagogia). A partir do segundo semestre de 2019, ingressarão mais 150 (cento e cinquenta) alunos nos referidos cursos.

A Faculdade, além de priorizar o ensino de qualidade, tem incentivado o desenvolvimento da pesquisa e de atividades de extensão estabelecendo assim, uma relação dinâmica entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Dessa forma, a Faculdade vem contribuindo com o desenvolvimento econômico, cultural e social dos alunos e, conseqüentemente, da região em que se insere.

4.1 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

O norteamento pedagógico da Faceli assenta-se nos eixos:

- a) Articulação permanente entre teoria/prática na formação de profissionais:
Entende-se que a formação da pessoa para o exercício consciente de seu papel social exige que o ensino se volte para a apropriação de teorias, volte-se também para criar situações que possibilitem o apreender a realidade e, de posse dos novos conhecimentos adquiridos, ter-se condições de utilizá-los em prol do bem-estar da coletividade.

- b) Desenvolvimento da ética como princípio fundamental desse profissional: As transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas exigem dos gestores novas capacidades, impulsionam o debate sobre os princípios éticos e de competitividade, e conduzem a um contínuo repensar de valores, modelos e comportamentos adotados. Nesse cenário, buscamos garantir uma formação dos(as) educandos(as) com qualidade, considerando os pressupostos básicos do ensino superior, vinculados a questões éticas e humanas.
- c) Responsabilidade em estimular o pensamento reflexivo: Entende-se que socializar os resultados dessas atividades é compromisso da Instituição e, um dos canais é a sua divulgação via periódicos produzidos na IES, em palestras e seminários nas comunidades próximas à Faculdade, em revistas científicas, da Instituição ou de outras que aceitem as publicações.
- d) Compromisso de estimular a cultura e a criação cultural: além da promoção e divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, por meio de publicações ou de outras formas de comunicação, a Faceli busca valorizar as manifestações culturais locais e de âmbito regional e nacional, por meio da interação entre os(as) alunos(as) e a comunidade, com apresentações integradas no âmbito da Faculdade.
- e) Compromisso com o ensino/aprendizagem aliado à pesquisa e à extensão: Buscar soluções para problemas apresentados pela realidade implica, principalmente, capacidade investigativa que possibilite à pessoa visualizar, refletir e avaliar as causas de um fenômeno e propor estratégias para mudar situações. A prática orientada na graduação e nas atividades de extensão vem criar condições que propiciem aos(às) alunos(as) o desenvolvimento das habilidades necessárias.

Nesse ínterim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvem-se da seguinte forma:

4.1.1 Ensino

A proposta de ensino adotada pela Faceli é definida a partir da missão e objetivos institucionais e visa a nortear a formação de profissionais competentes, comprometidos com a formação continuada, com a conduta ética e com o exercício da cidadania. Nessa concepção, o(a) aluno(a) constitui o centro do processo de ensino-aprendizagem.

O ensino compreende cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão. No que se refere ao ensino de Graduação, a Faculdade oferece atualmente os seguintes cursos de graduação:

- Administração – Bacharelado;
- Direito – Bacharelado;
- Pedagogia – Licenciatura

A Faceli, visando à formação continuada de seus egressos e da comunidade, ofertará, por meio do Núcleo de Pós-Graduação, cursos de Pós-Graduação Lato Sensu nas áreas de seus respectivos cursos de Graduação.

4.1.2 Pesquisa

Por meio do incentivo à pesquisa, a Faculdade visa a despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de Graduação, pois entende que a pesquisa está na base da atividade de produção do conhecimento.

O incentivo à pesquisa da Faculdade está norteado pelos seguintes princípios:

- Utilização da pesquisa como método investigativo nas práticas de ensino, incorporada à rotina das atividades pedagógicas;
- Constituição de uma cultura acadêmica em que se combine a transmissão de conhecimentos com a construção de novos saberes;
- Apoio a uma atitude proativa na construção do saber;
- Estímulo ao aumento da produção científica no âmbito acadêmico;
- Divulgação das produções científicas geradas no âmbito acadêmico por meio da Jornada Científica e respectiva publicação nos anais do evento;

- Incentivo à participação dos docentes e discentes em eventos científicos externos como simpósios e congressos, divulgando os trabalhos produzidos;
- Incentivo à realização de programas de pesquisa e iniciação científica por parte dos docentes, tais como grupos de estudo e grupos de pesquisa.
- Apoio na edição de livros temáticos com artigos de discentes e egressos, docentes e convidados.

4.1.3 Extensão

A política de gerenciamento e apoio à extensão é desenvolvida pela Coordenação de Pesquisa e Extensão, que também é responsável pelos cursos de Capacitação e de Aperfeiçoamento.

Os Cursos de extensão consistem no processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Faculdade e a sociedade local, e visam à:

- Desenvolver programas de ação comunitária e prestação de serviços educacionais;
- Possibilitar a educação continuada, por meio de cursos de aperfeiçoamento profissional;
- Promover eventos de natureza cultural e científica, nas suas diversas modalidades.

5 JUSTIFICATIVA DA INSERÇÃO DO CURSO PARA A REGIÃO

Linhares foi emancipada politicamente em 1943, é o maior município em área territorial do Estado, e tem sua sede cortada em toda a extensão pela BR 101 - rodovia que interliga o Sul ao Nordeste do Brasil, por onde são transportados os principais produtos da região. O município está localizado a 130 km de Vitória, a capital do Espírito Santo.

Atualmente, a economia do município está baseada na agricultura, produção florestal, pecuária, comércio, indústrias e extração de petróleo e gás.

De acordo com dados do IBGE, de 2015, o município possui aproximadamente 3.633 (três mil, seiscentas e trinta e três) empresas, entre estabelecimentos comerciais, indústrias e de empresas de prestação de serviços, com um PIB total de R\$ 5.239.007.000,00 (cinco bilhões, duzentos e trinta e nove milhões e sete mil reais), e renda per capita de R\$ 32.011,14 (trinta e dois mil, onze reais e quatorze centavos).

No que tange à abertura de novos postos de trabalho, Linhares ocupa, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes a 2018, a 3º colocação no Estado, com um crescimento de aproximadamente, 11% (onze por cento) em relação a anos anteriores.

Nos dois últimos anos, por meio de ações de captação de empresas para atuarem no Município de Linhares, realizadas pelo Poder Público Municipal, já obteve os seguintes resultados, conforme Quadro 3:

Empresa	Ano de implantação	Geração de Empregos
Ampliação e modernização da Brametal S/A	2017/2018	500 empregos diretos
Ampliação da Weg Motores S/A	2017/2018	500 empregos diretos
Randon Implementos Rodoviários	2018/2019	350 empregos diretos nas áreas administrativas e de produção.
Companhia Cacique de Café Solúvel	2019/2020	350 empregos diretos.
Hospital Linhares Medical Center	2020	750 empregos diretos
Fimag	2020	200 empregos diretos

Quadro 3. Novos empreendimentos em implantação em Linhares

O município de Linhares apresenta condições favoráveis para o desenvolvimento da agropecuária e outras atividades econômicas. A agricultura sempre teve papel relevante na economia local.

Entre as principais atividades destacamos a cafeicultura, fruticultura, pecuária, silvicultura e aquicultura. Linhares é um dos polos de agronegócio nacional mais diversificados devido ao elevado nível profissional dos produtores rurais independente do porte.

Atualmente, de acordo com dados do IBGE, o município destaca-se na produção de nove culturas agrícolas sendo líder nessas produções em âmbito estadual.

O café, principal produto agrícola local, gera em torno de R\$ 70 milhões somente na produção. Seguido do mamão, com cerca de R\$ 55 milhões, pecuária, cana de açúcar, coco, cacau, tilápia, entre outros.

Além do aspecto econômico e social, o agronegócio também contribui no aspecto ambiental, cultural e histórico de Linhares.

Recentemente, produtos locais têm ganhado o mundo pela qualidade reconhecida. É o caso do cacau que foi eleito o melhor do Brasil em 2017 e entre os dezoito melhores do mundo. A cachaça de Linhares também recebeu prêmio nacional e internacional pela qualidade e o mamão que há décadas é exportado para vários mercados no exterior é referência mundial pela qualidade, entre outros produtos.

O agronegócio de Linhares posiciona-se com grandes oportunidades no mercado nas mais variadas frentes de trabalho.

Na produção florestal, o destaque é para o plantio de eucalipto, destinado à produção de celulose, indústria moveleira e construção civil. No entanto um novo ciclo de produção se inicia com plantio de seringueira, palmitos e florestas nativas.

No segmento industrial, destacam-se as empresas do ramo moveleiro, de confecção, produção de álcool, motores, gêneros alimentícios - frangos, refrigerantes, laticínios, sucos - sendo essa última de referência nacional e internacional. Também há empresas de produção de aguardente, polpas de frutas, farinha, de beneficiamento de cacau e café, de metal/mecânico, entre outros.

O polo moveleiro está entre os seis mais importantes do país, projetando o município também em nível internacional.

A indústria de confecções está em crescimento, com algumas empresas que vêm se destacando em nível nacional, sobretudo na produção de roupas jeans.

Quanto à produção de álcool, o município conta com uma empresa que produz uma média mensal de 4,5 milhões de litros de álcool combustível.

No setor metal/mecânico, destacam-se indústrias responsáveis pela fabricação de tubos de aço, perfis estruturais e telhas, além de torres de linhas de transmissão de energia e postes de alta tensão, cuja produção foi dobrada a partir de 2018, com a ampliação da planta fabril. O setor conta ainda com uma moderna planta de produção de motores elétricos que teve sua ampliação realizada em 2017. As indústrias desse setor atendem ao mercado fornecendo produtos para empresas de grande porte, inclusive com abrangência internacional.

No ramo de recursos minerais, Linhares vem se destacando com a exploração das bacias petrolíferas, ressaltando o complexo da Lagoa Parda/Petrobrás, situada a 55 Km do centro de Linhares, no distrito de Regência. Há também exploração de gás natural, em uma reserva com estimativa de 1,25 bilhões de metros cúbicos, localizada em Cacimbas.

O município apresenta um grande potencial turístico, uma vez que possui o maior litoral do Estado, com as praias do Pontal do Ipiranga, Povoação, de Regência e a de Barra Seca – única praia para a prática do naturismo no Estado. Além das praias, 69 lagoas localizam-se no município, sendo a Juparanã a maior do país, em volume de água doce e a segunda em extensão.

A inauguração do novo aeroporto, prevista para novembro de 2019, irá incrementar ainda mais o turismo de lazer e de negócios na região, contando inclusive com voos para importantes capitais do país.

A Região possui também um ecossistema considerado de extrema importância por seus espécimes animais e vegetais. Conta com três unidades de conservação: a Reserva Biológica de Sooretama, a Reserva Biológica de Comboios e a Floresta Nacional de Goytacazes. Outra atividade de grande relevância é o de preservação da tartaruga marinha, realizada pelo Projeto TAMAR/ IBAMA.

Na área de inovação e revolução criativa, o Município está dando os primeiros passos, com a implantação do Fórum de Inovação de Linhares, do qual a Faceli é membro integrante.

Linhares também se destaca quando o assunto é formação superior na área da educação, alcançando a 6ª colocação no Estado, segundo dados relativos ao ano de 2018, possuindo 7.888 (sete mil, oitocentos e oitenta e oito) educadores com curso superior, mestrado e doutorado.

Nos últimos anos, houve um crescimento demográfico elevado. Dados do IBGE de 2018 demonstram que há em Linhares, aproximadamente 170.500 (cento e setenta mil e quinhentos) habitantes.

5.1 DEMANDA PELO PROFISSIONAL DE DIREITO

O curso de Direito da Faceli vem atender a uma demanda da região norte do Espírito Santo, bem como do sul da Bahia, possibilitando a formação de profissionais capazes de atuar nas esferas privada e pública.

No que se refere ao âmbito privado, o bacharel em Direito, devidamente habilitado e inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, é apto a prestar assistência técnico-jurídica como advogado ou como consultor jurídico em diferentes áreas do conhecimento humano.

No que tange à esfera pública, não obstante as opções de concurso específicas para aqueles que possuem formação superior jurídica, oferecidas no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público, não são raros os concursos destinados ao preenchimento de vagas no Poder Executivo que também contemplam um vasto conteúdo jurídico.

A região de atuação da Faculdade compreende diretamente o município de Linhares, além de uma parte considerável das regiões circunvizinhas, somando 574.480 mil habitantes somente no norte do Estado, segundo dados do IBGE/2018, como demonstra Tabela 1.

Tabela 1. Município / Número de habitantes.

Municípios (Espírito Santo)	Nº de habitantes
Boa Esperança	14.982
Conceição da Barra	30.849
Jaguaré	29.904

João Neiva	16.614
Linhares	170.500
Montanha	18.770
Mucurici	5.552
Nova Venécia	49.780
Pedro Canário	25.982
Pinheiros	26.763
Ponto Belo	7.784
Rio Bananal	19.009
São Mateus	128.542
Sooretama	29.449
TOTAL	574.480

Fonte: Censo /2018 – IBGE

O Sul da Bahia agrega outros 730.000 (setecentos e trinta mil) habitantes, com boa parte buscando qualificação profissional de nível superior para atender a demanda gerada.

Face a esse contexto, os egressos do curso de Direito da Faceli terão uma ampla área de trabalho e poderão desenvolver seu papel na sociedade de modo a transformá-la em uma sociedade cidadã.

Quanto ao espaço de trabalho do profissional do Direito, a globalização, os Mercados Comuns (Europeu, Americano e Asiático) e Mercosul abriram novas oportunidades de trabalho.

Devido à formação generalista, o profissional em Direito encontra oportunidades de trabalho em quase todos os setores econômicos e produtivos como: indústria, comércio, serviços e também no agronegócio, atuando nos departamentos jurídicos das empresas privadas e se fazendo presente nas defesas de órgãos públicos e no ensino universitário.

Dessa forma, Linhares e região têm capacidade de absorção de seus egressos, bem como a vasta capacidade de inserção de novas oportunidades e novos negócios.

Tabela 2. Número de ingressantes no curso de Graduação em Direito da Faceli.

Ano de ingresso	Número de ingressantes
2010	0
2011	100
2012	50
2013	74
2014	118
2015	121
2016	120
2017	110
2018	122
2019/1	59
TOTAL	874

Fonte: Secretaria Acadêmica – Faceli

6 CONCEPÇÃO DO CURSO

A Faceli, em consonância com sua missão de “oferecer cursos nos diversos níveis, com elevado padrão de qualidade, contribuindo assim com o desenvolvimento sócio econômico-cultural e político do Município e da Região em que está inserida”, oferta o curso com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Direito, dispostas na Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018, objetivando formar profissionais éticos, dotados de sólida formação técnico-humanística e de visão crítica reflexiva, adequados às exigências do mercado e efetivamente comprometidos com o exercício da cidadania.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico do curso de Direito foi concebido em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito, e guarda consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Regimento Geral.

A delimitação do Curso pretende uma abordagem investigativa dos conteúdos, aliada a um rol de atividades complementares e ao estágio curricular supervisionado, com objetivo de proporcionar a formação de um(a) profissional jurídico(a) com excelente formação técnico-jurídica e visão crítica e humanística.

Nesse contexto, para atender as demandas atuais, em face das rápidas transformações e inovações científicas e tecnológicas, a matriz curricular do curso de Direito da Faceli contempla um eixo de formação geral, um eixo de formação técnico-jurídica e um eixo de formação prático-profissional.

6.1 CONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO E DA IDENTIDADE DO CURSO DE DIREITO NA FACELI

A identidade do Curso de Direito na Faceli constrói-se a partir de três eixos temáticos, a saber:

- Eixo de formação geral;
- Eixo de formação técnico-jurídica;
- Eixo de formação prático-profissional.

No que se refere ao **eixo de formação geral**, tem-se por objetivo a formação geral de modo a oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da educação, abrangendo estudos que envolvem saberes de outras áreas formativas. O **eixo de formação técnico-jurídica** prioriza, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se conteúdos essenciais referentes às principais áreas do Direito. O **eixo de formação prático-profissional** tem por meta a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica, por meio das disciplinas de Práticas Jurídicas, do Estágio Curricular Supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso, das Atividades Complementares, dos projetos de Pesquisa e Extensão e de outros eventos científicos propostos pela IES.

Esse modelo pedagógico, estruturado a partir desses três eixos de formação, embasado no desenvolvimento de uma postura ética e crítica dos(as) discentes,

proporciona uma formação diferenciada, possibilitando uma efetiva integração entre os(as) educandos(as) e a sociedade.

A organização das disciplinas e dos demais componentes curriculares busca estabelecer o equilíbrio dos conteúdos ministrados para a formação integral do(a) aluno(a), buscando associar o exercício da cidadania com a prática profissional.

O curso pretende, com base nesse Projeto Pedagógico, inserir-se no rol das Instituições de Ensino Superior comprometidas com a construção de um novo paradigma de ensino superior e com uma nova identidade do profissional do Direito.

7 OBJETIVOS

7.1 OBJETIVO GERAL

- Formar profissionais críticos, participativos, com habilidades e competências técnicas, pautados em uma conduta ética e cidadã, com visão pluralista da sociedade, aptos a desenvolver suas ações voltadas para a cidadania e desenvolvimento de sua região.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar formação teórico-jurídica, de maneira sistemática e interdisciplinar, que possibilite a interpretação e discussão crítica da ciência jurídica e dos instrumentos jurídico-normativos e a avaliação das situações jurídicas encontradas.
- Promover uma formação técnica e prática, mediante o domínio de conceitos, a utilização da legislação, jurisprudência e doutrina referentes ao Direito, favorecendo uma adequada utilização de processos e procedimentos, o correto uso dos termos e expressões jurídicas e o desenvolvimento da argumentação jurídica.
- Desenvolver a formação humanística, com base nos valores da sociabilidade e da ética, com vistas à prevenção e solução de conflitos e de questões sociais, econômicas, culturais e jurídicas.

- Proporcionar a construção do conhecimento por meio da investigação científica e da produção jurídico-acadêmica.
- Desenvolver, a partir de referenciais teóricos, técnicos e práticos, a capacidade argumentativa e crítica.
- Possibilitar uma formação complementar e/ou mais específica aos estudos jurídicos que enriqueçam o perfil do formando com vista a uma maior adequação profissional.

8 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PREVISTAS

O mundo contemporâneo vivencia transformações em vários âmbitos da sociedade – econômico, político, cultural, tecnológico e científico. O resultado dessas mudanças impacta diretamente a gênese e o funcionamento da sociedade.

Nesse contexto, o perfil do profissional formado no curso de Direito deve ser dotado de sólida formação teórico-doutrinária, prática e humanística, e com senso crítico e ético-profissional, com base em reflexões jurídicas permeadas por questões históricas, sociológicas, filosóficas e políticas.

Além disso, o profissional deve possuir habilidades de analisar, interpretar e utilizar a legislação, a jurisprudência e a doutrina, entre outras fontes do Direito, com linguagem e argumentação técnico-jurídicas corretas.

Assim, o(a) egresso(a) do Curso de Direito da Faceli deve dominar as seguintes **habilidades e competências**:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI – desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

O desenvolvimento das competências e habilidades propostas deverão ser asseguradas por meio dos conteúdos das disciplinas curriculares, das ações e dos projetos específicos para o Curso de Direito.

O Quadro 4 apresenta a organização curricular para Ingressantes em 2020 e a operacionalização das competências e habilidades.

Competências e habilidades	Operacionalização
I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber,	✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica ✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas curriculares: - Ciência Política e Teoria Geral do

articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;	Estado; - Direito Administrativo I e II; - Direito Ambiental; - Direito Civil I (Parte Geral), - Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade); - Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos); - Direito Civil IV (Contratos); - Direito Civil V (Coisas); - Direito Civil VI (Família); - Direito Civil VII (Sucessões); - Direito Constitucional I e II; - Direito do Consumidor; - Direito do Trabalho I e II; - Direito Empresarial I - Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Falência); - Direito Internacional Público; - Direito Penal I (Parte Geral I); - Direito Penal II (Parte Geral II); - Direito Penal III (Parte Especial); - Direito Penal IV (Parte Especial); - Direito da Seguridade Social; - Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); - Direito Processual Civil I (Recursos); - Direito Processual Civil III (Execução); - Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); - Direito Processual do Trabalho I e
---	--

	II; - Direito Processual Penal I e II; - Direito Tributário I e II; - Direitos Humanos; - Optativas I, II, III e IV. - Teoria da Constituição; - Introdução ao Estudo do Direito; - Teoria Geral do Processo; - Estatutos Protetivos;
II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;	✓ Apresentação de trabalhos acadêmicos ✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica Supervisionado ✓ Disciplinas Curriculares: - Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos); - Direito Civil IV (Contratos); - Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); - Direito Processual Civil II (Recursos); - Direito Processual Civil III (Execução); - Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); - Direito Processual do Trabalho I e II; - Direito Processual Penal I e II; - Linguagem Jurídica; - Optativas I, II, III e IV. - Prática Cível; - Prática Penal;

	- Prática Trabalhista;
III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;	✓ Estágio de Prática Jurídica ✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas Curriculares: - Informática Aplicada ao Direito; - Linguagem Jurídica; - Prática Cível; - Prática Penal; - Prática Trabalhista;
IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;	✓ Projeto de Extensão ✓ Disciplinas Curriculares: - Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; - Ética Profissional; - Linguagem Jurídica; - Prática Cível; - Prática Penal; - Prática Trabalhista;
V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;	✓ Atividades Complementares ✓ Disciplinas Curriculares: - Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; - Ética Profissional; - Filosofia Geral e Jurídica; - Sociologia Geral e Jurídica; - Linguagem Jurídica; - Prática Cível; - Prática Penal; - Prática Trabalhista; - Psicologia Jurídica;
VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de	✓ Disciplinas Curriculares: - Ética Profissional;

solução de conflitos;	- Linguagem Jurídica; - Optativa I, II, III e IV. - Psicologia Jurídica; - Teoria Geral do Processo;
VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;	✓ Disciplinas Curriculares: - Ciência Política e Teoria Geral do Estado; - Filosofia Jurídica; - Linguagem Jurídica; - Metodologia Científica; - TCC I (Projeto de Pesquisa); - TCC II (Orientação de Monografia); - Introdução ao Estudo do Direito;
VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;	✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica ✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas curriculares: - Direito Administrativo I e II; - Direito Ambiental; - Direito Civil I (Parte Geral), - Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade); - Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos); - Direito Civil IV (Contratos); - Direito Civil V (Coisas); - Direito Civil VI (Família); - Direito Civil VII (Sucessões); - Direito Constitucional I e II; - Direito do Consumidor; - Direito do Trabalho I e II; - Direito Empresarial I; - Direito Empresarial II (Títulos de

	Crédito e Falência) - Direito Internacional Público; - Direito Penal I (Parte Geral I); - Direito Penal II (Parte Geral II); - Direito Penal III (Parte Especial); - Direito Penal IV (Parte Especial); - Direito da Seguridade Social; - Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); - Direito Processual Civil II (Recursos); - Direito Processual Civil III (Execução); - Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); - Direito Processual do Trabalho I e II; - Direito Processual Penal I e II; - Direito Tributário I e II; - Direitos Humanos; - Optativas I, II, III e IV. - Teoria da Constituição; - Teoria Geral do Processo;
IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;	✓ Disciplinas curriculares: - Ciência Política e Teoria Geral do Estado; - Economia; - Ética Profissional; - Linguagem Jurídica; - Teoria da Constituição; - Introdução ao Estudo do Direito; - Teoria Geral do Processo.
X - aceitar a diversidade e o	✓ Disciplinas curriculares:

pluralismo cultural;	- Direitos Humanos; - Sociologia Geral e Jurídica; - Optativa I, II, III e IV.
XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;	✓ Disciplinas curriculares: - Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); - Direito Processual Civil II (Recursos); - Direito Processual Civil III (Execução); - Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); - Direito Processual do Trabalho I e II; - Direito Processual Penal I e II; - Informática Aplicada ao Direito; - Optativa I, II, III e IV;
XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;	✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica ✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas curriculares: - Ciência Política e Teoria Geral do Estado; - Direito Administrativo I e II; - Direito Ambiental; - Direito Civil I (Parte Geral), - Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade); - Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos); - Direito Civil IV (Contratos); - Direito Civil V (Coisas); - Direito Civil VI (Família);

	- Direito Civil VII (Sucessões); - Direito Constitucional I e II; - Direito do Consumidor; - Direito do Trabalho I e II; - Direito Empresarial I; - Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Falência); - Direito Internacional Público; - Direito Penal I (Parte Geral I); - Direito Penal II (Parte Geral II); - Direito Penal III (Parte Especial); - Direito Penal IV (Parte Especial); - Direito da Seguridade Social; - Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); - Direito Processual Civil II (Recursos); - Direito Processual Civil III (Execução); - Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); - Direito Processual do Trabalho I e II; - Direito Processual Penal I e II; - Direito Tributário I e II; - Direitos Humanos; - Juizados Especiais; - Optativas I, II, III e IV. - Teoria da Constituição; - Introdução ao Estudo do Direito; - Teoria Geral do Processo;
XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por	✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica

profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e	✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas Curriculares: - Economia - Direito Administrativo I e II; - Direito Ambiental; - Direito do Consumidor; - Direito do Trabalho I e II; - Direito Empresarial I - Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Falência); - Direito Internacional Público; - Direito da Seguridade Social; - Direito Processual do Trabalho I e II; - Direito Tributário I e II; - Prática Cível; - Prática Penal; - Prática Trabalhista;
XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.	✓ Atividades Complementares ✓ Estágio de Prática Jurídica ✓ Projetos de Extensão ✓ Disciplinas Curriculares: - Direitos Humanos; - Ética Profissional; - História do Direito; - Linguagem Jurídica; - Optativa I, II, III e IV; - Estatutos Protetivos;

Quadro 4 – Operacionalização curricular das competências e habilidades.

9 CURRÍCULO DO CURSO

O currículo do curso de Direito da Faceli foi estruturado com fundamento na legislação vigente e no PDI, para atender aos objetivos propostos pelo curso e, por

tal razão, abrange conteúdos de formação teórico-humanística, técnica e prática, que contribuem para uma adequada utilização do Direito.

Com uma carga horária total de 3766,66 horas, das quais 3366,66 horas são destinadas às disciplinas curriculares, 200 horas para o estágio de prática jurídica e 200 horas para atividades complementares, o currículo concebido objetiva uma formação consistente e articulada ao longo do curso.

Dessa forma, com base no que preconizam as Diretrizes Curriculares para o Curso de Direito, o currículo do Curso de Direito da Faceli está estruturado em três eixos interligados de conteúdos:

- **Eixo de formação geral** - conteúdos relacionados ao estabelecimento de relações entre o Direito e outras áreas do saber;
- **Eixo de formação técnico-jurídica** - conteúdos que priorizam além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação do Direito de forma sistemática e contextualizada à sua evolução enquanto ciência e, às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil, observadas as peculiaridades de seus diversos ramos;
- **Eixo de formação prático-profissional** - conteúdos que visam a comunicação entre a teoria desenvolvida através dos eixos fundamental e profissional e a prática propriamente dita.

9.1 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A organização curricular do Curso de Direito da Faceli foi elaborada em consonância com a Resolução Nº. 05, de 17 de dezembro de 2018, e contempla conteúdos estruturados e interligados nos três eixos de formação, conforme quadro 5:

Eixos de Formação	Objetivo do Eixo de Formação	Disciplinas e Componentes Curriculares
Eixo de formação geral	Tem-se por objetivo a formação geral de modo a oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da educação, abrangendo estudos que envolvem saberes de outras áreas formativas.	✓ Ciência Política e TGE; ✓ História do Direito; ✓ Economia; ✓ Teoria da Constituição; ✓ Sociologia Geral e Jurídica; ✓ Ética Profissional; ✓ Filosofia Geral e Jurídica; ✓ Linguagem Jurídica; ✓ Metodologia Científica; ✓ Psicologia Jurídica; ✓ Optativa I; ✓ Informática Aplicada ao Direito; ✓ TCC I (Projeto de Pesquisa); ✓ TCC II (Orientação de Monografia).
Eixo de formação técnico-jurídica	Prioriza, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados	✓ Introdução ao Estudo do Direito; ✓ Direito Civil I (Parte Geral); ✓ Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais); ✓ Direito Civil III (Responsabilidade e Teoria

	sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se conteúdos essenciais referentes às principais áreas do Direito.	Geral dos Contratos); ✓ Direito Civil IV (Contratos); ✓ Direito Civil V (Coisas); ✓ Direito Civil VI (Família); ✓ Direito Civil VII (Sucessões); ✓ Direito Constitucional I; ✓ Direito Constitucional II; ✓ Direito do Consumidor; ✓ Direito do Trabalho I; ✓ Direito do Trabalho II; ✓ Direito Empresarial I; ✓ Direito Empresarial II; ✓ Direito Internacional Público; ✓ Direito Penal I (Parte Geral I) ✓ Direito Penal II (Parte Geral II) ✓ Direito Penal III (Parte Especial); ✓ Direito Penal IV (Parte Especial); ✓ Direito da Seguridade Social; ✓ Teoria Geral do Processo; ✓ Direito Processual Civil I (Processo de Conhecimento);
--	---	--

		✓ Direito Processual Civil II (Recursos); ✓ Direito Processual Civil III (Execuções); ✓ Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); ✓ Direito Processual do Trabalho I; ✓ Direito Processual do Trabalho II; ✓ Direito Processual Penal I; ✓ Direito Processual Penal II; ✓ Direito Tributário I; ✓ Direito Tributário II; ✓ Direitos Humanos; ✓ Optativa II, III e IV; ✓ Direito Administrativo I; ✓ Direito Administrativo II; ✓ Direito Ambiental; ✓ Estatutos Protetivos.
Eixo de formação prático-profissional	Tem por meta a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas	✓ Atividades Complementares; ✓ Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; ✓ Prática Cível; ✓ Prática Penal;

	atividades relacionadas com a prática jurídica.	✓ Prática Trabalhista ✓ Projetos de Extensão. ✓ Trabalho de Conclusão de Curso – TCC I e II.
--	---	--

Quadro 5 – Conteúdos e eixos de formação do curso de Direito.

9.2 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO(A) EGRESSO(A)

O perfil humano e profissional do(a) egresso(a) do curso de Direito da Faceli é o de um profissional dotado de sólida formação teórico-doutrinária, prática e humanística, e de senso crítico e ético-profissional.

A interface do perfil profissional pretendido e os componentes curriculares que incentivam a formação desse perfil, podem ser visualizados no quadro 6:

Perfil Profissional	Componentes Curriculares
Utilizar, crítica e sistematicamente, a legislação, a jurisprudência e a doutrina jurídica na análise de casos e situações e na solução de conflitos;	✓ Direito Administrativo I e II; ✓ Direito Ambiental; ✓ Direito Civil I (Parte Geral); ✓ Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade); ✓ Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos); ✓ Direito Civil IV (Contratos); ✓ Direito Civil V (Coisas); ✓ Direito Civil VI (Família); ✓ Direito Civil VII (Sucessões); ✓ Direito Constitucional I e II; ✓ Direito do Consumidor; ✓ Direito do Trabalho I e II; ✓ Direito Empresarial I; ✓ Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Falência); ✓ Direito Internacional Público; ✓ Direito Penal I (Parte Geral I); ✓ Direito Penal II (Parte Geral II); ✓ Direito Penal III (Parte Especial); ✓ Direito Penal IV (Parte Especial); ✓ Direito da Seguridade Social; ✓ Direito Processual Civil I (processo de

	Conhecimento); ✓ Direito Processual Civil II (Recursos); ✓ Direito Processual Civil III (Execução); ✓ Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); ✓ Direito Processual do Trabalho I e II; ✓ Direito Processual Penal I e II; ✓ Direito Tributário I e II; ✓ Direitos Humanos; ✓ Optativas I, II, III e IV; ✓ Teoria da Constituição; ✓ Introdução ao Estudo do Direito; ✓ Teoria Geral do Processo; ✓ Estatutos Protetivos;
Prevenir e/ou solucionar conflitos, por meio do uso adequado de processos e procedimentos, do bom emprego de termos e expressões jurídicas e do ideal desenvolvimento da argumentação jurídica.	✓ Direito Processual Civil I (processo de Conhecimento); ✓ Direito Processual Civil II (Recursos); ✓ Direito Processual Civil III (Execução); ✓ Direito Processual Civil IV (Procedimentos e Juizados Especiais); ✓ Direito Processual do Trabalho I e II; ✓ Direito Processual Penal I e II; ✓ Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; ✓ Linguagem Jurídica; ✓ Prática Cível; ✓ Prática Penal; ✓ Prática Trabalhista; ✓ Teoria Geral do Processo; ✓ Estatutos Protetivos;

Elaborar adequadamente as diferentes peças processuais quer nas esferas judiciais, quer nas administrativas.	✓ Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; ✓ Informática Aplicada ao Direito; ✓ Linguagem Jurídica; ✓ Prática Cível; ✓ Prática Penal; ✓ Prática Trabalhista;
Atuar frente às situações, com ética e consciência de seu papel social desenvolvendo, ao passo em que operacionaliza o Direito, os valores de responsabilidade social, justiça e igualdade, dentre outros.	✓ Atividades Complementares; ✓ Projetos de Extensão; ✓ Ciência Política e Teoria Geral do Estado; ✓ Direito Ambiental; ✓ Direito do Consumidor; ✓ Direito da Seguridade Social; ✓ Direitos Humanos; ✓ Ética Profissional; ✓ Filosofia Geral e Jurídica; ✓ Sociologia Geral e Jurídica; ✓ Psicologia Jurídica; ✓ Estatutos Protetivos;
Compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual se insere, através da formação humanística e global, com vistas à utilização da Ciência Jurídica como ferramenta na construção de uma sociedade justa e igualitária;	✓ Atividades Complementares; ✓ Projetos de Extensão; ✓ Ciência Política e Teoria Geral do Estado; ✓ Direito Ambiental; ✓ Direito do Consumidor; ✓ Direito da Seguridade Social; ✓ Direitos Humanos; ✓ Ética Profissional; ✓ Filosofia Geral e Jurídica; ✓ História do Direito; ✓ Sociologia Geral e Jurídica; ✓ Metodologia Científica; ✓ Psicologia Jurídica; ✓ Economia;

	✓ Estatutos Protetivos;
Atuar no mercado de trabalho com maior segurança e conhecimento jurídico teórico, técnico e prático.	✓ Estágio de Prática Jurídica I, II, III e IV; ✓ Prática Cível; ✓ Prática Trabalhista; ✓ Prática Penal;

Quadro 6 – Interface do perfil profissional pretendido e os componentes curriculares

9.3 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Curso de Direito da Faceli foi elaborado considerando que a população de Linhares e do Norte do Espírito Santo deve estar qualificada para atuar competente e responsavelmente em uma região que terá de aprender a conviver com possíveis consequências negativas do desenvolvimento. Por isso, atualmente, o curso busca formar profissionais que, além da competência técnica, adquiram consciência de que a postura ética é fundamental para a sustentabilidade dos negócios, dos lugares, das pessoas e do planeta.

A coerência do currículo com o desenvolvimento sustentável se dá prioritariamente por meio das disciplinas de:

- ✓ Direitos Humanos
- ✓ Ciência Política e Teoria Geral do Estado
- ✓ Direito do Consumidor
- ✓ Direito Ambiental
- ✓ Estatutos Protetivos

10 METODOLOGIA DE ENSINO

Com foco na formação profissional prevista nos objetivos, a metodologia adotada neste curso está estruturada em momentos de: assimilação de conhecimentos de forma expositiva e dialogada; reflexão e discussão de temas atuais e do cotidiano; aplicação dos conhecimentos, tanto em sala de aula, quanto em laboratórios e núcleo de práticas; e elaboração de trabalhos individuais ou em grupos sobre as temáticas propostas, entre outros.

Nessa vertente, o curso propõe uma dinâmica de aulas visando:

- À construção de conhecimentos com base nos referenciais teóricos disponíveis para a área, bem como o avanço no domínio de conhecimentos na área de tecnologia da informação e áreas afins, de forma progressiva, evitando o modelo baseado tão somente em conteúdo teórico, e adotando a proposta fundamentada na aquisição de habilidades e competências, articuladas com a concepção do perfil proposto para o egresso;
- À disponibilização de infraestrutura e equipamentos e a adoção de procedimentos que garantam o desenvolvimento de atividades acadêmicas características da formação do profissional;
- Ao uso de métodos variados como, por exemplo, seminários, projetos, simulações, painéis, comunicações oral e escrita, aula expositiva, textos, excursões, debates, vivências, visitas técnicas, fóruns de discussão etc., assegurando uma dinâmica de aula capaz de estimular o interesse, usando estratégias adequadas aos diferentes conteúdos;
- À avaliação processual, continuada, objetivando a reordenação da trajetória do ensino sempre que se faça necessário, pois a avaliação é vista como um momento de aprendizagem e como uma constatação da eficácia do ensino, permitindo a verificação de lacunas e de erros como elementos naturais do processo; e
- À contribuição para que o estudante melhore a sua capacidade de aprender e compreender não só o conteúdo informativo, mas também como ele se organiza (conteúdos, procedimentos e atitudes) para se apropriar dos objetos de aprendizagem.

É objetivo da Faculdade preparar profissionais capazes de atender às demandas do mundo moderno e das organizações em um contexto marcado por mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas, bem como o fortalecimento de valores profissionais pautados na ética, no compromisso, na responsabilidade e no trabalho voltado para a cidadania e o desenvolvimento.

10.1 FORMAS DE INTERDISCIPLINARIDADE

É preciso superar os modelos pedagógicos que privilegiam a lógica unidisciplinar e fragmentada, que refletem padrões curriculares compostos de disciplinas destituídas de integração entre si e, não raras vezes, com a realidade de um mundo complexo e em permanente transformação. Deve-se, então, ser considerado sob o aspecto qualitativo, um curso que integre saberes e conhecimentos para fins de diagnosticar e solucionar problemas.

A interdisciplinaridade, nessa perspectiva, vai além da justaposição de disciplinas, e da ideia de participação de um grupo composto por especialistas multidisciplinares. Trata-se, primordialmente, de uma questão de atitude a respeito do conhecimento científico com outros conhecimentos, de saber organizá-los e articulá-los com competência.

Com base no elenco disciplinar e na interação do ensino à prática, à extensão e à pesquisa, propõe-se que as disciplinas se conciliem com a natureza multidisciplinar dos fatos submetidos ao trato do profissional do Direito.

Assim, o desenvolvimento da prática interdisciplinar pretendida pelo Curso de Direito da Faceli objetiva reflexão aprofundada e crítica sobre o funcionamento do ensino, sendo, portanto, considerado como:

- 1) O caminho para se alcançar uma formação geral mais significativa, pois a prática interdisciplinar propicia a relação entre a realidade e o conteúdo estudado no curso;
- 2) O meio de propiciar melhor formação profissional aos estudantes, uma vez que oportuniza o surgimento de novos campos de conhecimentos e de possíveis descobertas;
- 3) Estímulo à formação de pesquisadores, pois um dos objetivos das investigações interdisciplinares é reconstituir a unidade dos objetos que a fragmentação dos métodos separa;
- 4) Superação da ruptura do ensino das disciplinas entre si, e do ensino e da pesquisa, que permitirá a efetividade do processo ensino-aprendizagem, bem como a visão do conteúdo como um todo.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que todo conhecimento deverá manter um vínculo permanente com outros, e de que o curso de Direito é fundamentalmente interdisciplinar, tendo em vista a necessidade de o processo de formação de seus profissionais contemplar atividades educativas capazes de articular ensino, pesquisa e extensão de maneira harmônica e equilibrada. Apenas assim o futuro profissional poderá perceber o Direito e a Justiça como partes integrantes da vida social em que as concepções, conteúdos técnicos e conhecimentos produzidos no interior da academia façam sentido e produzam seus efeitos práticos. Nesse contexto, a organização curricular do Curso de Direito da Faceli busca propiciar a interdisciplinaridade por meio de:

- a) Inserção das disciplinas “Optativas” no currículo, com vistas a agregar os novos conhecimentos ao estudante bem como promover a interdisciplinaridade;
- b) Presença da disciplina de “Metodologia Científica” no currículo do curso como mais um instrumento que, aliado às disciplinas de “TCC I” e “TCC II”, estimule a formação de pesquisadores e a realização de pesquisas;
- c) Desenvolvimento de Projetos de Extensão, voltados ao público externo, com participação em ações globais para realizar orientação jurídica, entre outros;
- d) Realização de atividades como debates, palestras, minicursos e oficinas, além de lançamento de livros, visando à interconexão com outros campos de conhecimento.

10.2 MODOS DE INTEGRAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Entendendo-se que o elo entre teoria e prática propicia aos estudantes a oportunidade de adquirir novos saberes e atitudes positivas, que favorecem a consolidação com o perfil do corpo discente, o Curso de Direito da Faceli realiza várias atividades com esse propósito ao longo do curso, conforme descrito a seguir:

10.2.1 Estágio de Prática Jurídica

O Estágio de Prática Jurídica, supervisionado ou não, integrante do currículo do curso, consta de atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho ou simuladas e é regido pela Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Para cada estudante é obrigatória a integralização da carga horária total de 200 (duzentas) horas do estágio, prevista no currículo do curso, sem a qual não é possível a colação de grau.

O Estágio de Prática Jurídica é desenvolvido a partir do 7º (sétimo) semestre, em organizações do setor público ou privado, com as quais a Faculdade mantém convênio, sob a supervisão da Coordenação de Estágio, sendo atendidos todos os estudantes pretendentes ao estágio, a cada semestre, conforme Parecer CNE/CES Nº 150/2013:

- I. Na própria instituição, por meio do Núcleo de Prática Jurídica, que está estruturado e operacionalizado de acordo com o Regulamento nº 004/2018 (Cópia em anexo), aprovado pelo Conselho Superior da Faceli;
- II. Em serviços de assistência jurídica de responsabilidade da instituição de ensino por ela organizados e implantados;
- III. Nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais Departamentos Jurídicos Oficiais;
- IV. Em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

10.2.2 Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem um conjunto de práticas acadêmicas, de natureza extracurricular, que visam à complementação das competências, dos saberes, das habilidades e dos valores necessários à formação do estudante, especialmente aquelas oriundas das relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Essas atividades constituem elemento indispensável para integralização dos cursos de graduação, devendo ser cumprida a totalidade de 200 (duzentas) horas

integrantes do currículo do curso. As Atividades Complementares da Faceli são regidas pelo Regulamento nº 007/2018 (cópia em anexo).

10.2.3 Visitas Técnicas

As visitas técnicas proporcionam aos estudantes vivenciar a parte prática dos assuntos teóricos apresentados em sala de aula. A visão da realidade ajuda na formação e no desenvolvimento de habilidades, e pode despertar mais interesse dos estudantes por uma determinada área de atuação.

Além disso, os estudantes podem construir uma rede de contatos profissionais que pode ajudá-los em sua empregabilidade e desenvolvimento acadêmico e social. Assim, além de ser um instrumento eficaz para desenvolver atividades complementares de natureza didático-pedagógica, as visitas também são um bom mecanismo de interação entre a Faculdade, os estudantes e as instituições que atuam no âmbito jurídico.

10.2.4 Monitoria

As atividades de monitoria visam a contribuir para a melhoria da qualidade da formação acadêmica e incentivar o interesse pela carreira docente e pela pesquisa, com vistas a contribuir para a formação discente a partir da relação entre ensino, pesquisa e extensão.

A monitoria promove a cooperação de estudantes que demonstrem afinidade e qualificações para o trabalho docente, por meio das experiências vivenciadas na constante interlocução entre o cotidiano de sala de aula e o compartilhamento dos elementos externos que compõem a construção e o desenvolvimento da disciplina no ensino superior.

As atividades de monitoria são voluntárias e são estabelecidas pelo Regulamento nº 006/2017 (cópia em anexo), no qual se especificam as obrigações e os deveres das partes envolvidas no processo.

10.2.5 Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso – TC é atividade acadêmica integrante da matriz curricular e denomina-se, no Curso de Direito da Faceli, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obrigatória à conclusão do curso, conforme estabelecido pelo Regulamento N° 01/2016 (cópia em anexo).

Trata-se de um trabalho no qual o estudante deverá mobilizar o conjunto de habilidades e conhecimentos adquiridos ao longo da graduação, sob a forma de pesquisa acadêmico-científica.

Para sua elaboração, os estudantes têm como suporte as disciplinas: Iniciação à Pesquisa Científica, Metodologia da Pesquisa, e especialmente, Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto de Pesquisa) e Trabalho de Conclusão de Curso II (Orientação de Monografia), ofertadas no 9º e 10º semestres, respectivamente.

11 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

O processo de avaliação na Faculdade compreende a Avaliação de Ensino e de Aprendizagem e o Programa de Avaliação Institucional.

11.1 AVALIAÇÃO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A avaliação de ensino-aprendizagem adotada para quantificar o desempenho acadêmico do estudante, é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

A frequência às aulas e às demais atividades do curso, permitida apenas aos matriculados é obrigatória, com abono de faltas em casos especiais previstos e legislação específica ou no Regimento Geral.

Independente dos demais resultados obtidos, é considerado(a) reprovado(a) na disciplina o(a) estudante que não obtenha frequência de, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas.

A verificação e o registro da frequência são de responsabilidade do(a) professor(a) e, seu controle para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

Em cada período letivo, há, obrigatoriamente, duas provas regulares (P1 e P2) e uma prova final (PF). As datas das provas regulares e da prova final constam do Calendário Acadêmico.

É responsabilidade do(a) professor(a) da disciplina a elaboração, aplicação e julgamento das provas e outros instrumentos de avaliação, concernentes à(s) disciplina(s) que ministra.

O(a) professor(a), a seu critério ou a critério da Coordenação de Curso, pode promover trabalhos e outras atividades em classe e extraclasse que serão considerados nas notas das avaliações parciais (AP).

Ao conjunto de aplicação dos instrumentos de avaliação de aprendizagem é atribuída uma nota expressa em grau numérico de zero a dez pontos.

Atribui-se nota zero ao(à) estudante(a) que deixar de submeter-se à avaliação prevista, bem como ao(à) que nela se utilizar de meio fraudulento.

Pode ser concedida revisão da nota atribuída às provas regulares quando requerida, formalmente, no prazo de (48) quarenta e oito horas de sua divulgação.

É permitida também a solicitação de vistas ou revisão da prova final, desde que requerida até 24 (vinte e quatro) horas da data de divulgação do resultado. O(a) professor(a) responsável pela revisão da nota poderá mantê-la ou alterá-la, devendo fundamentar sua decisão. Não concordando com a decisão do(a) professor(a), o(a) estudante, desde que justifique, pode solicitar à Coordenação do Curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de dois outros(as) professores(as) do Curso e da mesma área disciplinar, se possível. Se ambos concordarem em alterar a nota, essa decisão é a que prevalecerá, mas não havendo unanimidade, prevalecerá a nota atribuída pelo(a) professor(a) da disciplina que avaliou a prova regular.

O(a) estudante que deixar de comparecer à avaliação na data fixada, pode requerer somente uma prova em regime de segunda chamada por semestre letivo, para cada disciplina, dentro do prazo fixado no Calendário Acadêmico, conforme regulamento próprio (**cópia em anexo**).

Deferida a solicitação, essa avaliação é aplicada no final do semestre em que ocorreu a falta e abrangerá todo conteúdo da disciplina, ministrada no período. O deferimento relativo à solicitação de segunda chamada se dará nos casos previstos pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e pelo Regulamento, supracitado.

Em cada disciplina, a média aritmética obtida entre as notas das provas regulares (P1 e P2) mais avaliações parciais (AP) no semestre, forma a nota de aproveitamento do aluno na disciplina (NAD), que é calculada por meio da seguinte fórmula: $(P1+P2+AP)/3$, sendo que cada nota dessa equação será valorada de 0 (zero) a 10 (dez).

É **aprovado(a)** na disciplina, atendida a frequência mínima de 75% às aulas e demais atividades acadêmicas, o(a) estudante que:

I – Obter nota de aproveitamento igual ou superior a 7 (sete) de acordo com a fórmula acima citada; ou

II – Submetido ao exame final, obter a média igual ou superior a 6 (seis).

Considera-se **reprovado(a)** o(a) estudante que:

I - Não obter frequência mínima de 75% das aulas ou atividades acadêmicas;

II – Não obter nota de aproveitamento,
igual ou superior a 4 (quatro);

III – Não obter média igual ou superior a 6 (seis) após ser submetido ao exame final.

A nota final da disciplina (NFD) é calculada pela fórmula $NFD = (NAD + NPF)/2$.

O(a) estudante reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas exigidas, repetirá a disciplina em regime de dependência.

11.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional, com base nas definições da Lei nº 10.861, é coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, e tem por objetivos:

- Avaliar a Instituição como uma totalidade integrada, propiciando uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e ao desenvolvimento institucional;
- Privilegiar o conceito da auto avaliação e sua prática educativa buscando, principalmente, despertar nos membros da comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

Esse programa promove avaliações sob a perspectiva dos estudantes, dos docentes e dos servidores técnico-administrativos e da comunidade linharenses. Os critérios de Avaliação da CPA estão definidos em Regulamento próprio (cópia em anexo).

11.3 EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO

O curso prevê o aproveitamento de competências profissionais adquiridas no mundo do trabalho, bem como aquelas adquiridas por extraordinário aproveitamento de estudos, considerando a relação dessas com o perfil profissional que se deseja formar.

O estudante que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo Colegiado de Curso, aplicados por banca examinadora especial, pode ser dispensado das disciplinas curriculares nas quais comprovou o referido aproveitamento. Tal aproveitamento está normatizado no Regimento Geral.

12 INFRAESTRUTURA FÍSICA PARA O CURSO

A Faculdade busca proporcionar condições físicas adequadas para o desenvolvimento das atividades propostas no projeto pedagógico, por entender que uma boa estrutura física é essencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

O curso de Direito será ministrado na sede Faceli, cuja área total construída é de 13.308,10 m², distribuída em: recepção, salas de aula climatizadas nos dois pavimentos e banheiros nos dois pavimentos para ambos os sexos, laboratórios de práticas, inclusive NPJ, NUPAN, Brinquedoteca e Sala de Metodologias, salas administrativas, sala de secretaria acadêmica, sala de coordenadorias de curso, CPA, Estágio e Pesquisa e Extensão, sala de professores, sala de atendimento ao discente, sala para funcionamento do DCE, instalações para a diretoria, almoxarifado, copa e cozinha, biblioteca, jardins, instalações sanitárias externas, áreas de convivência, guarita de guardas e amplo estacionamento para carros, motocicletas e bicicletas. A Faculdade conta ainda com rampa de acessibilidade para o pavimento superior.

Atualmente, a Faceli conta com a seguinte estrutura física:

Tabela 3. Estrutura física.

	DESCRIÇÃO	m ²
QTD	TÉRREO - FACULDADE	
1	GUARITA	4,00
1	RECEPÇÃO GERAL	195,27
1	ESPAÇO CULTURAL	30,32
1	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	324,00
1	BIBLIOTECA	504,64
1	SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	31,50
1	SALA DO SERVIDOR DA TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	14,90
1	SALA DE MANUTENÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14,90
3	COORDENAÇÃO DE DIREITO/ ADMINISTRAÇÃO /PEDAGOGIA	15,01
1	TECNICO PEDAGOGICO COORDENAÇÕES	12,60
1	SECRETARIA ACADÊMICA	61,21
1	SETOR DE COMPRAS	10,35
1	RECEPÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	21,71
1	CONTABILIDADE	9,49
1	DIR. ADM/FINANCEIRO	10,52

2	BANHEIROS (DIREÇÃO EXECUTIVA)	12,32
1	DIR. ACADÊMICA	15,87
1	PRESIDÊNCIA	20,36
1	SALA CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS	10,35
1	SALA – SETOR DE RH	10,35
4	SALAS DE AULA (63,00 m ² cada)	252,00
1	COZINHA	13,70
1	ÁREA SERVIÇO APOIO TÉRREO	10,87
1	RESERVATÓRIO CISTERNAS ÁGUA	40,43
1	SETOR DE PATRIMÔNIO / AMOXARIFADO	30,32
2	BANHEIROS (ALMOXARIFADO)	49,76
1	SALA DA PROCURADORIA FACELI	15,16
1	ARQUIVO MORTO	63,00
1	DEPOSITO (MATERIAL INSERVÍVEL)	77,11
1	BANHEIRO TÉRREO FEMININO	25,69
1	BANHEIRO TÉRREO MASCULINO	25,69
QTD	TÉRREO: NUCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS / NUCLEO DE PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS	
1	RECEPÇÃO NPJ/NUPAN	23,80
1	SECRETARIA NPJ/NUPAN	26,95
1	ARQUIVO NPJ/NUPAN	6,20
1	SALA 1 NPPJM	12,71
1	SALA 1 NPPJM	12,71
1	COPA NPJ/NUPAN	5,64
2	BANHEIROS NPJ/NUPAN	5,34
2	BANHEIROS EXTERNOS NPJ/NUPAN	15,26
1	ATENDIMENTO AO PÚBLICO E COORDENAÇÕES NPJ/NUPAN	127,35
QTD	2º PISO	
1	SALA DO PROFESSORES	36,00
1	COPA PROFESSORES	12,97
1	SALA APOIO ESTUDOS	14,69

1	COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO/ESTÁGIO SUPERVISIONADO	14,69
2	BANHEIROS MASCULINO/FEMININO PROFESSORES	11,40
22	SALAS DE AULA (63,00 m² cada)	1.386,00
1	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	63,00
1	BRINQUEDOTECA	63,00
1	SALA DE METODOLOGIAS	63,00
1	SALA DO D.C.E	63,00
1	BANHEIRO FEMININO	25,69
1	BANHEIRO MASCULINO	25,69
1	SALA DE APOIO SERVIÇOS GERAIS	13,70
TÉRREO: ÁREAS DE CIRCULAÇÃO		
1	ESTACIONAMENTO FRENTE/BICICLETÁRIO	1.999,90
1	ÁREA FUNDOS	7.331,00
Total Geral		13.308,10

Fonte: Planta da IES

12.1 BIBLIOTECA

A biblioteca constitui um ambiente para produção e atualização do conhecimento, dispondo de cabines individuais para estudos em grupos e espaço multimídia. O acervo geral da biblioteca totaliza 17.794 (dezessete mil, setecentos e noventa e quatro) volumes e é organizado por meio da Classificação Decimal de Dewey – CDD. É atualizado de acordo com indicações feitas pelos docentes e coordenadores de curso.

Totalmente informatizada, permite consulta e reserva *on line*. Seu acesso é livre, de modo a permitir o contato direto do estudante com a obra desejada. Além disso, os discentes são informados sobre as novas aquisições e estimulados para que desenvolvam a prática e o hábito da leitura, condição indispensável para a sua boa formação.

Oferece ainda serviços de cadastro de livros, periódicos e usuários, podendo ser incluídos, excluídos, alterados, consultados e listados, assim como controle de

empréstimo, devolução, reserva e extrativo. A consulta pode ser feita por título ou assunto/autor/editora.

A biblioteca funciona de segunda a sexta-feira das 7h30min às 22h, e permite empréstimo domiciliar, conforme regulamento próprio (em anexo).

O acervo da Biblioteca está relacionado na tabela abaixo, por modalidade e áreas do conhecimento:

Tabela 4. Acervo da Biblioteca.

CD-ROM	Nº Total de Títulos (152)	Nº Total Exemplares (200)
Artes	02	02
Ciências Aplicadas/Tecnologia	05	20
Ciências Sociais	70	103
Documentário	01	01
Filologia	03	04
Filosofia	01	01
Generalidades	01	01
História e Geografia	04	06
Literatura	21	26
Multidisciplinar	36	36
CD's	Nº Total de Títulos (71)	Nº Total Exemplares (81)
Artes	01	01
Ciências Aplicadas/Tecnologia	06	06
Ciências Sociais	06	06
Filologia	01	01
Filosofia	06	11
História e Geografia	02	03
Literatura	49	53
DISSERTAÇÃO	Nº Total de Títulos (42)	Nº Total Exemplares (42)

Ciências Aplicadas/Tecnologia	09	09
Ciências Naturais	03	03
Ciências Sociais	26	6
Filologia	01	01
Filosofia	02	02
História e Geografia	01	01
DVD-ROM	Nº Total de Títulos (26)	Nº Total Exemplares (60)
Artes	03	17
Ciências aplicadas/Tecnologia	01	01
Ciências Naturais	01	01
Ciências Sociais	15	29
Filosofia	02	02
História e Geografia	01	09
Literatura	01	01
VHS	Nº Total de Títulos (193)	Nº Total Exemplares (197)
Ciências Aplicadas/Tecnologia	07	08
Ciências Naturais	20	21
Ciências Sociais	106	107
Filologia	01	01
Filosofia	18	18
Generalidades	02	02

História e Geografia	22	23
Literatura	03	03
Religião	03	03
LIVROS	Nº Total de Títulos (7.426)	Nº Total Exemplares (16.539)
Ação Social	01	03
Artes	25	38
Ciências Aplicadas/Tecnologia	597	1567
Ciências Naturais	136	570
Ciências Sociais	5075	12013
Cultura	02	02
Direito de Família	03	07
Filologia	167	323
Filosofia	312	614
Generalidades	152	418
História e Geografia	121	205
Literatura	832	970
Multidisciplinar	01	03
Política e Direitos Cíveis	01	01
Religião	05	05
MONOGRAFIA	Nº Total de Títulos (635)	Nº Total Exemplares (665)
Artes	02	02

Ciências Aplicadas/Tecnologia	144	150
Ciências Naturais	12	12
Ciências Sociais	477	501
TESE	Nº Total de Títulos (09)	Nº Total Exemplares (10)
Ciências Aplicadas/Tecnologia	01	01
Ciências Sociais	07	08
Filologia	01	01
TOTAL GERAL DA BIBLIOTECA	8.551	17.794

Fonte: Biblioteca

12.2 SALAS DE AULA

A estrutura das salas de aula foi didaticamente planejada para o maior aproveitamento e conforto do educando. É oferecido um ambiente, construído especificamente para este fim, com:

- a) 1 Ar-condicionado 60.000 BTUs;
- b) Iluminação adequada;
- c) 1 aparelho de Datashow;
- d) 1 Quadro branco;
- e) 1 mesa e 1 cadeira para professor;
- f) 50 carteiras, em média;
- g) 1 mural de aviso em cortiça;
- h) Espaço amplo que possibilita diversas formas de acomodação de carteiras para o desenvolvimento de dinâmicas e atividades em grupos.

12.3 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O laboratório de informática é um local de apoio técnico às atividades de ensino e pesquisa ligadas à informática dentro da Instituição. É um espaço com mesas próprias para acomodar os 25 (vinte e cinco) computadores e as 50 (cinquenta) cadeiras acolchoadas e de rodízios. Esse espaço é aberto e de livre acesso, para utilização pelo público interno da Faculdade. A Internet é exclusivamente destinada às atividades de pesquisa e uso de correio eletrônico (e-mail).

13 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

13.1 PLANEJAMENTO

O planejamento da organização curricular do curso de Direito é o resultado da reflexão sobre a concepção, perfil e objetivos em consonância com o que dispõe a Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Levou-se em consideração, ainda, a

visão das características especiais do profissional que se pretende formar e as necessidades vocacionais da região.

A matriz curricular foi planejada visando à inter-relação entre as disciplinas, proporcionando ao estudante não apenas o conhecimento teórico, mas, também, situações práticas para a aquisição das competências e habilidades desejadas.

As disciplinas do currículo foram organizadas de modo a possibilitar o desenvolvimento de competências relacionadas aos eixos de formação fundamental, profissional e prática. A definição e inserção das disciplinas, bem como o dimensionamento da carga horária de cada uma delas, foram feitas considerando viabilizar o desenvolvimento do perfil desejado para o egresso.

A carga horária total do curso em horas é de 3766,66 horas, das quais 3.366,66 horas são destinadas às disciplinas, 200 (duzentas) horas para o estágio supervisionado e 200 (duzentas) horas para atividades complementares.

O curso está estruturado no regime semestral, sendo dois semestres letivos anuais de 100 (cem) dias cada.

A organização curricular é composta de 10 (dez) períodos letivos com tempo mínimo de integralização do curso de 10 (dez) semestres letivos ou 5 (cinco) anos e tempo máximo de 20 (vinte) semestres letivos ou 10 (dez) anos.

13.2 CURRÍCULO DO CURSO

Com base na legislação em vigor, na missão e nos objetivos institucionais, o curso de Direito da Faceli propõe um currículo com oferta de conteúdos de formação fundamental, de formação profissional e de formação prática.

Para fins de enriquecimento cultural, aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica, o(a) aluno(a) regular da Faceli deverá cursar uma das disciplinas optativas previstas na matriz curricular de seu curso.

No semestre em que está prevista a disciplina optativa, o colegiado de curso definirá qual das disciplinas será ofertada naquele período, levando em consideração as escolhas dos(as) alunos(as), em um prazo de até 30 (trinta) dias antes do início do

semestre letivo. A disciplina escolhida será a que tiver maior aceitação, com anuência da Direção Acadêmica, observada a possibilidade da oferta pela Instituição.

A disciplina optativa cursada será contabilizada no histórico escolar para efeito de comprovação de carga horária obrigatória.

As disciplinas optativas das organizações curriculares de 2014 e 2017 estão previstas no quadro 7.

Disciplinas Optativas
Criminologia
Direito Autoral
Direito da Infância e Juventude
Direito do Petróleo e Gás
Direito e Informática
Direito Econômico
Direito Eleitoral
Direito Imobiliário
Direito Notarial e Registral
Estado e Políticas Públicas
Libras
Mediação e Arbitragem

Quadro 7 – Disciplinas Optativas

Os conteúdos especificados por semestre e sua respectiva matriz curricular, referentes aos ingressantes em 2014, podem ser visualizados nos Quadros 8 e 9.

A alteração introduzida na organização curricular de 2014 para 2017, compreende apenas a mudança de nomenclatura da disciplina de Direitos Humanos e Fundamentais, ofertada no 2º período, que passou a ter a seguinte denominação: Direitos Humanos e História Afro-brasileira e Indígena, mantendo a mesma ementa.

Dessa forma, será apresentada somente a nova matriz curricular de 2017, com a alteração citada acima, no Quadro 10.

O ementário das disciplinas, das organizações curriculares para ingressantes em 2014 e 2017 acima citadas, será apresentado no item 14.3.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO – Ingressantes
2014 a 2016 e 2017 a 2019

Período	Conteúdos de Formação Geral	Conteúdos de Formação Técnico-Jurídica	Conteúdos de Formação Prático-Profissional	Conteúdos de Formação Complementar
1º	Ciência Política e TGE; Linguagem Jurídica; História e Institutos Jurídicos; Iniciação à Pesquisa Científica.	Teoria Geral do Direito	-	Informática aplicada ao Direito; Atividades Complementares
2º	Filosofia Jurídica; Homem, Cultura e Sociedade; Psicologia Jurídica; Integradora I.	Teoria da Constituição; Direito Civil I; Direitos Humanos/ Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena; Teoria Geral do Processo.	-	Atividades Complementares

3º	Metodologia da Pesquisa	Direito Civil II; Direito Constitucional I; Direito Penal I; Direito Processual Civil I.	Integradora II	Atividades Complementares
4º	-	Direito Civil III; Direito Constitucional II; Direito Administrativo I; Direito Penal II; Direito Processual Civil II.	-	Atividades Complementares
5º	-	Direito Civil IV; Direito Administrativo II; Direito Penal III; Direito Processual Civil III; Direito do Consumidor.	Integradora III	Atividades Complementares

6º	-	Direito Civil V; Direito Penal IV; Direito Processual Civil IV; Direito do Trabalho I; Direito Processual Penal I.	-	Atividades Complementares
7º	-	Direito Civil VI; Direito Empresarial I; Direito do Trabalho II; Direito Processual Penal II; Direito Ambiental; Juizados Especiais.	Prática Jurídica I – (Prática Cível); Estágio de Prática Jurídica I;	Atividades Complementares
8º	-	Direito Empresarial II; Direito Tributário I; Direito Processual do Trabalho I; Direito Agrário.	Integradora IV Prática Jurídica II – (Prática Cível); Estágio de Prática Jurídica II;	Optativa I; Atividades Complementares

9º	Lógica e Argumentação Jurídica; TCC I - (Projeto de Pesquisa);	Direito Tributário II; Direito Processual do Trabalho II; Direito Internacional Público e Privado.	Prática Jurídica III – (Prática Penal); Estágio de Prática Jurídica III;	Optativa II; Atividades Complementares
10º	Ética Profissional; TCC II - (Orientação de Monografia);	Tópicos Especiais Avançados em Direito; Tutela de Interesses Difusos e Coletivos; Direito Previdenciário.	Prática Jurídica IV - (Prática Trabalhista); Estágio de Prática Jurídica IV;	Optativas III e IV; Atividades Complementares

Quadro 8 – Matriz curricular do curso de Direito e conteúdos por semestre, para ingressantes em 2014 a 2016.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO 2014 – CARGA HORÁRIA			
1º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
1	Ciência Política e Teoria Geral do Estado –TGE	04	80
2	História e Institutos Jurídicos	04	80
3	Informática Aplicada ao Direito	02	40
4	Iniciação à Pesquisa Científica	02	40
5	Linguagem Jurídica	04	80
6	Teoria Geral do Direito	04	80
TOTAL			400 h/a
7	Atividades Complementares		10h
2º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
8	Direito Civil I	04	80
9	Direitos Humanos e Fundamentais	02	40
10	Filosofia Jurídica	02	40
11	Homem, Cultura e Sociedade	02	40
12	Integradora I	02	40
13	Psicologia Jurídica	02	40
14	Teoria da Constituição	04	80
15	Teoria Geral do Processo	02	40

TOTAL			400h/a
16	Atividades Complementares		10h
3º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
17	Direito Civil II	04	80
18	Direito Constitucional I	04	80
19	Direito Penal I	04	80
20	Direito Processual Civil I	04	80
21	Integradora II	02	40
22	Metodologia da Pesquisa	02	40
TOTAL			400 h/a
23	Atividades Complementares		20h
4º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
24	Direito Administrativo I	04	80
25	Direito Civil III	04	80
26	Direito Constitucional II	04	80
27	Direito Penal II	04	80
28	Direito Processual Civil II	04	80
TOTAL			400 h/a
29	Atividades Complementares		20h

5º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
30	Direito Administrativo II	04	80
31	Direito Civil IV	04	80
32	Direito do Consumidor	02	40
33	Direito Penal III	04	80
34	Direito Processual Civil III	04	80
35	Integradora III	02	40
TOTAL			400 h/a
36	Atividades Complementares		30h
6º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
37	Direito Civil V	04	80
38	Direito do Trabalho I	04	80
39	Direito Penal IV	04	80
40	Direito Processual Civil IV	04	80
41	Direito Processual Penal I	04	80
TOTAL			400 h/a
42	Atividades Complementares		30h
7º PERÍODO			

Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
43	Direito Ambiental	02	40
44	Direito Civil VI	04	80
45	Direito do Trabalho II	02	40
46	Direito Empresarial I	04	80
47	Direito Processual Penal II	04	80
48	Juizados Especiais	02	40
49	Prática Jurídica I – Prática Cível	02	40
TOTAL			400 h/a
50	Estágio de Prática Jurídica I	-	50h
51	Atividades Complementares		30h
8º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
52	Direito Agrário	02	40
53	Direito Empresarial II	04	80
54	Direito Processual do Trabalho I	04	80
55	Direito Tributário I	04	80
56	Integradora IV	02	40
57	Optativa I	02	40
58	Prática Jurídica II – Prática Cível	02	40

TOTAL			400 h/a
59	Estágio de Prática Jurídica II	-	50h
60	Atividades Complementares		30h
9º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
61	Direito Internacional Público e Privado	04	80
62	Direito Processual do Trabalho II	04	80
63	Direito Tributário II	04	80
64	Lógica e Argumentação Jurídica	02	40
65	Optativa II	02	40
66	Prática Jurídica III – Prática Penal	02	40
67	TCC I – Projeto de Pesquisa	02	40
TOTAL			400 h/a
68	Estágio de Prática Jurídica III	-	50 h
69	Atividades Complementares		10h
10º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
70	Direito Previdenciário	04	80
71	Ética Profissional	02	40
72	Optativa III	02	40
73	Optativa IV	02	40

74	Prática Jurídica IV – Prática Trabalhista	02	40
75	Tópicos Especiais Avançados	04	80
76	Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos	04	80
TOTAL			400 h/a
77	Estágio de Prática Jurídica IV	-	50h
78	TCC II – Monografia	-	40 h/a
79	Atividades Complementares		10h
RESUMO			
	TOTAL CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS DO CURSO		4000 h/a
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		200 h
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		200 h
(nº hora aula / 60 min x 50 min = total horas + estágio + atividades complementares)			
(4000 / 60 min x 50 min = 3333,33 horas + 200h + 200 h = 3733,33 horas)			
TOTAL GERAL DE HORAS DO CURSO			3733,33 horas

Quadro 9 – Matriz Curricular para ingressantes em 2014 a 2016.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO 2017 a 2019 – CARGA HORÁRIA			
1º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
1	Ciência Política e Teoria Geral do Estado –TGE	04	80
2	História e Institutos Jurídicos	04	80

3	Informática Aplicada ao Direito	02	40
4	Iniciação à Pesquisa Científica	02	40
5	Linguagem Jurídica	04	80
6	Teoria Geral do Direito	04	80
TOTAL			400 h/a
7	Atividades Complementares		10h
2º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
8	Direito Civil I	04	80
9	Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena	02	40
10	Filosofia Jurídica	02	40
11	Homem, Cultura e Sociedade	02	40
12	Integradora I	02	40
13	Psicologia Jurídica	02	40
14	Teoria da Constituição	04	80
15	Teoria Geral do Processo	02	40
TOTAL			400h/a
16	Atividades Complementares		10h
3º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral

17	Direito Civil II	04	80
18	Direito Constitucional I	04	80
19	Direito Penal I	04	80
20	Direito Processual Civil I	04	80
21	Integradora II	02	40
22	Metodologia da Pesquisa	02	40
TOTAL			400 h/a
23	Atividades Complementares		20h
4º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
24	Direito Administrativo I	04	80
25	Direito Civil III	04	80
26	Direito Constitucional II	04	80
27	Direito Penal II	04	80
28	Direito Processual Civil II	04	80
TOTAL			400 h/a
29	Atividades Complementares		20h
5º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
30	Direito Administrativo II	04	80
31	Direito Civil IV	04	80

32	Direito do Consumidor	02	40
33	Direito Penal III	04	80
34	Direito Processual Civil III	04	80
35	Integradora III	02	40
TOTAL			400 h/a
36	Atividades Complementares		30h
6º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
37	Direito Civil V	04	80
38	Direito do Trabalho I	04	80
39	Direito Penal IV	04	80
40	Direito Processual Civil IV	04	80
41	Direito Processual Penal I	04	80
TOTAL			400 h/a
42	Atividades Complementares		30h
7º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
43	Direito Ambiental	02	40
44	Direito Civil VI	04	80
45	Direito do Trabalho II	02	40
46	Direito Empresarial I	04	80

47	Direito Processual Penal II	04	80
48	Juizados Especiais	02	40
49	Prática Jurídica I – Prática Cível	02	40
TOTAL			400 h/a
50	Estágio de Prática Jurídica I	-	50h
51	Atividades Complementares		30h
8º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
52	Direito Agrário	02	40
53	Direito Empresarial II	04	80
54	Direito Processual do Trabalho I	04	80
55	Direito Tributário I	04	80
56	Integradora IV	02	40
57	Optativa I	02	40
58	Prática Jurídica II – Prática Cível	02	40
TOTAL			400 h/a
59	Estágio de Prática Jurídica II	-	50h
60	Atividades Complementares		30h
9º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
61	Direito Internacional Público e Privado	04	80

62	Direito Processual do Trabalho II	04	80
63	Direito Tributário II	04	80
64	Lógica e Argumentação Jurídica	02	40
65	Optativa II	02	40
66	Prática Jurídica III – Prática Penal	02	40
67	TCC I – Projeto de Pesquisa	02	40
TOTAL			400 h/a
68	Estágio de Prática Jurídica III	-	50 h
69	Atividades Complementares		10h
10º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
70	Direito Previdenciário	04	80
71	Ética Profissional	02	40
72	Optativa III	02	40
73	Optativa IV	02	40
74	Prática Jurídica IV – Prática Trabalhista	02	40
75	Tópicos Especiais Avançados	04	80
76	Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos	04	80
TOTAL			400 h/a
77	Estágio de Prática Jurídica IV	-	50h
78	TCC II – Monografia	-	40 h/a

79	Atividades Complementares	10h
RESUMO		
	TOTAL CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS DO CURSO	4000 h/a
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200 h
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	200 h
(nº hora aula / 60 min x 50 min = total horas + estágio + atividades complementares) (4000 / 60 min x 50 min = 3333,33 horas + 200h + 200 h = 3733,33 horas)		
TOTAL GERAL DE HORAS DO CURSO		3733,33 horas

Quadro 10 – Matriz Curricular para ingressantes em 2017 a 2019.

O Colegiado do Curso de Direito da Faceli, acatando proposta do Núcleo Docente Estruturante do Curso, aprovou nova organização curricular para ingressantes a partir de 2020. Submetida ao Conselho Superior em reunião realizada em 12/06/2019, a nova organização foi aprovada.

Com a proposta da nova organização curricular do curso, pretende-se, sem descuidar da formação humanística, aprofundar, especificamente, o conhecimento técnico-jurídico nas áreas relacionadas ao Direito Privado (Cível, Empresarial e Trabalhista), de modo a habilitar o egresso a atuar na pujante economia linharensense e regional, adaptando seu conhecimento à realidade e necessidade locais.

Tal foco é inovador e atende às características da região, diferentemente dos demais cursos de Direito no Estado do Espírito Santo, que, tradicionalmente, privilegiam os conhecimentos jurídicos das áreas de Direito Processual ou de Direitos e Garantias Fundamentais.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, essa formação com ênfase no Direito Empresarial, Cível e Trabalhista, possibilitará ao egresso do Curso de Direito da Faceli, destacar-se profissionalmente dos demais, já que há carência de profissionais com competência nessa área em franca expansão, principalmente no Norte do Estado.

Dessa forma, nos Quadros 11 e 12, estão informadas a organização curricular e a nova matriz curricular proposta para ingressantes em 2020, com as justificativas das mudanças.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO				
Ingressantes 2020				
Período	Conteúdos de Formação Geral	Conteúdos de Formação Técnico-Jurídica	Conteúdos de Formação Prático-Profissional	Conteúdos de Formação Complementar
1º	Ciência Política e TGE; Linguagem Jurídica; História do Direito; Filosofia Geral e Jurídica; Economia;	Introdução ao Estudo do Direito.	-	Atividades Complementares; Informática Aplicada ao Direito;
2º	Teoria da Constituição; Sociologia Geral e Jurídica; Psicologia Jurídica; Metodologia da Pesquisa.	Direito Civil I - (Parte Geral); Direito Penal I – (Parte Geral I).	-	Atividades Complementares

3º	-	Teoria Geral do Processo; Direito Civil II – (Obrigações e Atos Unilaterais); Direito Constitucional I; Direito Penal II - (Parte Geral II); Direito Internacional Público.	-	Atividades Complementares
4º	-	Direito Civil III – (Responsabilidade e Teoria Geral dos Contratos); Direito Empresarial I; Direito Constitucional II; Direito Penal III – (Parte Especial); Direito Processual Civil I – (Processo de Conhecimento)	-	Atividades Complementares

5º	Optativa I.	Direito Civil IV – (Contratos); Direitos Humanos; Direito Penal IV – (Parte Especial); Direito Processual Civil II – (Recursos); Direito Empresarial II;	-	Atividades Complementares
6º	-	Direito Civil V – (Coisas); Direito do Trabalho I; Direito Processual Penal I; Direito Processual Civil III – (Execução); Direito do Consumidor; Optativa II.	-	Atividades Complementares

7º	-	Direito do Trabalho II; Direito Civil VI – (Família); Direito Processual Civil IV – (Procedimentos e Juizados Especiais); Direito Processual Penal II; Direito Administrativo I.	Estágio de Prática Jurídica I	Atividades Complementares.
8º	Ética Profissional;	Direito Civil VII – (Sucessões); Direito Administrativo II; Direito Tributário I; Direito Ambiental; Direito Processual do Trabalho I.	Estágio de Prática Jurídica II.	Atividades Complementares.

9º	TCC I – (Projeto de Pesquisa).	Direito Processual do Trabalho II; Direito da Seguridade Social; Direito Tributário II; Estatutos Protetivos.	Estágio de Prática Jurídica III.	Atividades Complementares.
10º	- TCC II – (Orientação de Monografia).	-	Estágio de Prática Jurídica IV; Prática Cível; Prática Penal; Prática Trabalhista.	Atividades Complementares; Optativas III e IV.

Quadro 11 – Organização Curricular do Curso de Direito e conteúdos por semestre, para ingressantes a partir de 2020.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO 2020 – CARGA HORÁRIA			
1º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
1	Introdução ao Estudo do Direito	4	80
2	História do Direito	2	40
3	Ciência Política e Teoria Geral do Estado –TGE	4	80
4	Filosofia Geral e Jurídica	2	40
5	Linguagem Jurídica	4	80
6	Economia	2	40
7	Informática Aplicada ao Direito	2	40
TOTAL			400 h/a
8	Atividades Complementares		10h
2º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
9	Sociologia geral e jurídica	4	80
10	Metodologia Científica	2	40
11	Psicologia Jurídica	2	40
12	Teoria da Constituição	4	80
13	Direito Civil I – Parte Geral	4	80
14	Direito Penal I – Parte Geral I	4	80
TOTAL			400h/a

15	Atividades Complementares	10h	
3º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
16	Direito Constitucional I	4	80
17	Direito Civil II – Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade	4	80
18	Direito Penal II – Parte Geral II	4	80
19	Teoria Geral do Processo	4	80
20	Direito Internacional Público	4	80
TOTAL			400 h/a
22	Atividades Complementares	20h	
4º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
23	Direito Constitucional II	4	80
24	Direito Civil III - Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos	4	80
25	Direito Penal III – Parte Especial	4	80
26	Direito Processual Civil I – Processo de Conhecimento	4	80
27	Direito Empresarial I	4	80
TOTAL			400 h/a
28	Atividades Complementares	20h	
5º PERÍODO			

Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
29	Direito Civil IV – Contratos	4	80
30	Direito Penal IV - Parte Especial	4	80
31	Direito Processual Civil II – Recursos	4	80
32	Direito Empresarial II – Títulos de crédito e Falência	4	80
33	Direitos Humanos	2	40
34	Optativa I	2	40
TOTAL			400 h/a
35	Atividades Complementares		30h
6º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
36	Direito Civil V – Coisas	4	80
37	Direito Processual Civil III – Execução	4	80
38	Direito do Trabalho I	4	80
39	Direito Processual Penal I	4	80
40	Direito do Consumidor	2	40
41	Optativa II	2	40
TOTAL			400 h/a
42	Atividades Complementares		30h
7º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral

43	Direito Civil VI – Família	4	80
44	Direito Processual Civil IV – Procedimentos e Juizado Especial	4	80
45	Direito do Trabalho II	4	80
46	Direito Processual Penal II	4	80
47	Direito Administrativo I	4	80
TOTAL			400 h/a
48	Estágio de Prática Jurídica I	-	50h
49	Atividades Complementares		30h
8º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
50	Direito Civil VII – Sucessões	4	80
51	Direito Administrativo II	4	80
52	Direito Tributário I	4	80
53	Direito Ambiental	2	40
54	Direito Processual do Trabalho I	4	80
55	Ética Profissional	2	40
TOTAL			400 h/a
56	Estágio de Prática Jurídica II	-	50h
57	Atividades Complementares		30h
9º PERÍODO			

Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
58	Direito Tributário II	4	80
59	Direito Processual do Trabalho II	4	80
60	Estatutos Protetivos	4	80
61	Direito da Seguridade Social	4	80
62	TCC I - Projeto de Pesquisa	4	80
TOTAL			400 h/a
63	Estágio de Prática Jurídica III	-	50 h
64	Atividades Complementares		10h
10º PERÍODO			
Nº	Disciplinas	CH Semanal	CH Semestral
65	Prática Cível	4	80
66	Prática Penal	2	40
67	Prática Trabalhista	2	40
68	TCC II – Orientação de Monografia	8	160
69	Optativa III	2	40
70	Optativa IV	2	40
TOTAL			400 h/a
71	Estágio de Prática Jurídica IV	-	50h
72	Atividades Complementares		10h
RESUMO			

	TOTAL CARGA HORÁRIA DISCIPLINAS DO CURSO	4000 h/a
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200 h
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	200 h
(nº hora aula / 60 min x 50 min = total horas + estágio + atividades complementares) (4000 / 60 min x 50 min = 3333,33 horas + 200h + 200 h = 3733,33 horas)		
	TOTAL GERAL DE HORAS DO CURSO	3733,33 horas

Quadro 12 – Matriz Curricular 2020

As disciplinas optativas da organização curricular para ingressantes a partir de 2020 estão listadas nos Quadros 13, 14 e 15, por oferta.

Listas de Disciplinas Optativas I
Criminologia
Direito de Autor e Propriedade Intelectual
Direito e Bioética
Direito e Cinema
Direito e Literatura
Direito Eleitoral
Direito Internacional Privado
Direito Marítimo
Direito Notarial e Registral
Estado e Políticas Públicas
Formação Econômica do Brasil Contemporâneo
Hermenêutica Jurídica
História, Diversidade e Cultura Afro-brasileira e Indígena
História das Ideias Políticas no Brasil
História do Direito no Brasil
Libras
Lógica e Argumentação Jurídica
Mediação e Arbitragem
Metodologia Científica Avançada
Noções de Contabilidade Empresarial
Organizações Internacionais
Psicologia Forense
Teoria dos Jogos
Tratados Internacionais dos Direitos Humanos

Quadro 13 – Disciplinas Optativas I

Listas de Disciplinas Optativas II
Criminologia
Direito de Autor e Propriedade Intelectual
Direito e Bioética
Direito e Cinema
Direito e Literatura
Direito Eleitoral
Direito Eletrônico
Direito Financeiro
Direito Imobiliário
Direito Internacional Privado
Direito Marítimo
Direito Notarial e Registral
Legislação Penal Extravagante
Libras
Lógica e Argumentação Jurídica
Metodologia Científica Avançada
Organizações Internacionais
Tópicos Avançados do Direito do Consumidor
Tratados Internacionais dos Direitos Humanos

Quadro 14 - Disciplinas Optativas II

Listas de Disciplinas Optativas III e IV
Direito Agrário
Direito Coletivo e Sindical do Trabalho
Direito Concorrencial
Direito do Petróleo e Gás
Direito Econômico
Direito Eletrônico
Legislação Penal Extravagante
Libras
Lógica e Argumentação Jurídica

Prática em Direito Público
Processo Coletivo
Tópicos Avançados de Direito Civil
Tópicos Avançados de Direito Penal
Tópicos Avançados do Direito Ambiental
Tópicos Avançados do Direito do Consumidor

Quadro 15 – Lista de Optativas III e IV.

As mudanças propostas para a nova organização curricular com vigência para ingressantes a partir de 2020/1, estão dispostas abaixo com as respectivas justificativas.

1º PERÍODO
Disciplina: Ciência Política e Teoria Geral do Estado - TGE
Alteração: Sugestão de alteração na ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: A sociedade e o Estado. Origem, justificação, evolução histórica e elementos do Estado. Soberania. Formas de Governo. Regimes de governo. Sistemas de governo. Os partidos políticos e os sistemas eleitorais
Justificativa: A alteração sugerida é, na verdade, apenas um modo mais sintético de expressar os mesmos assuntos mencionados na ementa atual. No entanto, a alteração se justifica em razão de que a nova ementa é mais objetiva e estabelece com maior clareza o conteúdo que deve ser abordado pelo professor responsável por ministrar a disciplina.
Disciplina: História e Institutos Jurídicos
Alteração: diminuição da carga horária de 80h para 40h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Introdução aos Estudos Históricos (Conceito, Divisões, Metodologia, Teorias, Fontes e Interdisciplinaridade). A Formação do Direito nas Sociedades Ágrafas. Direito, Jurisprudência e Justiça na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). Direito na Idade Média (Direito Germânico e Canônico). Direito na Idade Moderna (Direito Comum, Direito Continental e Movimento Codificador). O Direito nas Sociedades Contemporâneas.
Justificativa: A ementa e o nome da disciplina para História do Direito a fim de

apresentar uma informação mais precisa quanto à área de conhecimento a qual abarca a matéria, bem como incorporar assuntos referentes ao campo da História que não foram contemplados na ementa anterior. Quanto à diminuição da carga horária, alguns assuntos abordados na extinta *História e Institutos Jurídicos* foram pulverizados História do Direito, oportunizando a inserção ao primeiro período de Direito a disciplina Economia, com 40 horas, o que favorece aos discentes quanto aos seus conhecimentos

Disciplina: Iniciação à Pesquisa Científica

Alteração: extinção da disciplina

Justificativa: Essa disciplina foi suprimida e incorporada nas disciplinas de Metodologia Científica e de TCC I – Projeto de Pesquisa, tornando-se desnecessário haver uma matéria que basicamente se diluiu nessas duas. Inclusive, as 40 horas que eram destinadas a esta matéria foram remanejadas justamente para TCC I – Projeto de Pesquisa.

Disciplina: Linguagem Jurídica

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte

Nova Ementa: Introdução à comunicação jurídica. Vocabulário jurídico. Linguagem jurídica. Estrutura frásica na linguagem jurídica. Discurso jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Aspectos linguísticos e redacionais de peças jurídicas. Estilística jurídica.

Justificativa: A nova ementa traz os mesmos assuntos da ementa antiga, todavia de forma sintética, possibilitando adequações às diferentes realidades de ensino-aprendizagem.

Disciplina: Teoria Geral do Direito

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Introdução ao Estudo do Direito** e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: para Introdução ao Estudo do Direito e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: O que é direito. O direito e ciência. Direito e justiça. Formação e estrutura do Judiciário brasileiro. Direito e moral. Direito e ideologia. Direito objetivo e subjetivo. Direito público e privado. Direito material e processual. Sistema romano-germânico, common law, teoria da norma jurídica. Hermenêutica jurídica. Fontes do direito, fontes formais e materiais, hierarquia das fontes. Vigência da lei no tempo e no espaço. Lacunas e conflitos

normativos. Teoria do ordenamento Jurídico.
Justificativa: A ementa da disciplina Teoria Geral do Direito atual não contempla aspectos propedêuticos (conceitos, fontes, hermenêutica, autonomias, etc.) sobre direito, sendo a mudança da ementa necessária para incluir esses aspectos. A ementa da referida disciplina teve acrescido o seu conteúdo para melhoria das teorias estudadas em Teoria Geral do Direito. Quanto à mudança de nomenclatura, Introdução ao Estudo do Direito se encaixa melhor com os conteúdos constantes em sua ementa.
Disciplina: Economia
Alteração: Criação da disciplina a ser ofertada no 1º período, com carga horária de 40h. Ementa: Macroeconomia Keynesiana: Estudos dos principais Agregados Macroeconômicos (Produto Interno Bruto, Taxa de Juros, Desemprego, Inflação). Política Econômica (Política Monetária, Política Fiscal, Política Cambial e Política de Rendas). Economia Brasileira sob a ótica dos principais planos econômicos (Plano SALTE; Plano de Metas; PAEG; Plano Nacional de Desenvolvimento I, II e III; Plano Cruzado, Plano Collor I e II, Plano Real).
Justificativa: De acordo com a Resolução do CNE/CES 05/2018 em seu art. 5º do inc. I, essa matéria é citada nominalmente como uma das matérias de formação geral obrigatórias, além de facilitar os estudos de outros ramos do Direito, como virão em períodos subsequentes, como: Direito Tributário; Direito Concorrencial e Direito Econômico, por exemplo.
2º PERÍODO
Disciplina: Direito Civil I
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Civil I - Parte Geral e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Direito Civil: conceito e formação histórica. Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais: Personalidade, Capacidade, Ausência. Pessoas jurídicas: Disposições Gerais, Associações, Fundações. Domicílio. Bens. Teoria geral do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Teoria das nulidades. Prescrição e decadência. Provas.
Justificativa: Basicamente não houve mudanças de conteúdo, apenas uma correção técnica na terminologia dos temas que já eram abordados na matéria. A

única alteração de fato é a inclusão da matéria referente às “Provas” que consta na parte geral do Código Civil, uma vez que não se encontrava em nenhuma das ementas do ramo de Direito Civil. A alteração no nome da disciplina decorre-se do acréscimo da expressão “Parte Geral”, que visa facilitar a compreensão de qual ramo do Código Civil está a se tratar.

Disciplina: Direitos Humanos e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direitos Humanos, com mudança do 2º para o 5º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao Direito Humano. Características dos direitos humanos. Geração de Direitos. Incorporação dos Tratados de Direitos Humanos no Brasil. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tribunal Penal Internacional.

Justificativa: Disciplina deixou de ser Direitos Humanos e Cultura Afro-brasileira, para incorporar, somente, **Direitos Humanos** e sua proteção internacional. Por isso, a nova disciplina englobará a análise dos mecanismos de proteção internacional dos Direitos Humanos a nível global (Organização das Nações Unidas) e a nível regional (Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos). No que diz respeito à retirada do 2º período com a sua inserção no 5º, justifica-se ao fato dos alunos estarem mais amadurecidos, vez que já terão estudado disciplinas que, de certa forma, lhe darão base para o estudo dos Direitos Humanos.

Disciplina: Filosofia Jurídica

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Filosofia Geral e Jurídica**, com mudança do 2º para o 1º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: O que é filosofia? Origens da filosofia. Primeiros filósofos. A filosofia jurídica dos sofistas. A filosofia jurídica de Sócrates. A filosofia jurídica de Platão. A filosofia jurídica de Aristóteles. A filosofia jurídica medieval. A filosofia jurídica de Thomas Hobbes. A filosofia jurídica de John Locke. A filosofia jurídica de Jean-Jacques Rousseau. A filosofia jurídica de Immanuel Kant. O juspositivismo x jusnaturalismo. A filosofia jurídica de Michel Foucault.

Justificativa: Justifica-se a alteração do nome da disciplina e da ementa visto que, para se estudar a Filosofia Jurídica é necessário saber a origem da Filosofia e a sua importância para fundamentação do pensar jurídico. A realocação da disciplina do 2º para o 1º período, justifica-se pelo fato de ser uma matéria sobre a qual se constrói o edifício do conhecimento jurídico o que por esse motivo deve vir no início do curso.

Disciplina: Homem, Cultura e Sociedade

Alteração: Alteração da nomenclatura para Sociologia Geral e Jurídica, com o aumento da carga horária de 40h para 80h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte.

Nova Ementa: Conceitos básicos da Sociologia e da Antropologia. Sociedade e sujeito. Vida em sociedade: análise teórica. Formação da cultura. Conflito, integração e mudanças sociais. Legitimidade e Direito. Poder, Estado e Controle Social. Direitos Culturais.

Justificativa: A ementa e o nome da disciplina foram alterados uma vez que esta agora apresenta 80 horas semestrais. Ademais, o componente curricular vai incluir também uma abordagem antropológica do Direito.

Disciplina: Integradora I

Alteração: extinção da disciplina.

Justificativa: O conteúdo da disciplina Integradora I foi pulverizado em várias outras, uma vez que seu conteúdo se repetia em outras disciplinas e os poucos conteúdos que não se repetiam estavam localizados no período não adequado. Assim: "Justiça. Noção de Direito. Segurança Jurídica. Fundamentos para Interpretação do Direito", que são conteúdos atinentes a disciplina Introdução ao Estudo do Direito, tratado no 1º período, motivo por que a esta foram incorporados. O mesmo acontece com "Dimensão Sociológica do Direito" que por sua pertinência temática foi para Sociologia Geral e Jurídica (2º período) e por fim, "Efetividade do Direito através da intervenção do Estado: presença estatal nas relações jurídicas públicas e privadas" que foi incorporada a disciplina Ciência Política e TGE do 1º período.

Disciplina: Teoria da Constituição

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Constituição. Direito constitucional. Poder constituinte. Normas

constitucionais. A supremacia da constituição e o controle de constitucionalidade. Interpretação, aplicação e efetividade da Constituição. Direito constitucional intertemporal. A história constitucional brasileira.

Justificativa: A ementa original da disciplina Teoria da Constituição merece alteração em virtude de que pretende estudar simultaneamente temas do chamado Direito Constitucional Geral e temas de Direito Constitucional Positivo. A proposta de reformulação da ementa corrige esse equívoco, restringindo o conteúdo da disciplina Teoria da Constituição apenas aos assuntos típicos do Direito Constitucional Geral. Além disso, a nova ementa inclui um novo assunto – a história constitucional brasileira – o qual é imprescindível para que os alunos compreendam as etapas e acontecimentos históricos e políticos bem como os textos constitucionais de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 (e a Emenda Constitucional nº 1 de 1969) que antecederam a vigente Constituição de 1988 e que, de maneira direta ou indireta, foram determinantes para a construção do Estado democrático de Direito fixado pelo atual texto constitucional

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Alteração: Alteração do período de oferta que passa do 2º para o 3º período, com aumento da carga horária de 40h para 80h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Jurisdição, Competência; Ação; Processo e Procedimento; Organização Judiciária; Princípios Constitucionais do Processo; Partes e procuradores; poderes, direitos e deveres processuais; despesas processuais; intervenção de terceiros.

Justificativa: O conteúdo da disciplina exige o mínimo de 80 horas para que possa ser ministrado em sala de aula de maneira minimamente aprofundada. Além disso, a matéria exige um maior amadurecimento do estudante enquanto discente, para que as matérias introdutórias do curso possam facilitar o aprendizado desta disciplina. No mais, o conteúdo “Princípios constitucionais do processo” foi ampliando para “Princípios Gerais do Processo”, por se tratar de conteúdo de ciência obrigatória do operador do direito, bem como porque está intrinsecamente ligado aos demais conteúdos ministrados nesta disciplina. Também, manteve-se a ementa anterior com o acréscimo dos seguintes tópicos: “Das Normas Fundamentais e da aplicação das normas processuais”,

“competência”, “dos sujeitos do processo”, “dos deveres das partes e de seus procuradores”, “despesas processuais”, “listisconsórcio”, “intervenção de terceiros”, “do Juiz e dos Auxiliares da Justiça”, “dos atos processuais”, “da formação, da suspensão e da extinção do processo”.

3º PERÍODO

Disciplina: Direito Civil II

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Civil II – Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao Direito das Obrigações. Estrutura da relação obrigacional. Obrigações naturais. Obrigações reais (*propter rem*). Fontes das Obrigações. Elementos essenciais da obrigação. Classificação das obrigações. Transmissão das obrigações. Pagamento. Formas especiais de pagamento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Preferências e privilégios creditórios. Atos unilaterais de vontade: Promessa de recompensa, Gestão de negócios, Pagamento indevido, Enriquecimento sem causa.

Justificativa: O conteúdo da disciplina teve as nomenclaturas adequadas tecnicamente, embora nenhuma tenha sido modificada ou excluída, porém houve acréscimo do conteúdo “Atos Unilaterais de Vontade: Promessa de recompensa, Gestão de negócios, Pagamento indevido, Enriquecimento sem causa”, uma vez que era parte da ementa da anterior disciplina Direito Civil III que também teve sua ementa reformulada para adequação da carga horária e para inclusão de matérias de suma importância que antes eram ministradas nas disciplinas de Integradora (II e III), de maneira avulsa e sem contexto.

Disciplina: Direito Constitucional I

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: A Constituição Brasileira de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos poderes. Do poder legislativo. O processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do poder executivo. Administração pública. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Justificativa: A ementa sugerida se coaduna com a nova abordagem proposta para o estudo do Direito Constitucional no Curso de graduação em Direito da FACELI, equilibrando a abordagem zetética (Teoria Geral do Estado/Ciência

Política e Teoria da Constituição) com a abordagem dogmática (Direito Constitucional I e Direito Constitucional II). Desta forma, se na disciplina Teoria Geral do Estado/Ciência Política e na disciplina Teoria da Constituição o que se buscou foi apresentar ao aluno as discussões teóricas e conceituais que antecederam e foram determinantes para a formulação dos institutos jurídicos previstos na Constituição de 1988, as disciplinas Direito Constitucional I e Direito Constitucional II passam ao estudo do texto constitucional positivo, analisando a forma e o conteúdo de suas normas, com especial atenção à interpretação que a elas confere a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Em Direito Constitucional I, analisam-se inicialmente os primeiros (e mais importantes) artigos da Constituição – princípios fundamentais, direitos fundamentais e organização do poder do Estado – bem como a organização, funcionamento, formação e finalidade dos Poderes Executivo e Legislativo.

Disciplina: Direito Penal I

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Direito Penal I – Parte Geral I**, com mudança do 3º para o 2º período.

Justificativa: Assim como Direito Civil I, a disciplina de Direito Penal I consta no 2º Período para possibilitar um maior contato do aluno com matérias específicas do direito. Quanto ao nome da disciplina, esse apenas foi complementado para se adequar fidedigna e tecnicamente à ementa.

Disciplina: Direito Processual Civil I

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Direito Processual Civil I - Processo de Conhecimento**, com mudança do 3º para o 4º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Da audiência de conciliação ou mediação. Da resposta do réu: contestação, reconvenção. Da revelia. Das providências preliminares. Do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das Provas. Da sentença. Da coisa julgada.

Justificativa: Considerando que a disciplina de Teoria Geral do Processo está atualmente com 80 horas no 3º Período, a disciplina de Direito Processual Civil I foi inserida no 4º período, para acompanhar o andamento linear da matéria, além do que a ementa dessa disciplina foi atualizada de acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei. n. 13105/15) e considerando o aumento da carga horária de

Teoria Geral do Processo, a ementa de Processo Civil I inicia-se pelo estudo da Petição Inicial indo até o estudo da Sentença e da Coisa Julgada.
Disciplina: Integradora II
Alteração: extinção da disciplina
Justificativa: O conteúdo da disciplina Integradora II foi pulverizado em várias outras, uma vez que seu conteúdo se repetia em outras disciplinas e os poucos conteúdos que não se repetiam foram remanejados para disciplinas mais específicas, que podem abordá-los de maneira mais eficiente, contextualizada e aprofundada. Assim: "Introdução ao estudo dos contratos cíveis como instrumento de validação das relações jurídicas obrigacionais. Teoria Geral da Responsabilidade" são conteúdos da nova disciplina denominada Direito Civil III do 4º Período; "Formalismo Processual" é conteúdo já ministrado na disciplina Teoria Geral do Processo do 3º Período; e "Neoconstitucionalismo" é ministrado na disciplina Teoria da Constituição do 2º Período.
Disciplina: Metodologia da Pesquisa
Alteração: Alteração da nomenclatura para Metodologia Científica , com mudança do 3º para o 2º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Processo de conhecimento. Conhecimento científico. Organização do trabalho acadêmico. Normas técnicas para elaboração de trabalhos científicos. Noções de método científico. Pesquisa jurídica
Justificativa: A decisão de trazer para o 2º período de Direito se justifica ante a mescla com a extinta matéria Iniciação à Pesquisa Científica. Pelo mesmo motivo foram acrescentados pontos na ementa da disciplina Metodologia Científica referentes à matéria extinta. Quanto à alteração do nome, justifica-se ante à referida mescla.
4º PERÍODO
Disciplina: Direito Administrativo I
Alteração: – Alteração do período de oferta que passa do 4º para o 7º período.
Justificativa: Já que a matéria de Direito Constitucional é base essencial desta disciplina, bem como as disciplinas Direito Civil III, IV e V, que contêm temas imprescindíveis para a compreensão de certos institutos de direito administrativo, preferiu-se aguardar o fim de todas essas disciplinas, o que ocorreu no 6º

Período, para, então, adentrar nos estudos de Direito Administrativo.
Disciplina: Direito Civil III
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Civil IV – Contratos, com mudança do 4º para o 5º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Introdução aos contratos em espécie. Compra e venda. Troca. Contrato estimatório. Doação. Locação no Código Civil e na Lei de Locação. Fiança. Prestação de serviço. Empreitada. Comodato. Mútuo. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Transação. Compromisso. Arrendamento mercantil (<i>Leasing</i>). Shopping center. Representação comercial. Franquia. Faturização (<i>Factoring</i>). Contratos bancários: operação ativa e passiva. Outros contratos.
Justificativa: Seguindo a justificativa de Direito Civil III, esta disciplina abará os contratos em espécie previstos no Código Civil, além de ser acrescido ao conteúdo, o estudo dos contratos previstos em legislações civis e empresariais extravagantes, o que não era estudado anteriormente. Com relação ao direito das coisas, este passou a ser estudado em Direito Civil V, no 6º Período, para seguir a ordem linear da matéria.
Disciplina: Direito Constitucional II
Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: A Constituição Brasileira de 1988 (continuação). Do poder judiciário. Funções essenciais à Justiça. O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social.
Justificativa: A nova ementa da disciplina Direito Constitucional II dá continuidade ao estudo dogmático do texto constitucional positivo de 1988, passando a analisar a organização e funcionamento do Poder Judiciário bem como analisando o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. De forma introdutória, estuda também as ordens tributária, econômica, financeira e social prevista na Constituição de 1988.
Disciplina: Direito Penal II
Alteração: – Alteração da nomenclatura para Direito Penal II – Parte Geral II, com mudança do 4º para o 3º período.

Justificativa: O nome da disciplina apenas foi complementado para se adequar fidedigna e tecnicamente à ementa. Quanto a estar no 3º Período, justifica-se para acompanhar o andamento linear da matéria.
Disciplina: Direito Processual Civil II
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Processual Civil II - Recursos , com mudança do 4º para o 5º período
Justificativa: Diante da realocação de Teoria Geral do Processo, todas as disciplinas de Processo Civil foram remanejadas para o período subsequente.
Disciplina: Direito Civil III - Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos
Alteração: Criação da disciplina a ser ofertada no 4º período, com carga horária de 80h. Proposta de ementa: Ementa: Introdução ao tema da responsabilidade civil. Ato ilícito e abuso de direito. Espécies e elementos de Responsabilidade. Excludentes do dever de indenizar. Outras modalidades de responsabilidade. Dano e reparação. Evolução histórico-conceitual dos contratos. Princípios gerais do direito contratual. Classificação e formação dos contratos. Relatividade dos efeitos dos contratos. Revisão dos contratos pelo Código Civil. Vícios redibitórios e evicção. Extinção dos contratos. Interpretação dos contratos.
Justificativa: Esta matéria foi criada de modo a ser mais completo, passando a surgir o conteúdo de Responsabilidade Civil foi acrescentado, como explicado na justificativa de Integradora II, e o conteúdo referente a contratos foi dividido, de modo que a disciplina Teoria Geral dos Contratos permaneceu em Direito Civil III e o conteúdo de Contratos em Espécie passou a integrar a disciplina de Direito Civil IV, no 5º Período.
5º PERÍODO
Disciplina: Direito Administrativo II
Alteração: Alteração do período de oferta do 5º para o 8º período.
Justificativa: Diante da realocação de Direito Administrativo I, a disciplina Direito Administrativo II foi remanejada para o período subsequente.
Disciplina: Direito Civil IV
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Civil V – Coisas, com mudança do 5º para o 6º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao estudo do Direito das Coisas. Conceito de Direito das Coisas. Posse. Propriedade. Função Social da Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Direitos reais de fruição: Superfície, Laje, Servidões, Usufruto, Uso, Habitação, Concessões especiais, Enfiteuse. Direito real de aquisição. Direitos reais de garantia: Teoria geral, Penhor, Hipoteca, Anticrese, Propriedade fiduciária.

Justificativa: A ementa de direito das coisas, antes constante de Direito Civil IV, foi alterada da seguinte maneira: o conteúdo Função Social da Propriedade foi acrescido, vindo de integradora III; e também foram acrescidos os conteúdos essenciais referentes ao direito real de aquisição. Além disso, foram adequadas as nomenclaturas das matérias, sem qualquer modificação. A perda de conteúdo se deu pela extinção de "direito autoral", que consta como disciplina optativa, já que demanda carga horária específica para ser ministrada, além de não se tratar de matéria relacionada ao tema de direito das coisas. Com relação ao direito de família, este passou a ser estudado em Direito Civil VI, no 7º Período, para seguir a ordem linear da matéria.

Disciplina: Direito do Consumidor

Alteração: Alteração com mudança do 5º para o 6º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: O Código de Defesa do Consumidor. O microssistema coletivo. Princípios do Código de Defesa do Consumidor. Relação jurídica de consumo: consumidor e fornecedor. Dos direitos básicos do consumidor: proteção da vida, da saúde e da segurança; publicidade enganosa e abusiva; práticas comerciais abusivas; cláusula abusiva; contratos; inversão do ônus da prova; adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. Prescrição e decadência no Código de Defesa do Consumidor.

Justificativa: O que se fez foi apenas uma divisão de conteúdos da matéria, para melhor abordá-los e, por se tratar a segunda parte de tutelas coletivas e partes administrativas, preferiu-se alocá-las como matéria optativa. Sobre a nomenclatura das matérias, essa foi readequada, além de haver acréscimo de conteúdos importantes ao estudo da disciplina que antes não eram abarcados. Não houve mudanças para extinção ou modificação de conteúdo, apenas

acréscimo e divisão em duas disciplinas. Além disso, preferiu-se realocar a matéria para o 6º período, para que os alunos tenham estudado toda a matéria de contratos antes de adentrar nas relações de consumo, o que trará maior maturidade na compreensão da disciplina.

Disciplina: Direito Penal III

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Direito Penal III – Parte Especial**, com mudança do 5º para o 4º período.

Justificativa: Quanto a estar no 4º Período, justifica-se para acompanhar o andamento linear da matéria.

Disciplina: Direito Processual Civil III

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Processual Civil III - Execução, com mudança do 5º para o 6º período.

Justificativa: Diante da realocação de Teoria Geral do Processo, todas as disciplinas de Processo Civil foram remanejadas para o período subsequente.

Disciplina: Integradora III

Alteração: extinção da disciplina.

Justificativa: O conteúdo da disciplina Integradora III foi pulverizado em várias outras, uma vez que seu conteúdo se repetia em outras disciplinas e os poucos conteúdos que não se repetiam foram remanejados para disciplinas mais específicas, que podem abordá-los de maneira mais eficiente, contextualizada e aprofundada. Assim: “Função Social da Propriedade” foi incluído em Direito Civil V, uma vez que discorre sobre os direitos de propriedade; “Crimes contra o direito de personalidade” e “crimes de corrupção nas licitações públicas” são matérias de direito penal e está abarcado nas ementas de crimes em espécie e de legislação extravagante; “Títulos de Crédito Judiciais e Extrajudiciais nas execuções cíveis” é conteúdo já ministrado em Direito Processual Civil III do 6º Período; e “Formas alternativas de solução de conflitos na defesa do consumidor” é ministrado na disciplina de Direito do Consumidor do 6º Período.

6º PERÍODO

Disciplina: Direito Civil V

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Direito Civil VI - Família**, com mudança do 6º para o 7º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao Direito de Família. Princípios do Direito de Família. Relações de parentesco. Direito matrimonial: Conceito de casamento, Promessa de casamento, Capacidade, Impedimentos, Causas Suspensivas, Habilitação e Celebração do casamento, Modalidades de casamento, Regime de bens, Dissolução do casamento. Bem de família. Direito convivencial: união estável, união homoafetiva, união poliafetiva. Direito parental: Filiação, Reconhecimento de filhos, Adoção, Poder familiar. Direito assistencial: Alimentos, Tutela, Curatela, Guarda.

Justificativa: A ementa de direito de família, antes constante de Direito Civil V, não foi alterada. Apenas foram especificados os conteúdos que, antes, eram genéricos. Com relação ao direito de sucessões, este passou a ser estudado em Direito Civil VII, no 8º Período, para seguir a ordem linear da matéria.

Disciplina: Direito do Trabalho I

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Formação histórica. Fontes. Conceitos. Definição. Natureza jurídica. Princípios. Aplicação e interpretação das normas trabalhistas. Noções de Direito Coletivo. Contrato de trabalho. Prescrição e Decadência. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Terceirização. Remuneração. Segurança e medicina do trabalho: Adicionais.

Justificativa: A ementa da disciplina estava descontextualizada e incompleta. Matérias como “Extinção do Contrato de trabalho”, “Aviso Prévio”, “Estabilidade”, “Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” e “Trabalho da Mulher e do Menor”; são conteúdos que foram remanejados para o Direito do Trabalho II, para uma melhor contextualização dos estudos e porque necessitavam de uma carga horária mais extensa. Assim, além de serem remanejadas, foram acrescidas mais 40 h na carga horária de Direito do Trabalho II, que passou a contar com conteúdos relacionados à duração do trabalho em sua nova ementa. As ementas anteriores não contemplavam essa matéria em nenhuma disciplina. A parte do conteúdo que foi suprimida de Direito do Trabalho II: “Organização Sindical”; “Convenção e acordo coletivo”; “Direito de Greve”; “Fiscalização do Trabalho e processo administrativo”; são assuntos que serão abordados na disciplina optativa de Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical, ante a maior

pertinência temática e por força da ausência de carga horária suficiente, de modo que as noções sobre direito coletivo serão ministradas na disciplina de Direito do Trabalho I.

Disciplina: Direito Penal IV

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Penal IV – Parte Especial, com mudança do 6º para o 5º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual. Dos Crimes Contra a Família. Dos Crimes contra a Incolumidade Pública. Dos Crimes contra o Meio Social. Dos Crimes contra a Administração Pública.

Justificativa: Quanto a estar no 5º Período, justifica-se para acompanhar o andamento linear da matéria. Já, no que tange a alteração da ementa, em se tratando de Direito Penal IV, houve a supressão, no Plano de Ensino, de todos os tópicos relativos às leis penais especiais, restando tão somente aqueles tocantes ao Código Penal. Isso porque constatou-se, na prática, a impossibilidade de o professor, satisfatoriamente, finalizar o estudo da parte especial do Diploma Penal e, ainda, dar conta das legislações criminais esparsas em um único semestre de 80 (oitenta) horas/aula. Noutro turno, concomitantemente, observando a importância do estudo das leis penais extravagantes, criou-se uma disciplina exclusiva para tal, qual seja: Direito Penal V.

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Alteração: Alteração da nomenclatura para **Direito Processual Civil IV – Procedimentos e Juizado Especial**, com mudança do 6º para o 7º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Tutelas provisórias. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa – generalidades e aspectos gerais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da Demarcação de terras particulares. Dissolução Parcial de Sociedade. Inventário e Partilha. Embargos de Terceiro. Oposição. Habilitação. Das ações de família. Ação monitória. Homologação do penhor legal. Danos ocorridos em navegação. Avaria Grossa. Restauração de autos. PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. Notificação e interpelação. Alienações judiciais. Divórcios e separação consensual. Extinção consensual da União Estável e alteração do

regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens do ausente. Coisas vagas. Interdição. Tutela e Curatela. Organização e fiscalização das fundações. Ratificação dos protestos marítimos. Juizados especiais cíveis, Ações locatícias e Mandado de Segurança.

Justificativa: Diante da realocação de Teoria Geral do Processo, todas as disciplinas de Processo Civil foram remanejadas para o período subsequente. Além disso, a matéria de juizados especiais, que era uma disciplina independente, é ministrada em curto espaço de tempo, e não justifica 40 horas designadas apenas para si. De outro giro, a matéria de Direito Processual Civil IV perdeu o conteúdo de Processo Cautelar, uma vez que a lei extinguiu este procedimento e o readequou. Assim, a união das disciplinas em uma só disciplina denominada Processo Civil IV se justifica, inclusive por se tratar de matérias afins, procedimentos especiais como um todo. As mudanças na ementa apenas adequaram a união, assim como a mudança legislativa. Em prosseguimento, tem-se que a ementa de Processo Civil IV foi atualizada de acordo com o CURSO DE DIREITO – BACHARELADO; Nesta matéria estudar-se-ão as tutelas provisórias. Na antiga ementa estudava-se o Processo Cautelar, extinto no Novo CPC. Considerando as peculiaridades das tutelas e a semelhança das técnicas nelas contidas com ações de rito especial como a Possessória, os Embargos de Terceiro e a Monitória, passa-se a estudá-las neste momento do curso. Considerando, também, a extinção da matéria "Juizados Especiais", estudada no sétimo período, condensa-se na Ementa de Processo Civil IV o estudo do procedimento especial do Juizado Especial Cível, relegando-se à grade de Processo Penal aquilo que se refere ao procedimento especial penal contido no microssistema de Juizados Especiais.

Disciplina: Direito Processual Penal I

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Processo Penal Brasileiro e sua evolução histórica. Lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Sistemas Processuais Penais. Princípios processuais penais. Inquérito Policial. Ação Penal. Sujeitos Processuais. Jurisdição e Competência. Incidentes Processuais. Provas. Prisão e Liberdade Provisória.

Justificativa: Na ementa foram retirados os itens, "Defesa de Mérito e

Processual", vez que esse tema já é estudado em Direito Processo Penal II e "Comissão Parlamentar de Inquérito", vez que esse tema está afeto ao Direito Constitucional.

7º PERÍODO

Disciplina: Direito Ambiental

Alteração: Alteração do 7º para o 8º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao direito ambiental. Direito constitucional ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Política Nacional e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade civil, penal e administrativa ambiental.

Justificativa: O que se fez foi apenas uma divisão de conteúdos da matéria, para melhor abordá-los e, por se tratar a segunda parte de questões eminentemente políticas e processuais, preferiu-se alocá-las como matéria optativa. Sobre a nomenclatura das matérias, essa foi readequada, além de haver acréscimo de conteúdos importantes ao estudo da disciplina que antes não eram abarcados, como princípios do direito ambiental. Não houve mudanças para extinção ou modificação de conteúdo, apenas acréscimo e divisão em duas disciplinas.

Disciplina: Direito Civil VI

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Civil VII - Sucessões, com mudança do 7º para o 8º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao Direito das Sucessões. Modalidades e premissas de sucessão mortis causa. Momento e local de abertura da sucessão. Direito intertemporal sucessório. Modalidades de herdeiros. Herança e sua administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Exclusão de herdeiros por indignidade. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima: Ordem de vocação hereditária dos herdeiros legítimos, Herdeiros necessários, Direito de representação. Sucessão testamentária: Conceito e características do testamento, Formas de testamento, Disposições testamentárias, Legados, Direito de acrescer entre herdeiros e legatários, Redução das disposições testamentárias, Revogação do testamento, Rompimento do testamento, Testamenteiro. Inventário e partilha dos bens:

Conceito, Procedimentos, Espécies de inventário, Sonegados, Pagamento das dívidas, Colação, Partilha.
Justificativa: A ementa de Direito das Sucessões, antes constante de Direito Civil VI, não foi modificada, apenas foi alterada a nomenclatura dos conteúdos, por força de adequação técnica dos termos. Com relação a ser estudado no 8º Período, essa modificação foi necessária para seguir a ordem linear da matéria de Direito Civil.
Disciplina: Direito do Trabalho II
Alteração: Alteração da carga horária de 40h para 80h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Fundo de garantia por tempo de serviço. Duração do trabalho: limitação, exceções à limitação, prorrogação e compensação da jornada. Períodos de descanso: diário, interjornadas, semanal e anual. Estabilidade. Aviso prévio. Extinção do contrato de trabalho. Trabalho da mulher e do menor.
Justificativa: A ementa da disciplina repetia boa parte da ementa de Direito do Trabalho I, inclusive, por isso, terceirização permaneceu apenas em Direito do Trabalho I. Além disso, a ementa estava descontextualizada e incompleta. Matérias como “Extinção do Contrato de trabalho”, “Aviso Prévio”, “Estabilidade”, “Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” e “Trabalho da Mulher e do Menor”; são conteúdos que foram remanejados apenas para o Direito do Trabalho II, para uma melhor contextualização dos estudos e porque necessitavam de uma carga horária mais extensa do que as 80h do Direito do Trabalho I. Assim, além de serem remanejadas, foram acrescidas mais 40 h na carga horária de Direito do Trabalho II, que passou a contar com conteúdos relacionados à duração do trabalho e períodos de descanso em sua nova ementa. As ementas anteriores não contemplavam essa matéria em nenhuma disciplina. A parte do conteúdo que foi suprimida: “Organização Sindical”; “Convenção e acordo coletivo”; “Direito de Greve”; “Fiscalização do Trabalho e processo administrativo”; são assuntos que serão abordados na disciplina optativa de Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical, ante a maior pertinência temática e por força da ausência de carga horária suficiente, de modo que as noções sobre direito coletivo serão ministradas na disciplina de Direito do Trabalho I.
Disciplina: Direito Empresarial I

Alteração: Alteração do período de oferta que passa do 7º para o 4º período.
Justificativa: Esta disciplina passou do 7º para o 4º período de Direito, por ser essencial para a compreensão de execução, conteúdo ministrado em Direito Processual Civil III, que está no 6º Período.
Disciplina: Direito Processual Penal II
Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte Nova Ementa: Avisos processuais em matéria processual penal. O processo de conhecimento. Formas procedimentais. Procedimento nas contravenções penais. Lei 6411/95. Formas de procedimento sumaríssimo. O procedimento nos crimes da competência do júri. O procedimento nos crimes contra a honra. O procedimento nos crimes falimentares. O procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial. Imputação, classificação de crimes e decisão do processo. Sentença penal. Recursos. Habeas-corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal.
Justificativa: Na ementa foi retirado o item "Execução Penal", vez que se trata de assunto a ser estudado na disciplina Optativa Legislação Extravagante. Também foram retirados os itens "Execução das penas em espécie"; Suspensão Condicional da Pena" e "Livramento Condicional", ambos já estudados em Direito Penal II.
Disciplina: Juizados Especiais
Alteração: Extinção da disciplina
Justificativa: A disciplina de Juizados Especiais, que era uma disciplina independente, é ministrada em curto espaço de tempo, e não justifica 40 horas designadas apenas para si. De outro giro, a matéria de Direito Processual Civil IV (procedimentos especiais e juizados especiais) perdeu o conteúdo de Processo Cautelar, uma vez que a lei extinguiu este procedimento e o readequou. Assim, a união das disciplinas em uma só disciplina denominada Processo Civil IV se justifica, inclusive por se tratar de matérias afins, procedimentos especiais como um todo. As mudanças na ementa apenas adequaram a união, assim como a mudança legislativa.
Disciplina: Prática Jurídica I - Prática Civil (7º período) e Prática Jurídica II - Prática Civil (8º período)
Alteração: União das duas disciplinas com a nomenclatura de Prática Cível,

mudança dos 7º e 8º períodos para o 10º período, com carga horária de 80h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa:

Justificativa: Conhecimento jurídico numa perspectiva prática, apresentando casos reais e/ou simulados que permitam conhecer a organização judiciária estadual, as situações práticas que estimulem o aluno a construir cada etapa da petição inicial, bem como as exceções, reconvenção, litisconsórcio, intervenção de terceiro, assistência, impugnações, tutela antecipatória, bem como situações práticas que estimulem o aluno a construir cada etapa desses procedimentos. Elaboração de sentenças. Processos nos tribunais. Elaboração de agravos de instrumento, embargos de declaração, embargos infringentes, apelações, agravos regimentais, recursos especial e extraordinário. Elaboração de contrarrazões de recursos. Simulação de audiências e de julgamentos colegiados. Elaboração de processos de execução e de embargos à execução, e cautelares. Simulação de sustentações orais. Prática de arbitragem, conciliação e mediação.

Justificativa: A disciplina foi realocada para o 10º período, uma vez que, na oportunidade, os alunos terão concluído os cursos de direito material e processual civil, o que os possibilitará realizar as atividades práticas, com conhecimento e maturidade para tanto. A nova ementa apenas uniu Prática Cível I e II em uma disciplina, por isso, aumentou-se a carga horária de 40h para 80h.

8º PERÍODO

Disciplina: Direito Agrário

Alteração: Transferência de disciplina obrigatória para optativa, saindo do 8º período para ser ofertada de acordo com a disponibilidade de oferta das disciplinas optativas e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Direito agrário, princípios, histórico, aspectos legais das terras. A Função social da propriedade rural. Reforma agrária, Estatuto da Terra, legislação correlata. Desapropriação para fins de reforma agrária. Procedimento especial de desapropriação para fins de reforma agrária. Usucapião Especial Rural. Contratos agrários.

Justificativa: Embora o PPC destaque a situação econômica de Linhares com boa participação da agricultura e da pecuária enquanto atividades econômicas, a

linha principal seguida é a empresarial, de modo que esta disciplina será uma ótima opção, de acordo com a necessidade do curso. Além disso, outras matérias obrigatórias de Direito Civil IV e de Direito do Trabalho I e II já abordam o tema sob o aspecto empresarial.

Disciplina: Direito Empresarial II

Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Empresarial II – Títulos de crédito e Falência, com mudança do 8º para o 5º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Títulos de Crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Declarações cambiais: saque, aceite, endosso, aval. Protesto. Aspectos históricos do direito falimentar brasileiro. Definições de recuperação judicial, extrajudicial e falência. Justificativa e observância do regime jurídico dos empresários e sociedades empresárias. Do alcance da lei de recuperação e falência e das sociedades excluídas do regime. Do juízo de competência para os feitos falimentares. Da atuação do Ministério Público na recuperação e na falência da empresa. Das disposições comuns à recuperação judicial e à falência. Da recuperação judicial. Da conversão da recuperação judicial em falência. Da recuperação extrajudicial. Regime especial de recuperação e falência para as ME e EPP.

Justificativa: Esta disciplina passou do 7º para o 5º período de Direito, por ser sequência de Empresarial I, que agora está no 4º Período. No mais, foram retirados os conteúdos "Factoring" e "Das disposições penais cabíveis no procedimento de recuperação ou falência". O primeiro, porque foi incluído em Direito Civil IV, e o segundo, porque se trata de matéria penal, que será estudada em Legislação Penal Extravagante.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho I

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Origens. Justiça do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência. Atos, termos e prazos processuais. Partes, representação e procuradores. Ação Trabalhista. Processo e procedimento. Procedimentos trabalhistas: ordinário, sumário e sumaríssimo. Processo de Conhecimento: Petição Inicial; Audiência e Resposta do Réu.

Justificativa: A ementa da disciplina estava muito genérica, de modo que foram

melhor especificados os conteúdos necessários ao conhecimento do aluno. Dessa forma, acrescentaram-se “Processo de Conhecimento: Petição Inicial; Audiência e Resposta do Réu”, já que a grade anterior não previa os atos processuais em espécie.

Disciplina: Integradora IV

Alteração: Extinção da disciplina

Justificativa: A disciplina era totalmente desprovida de ementa, desconexa com o curso e, basicamente, permitia ao professor falar qualquer coisa sobre qualquer coisa. Logo, trata-se de disciplina inútil e impertinente.

Disciplina: Optativa I (8º período), II (9º período), III (10º período) e IV (10º período)

Alteração: Alteração do período de oferta que passa a ser 5º e 6º períodos, para Optativa I e II, respectivamente.

Justificativa: As disciplinas “Optativa I” e “Optativa II” foram remanejadas para o 5º e 6º períodos, respectivamente, para que matérias optativas mais introdutórias, como, por exemplo, História do Direito II, possam ser ministradas mais no início do curso, se for o caso. Além disso, pretende-se diversificar a oferta de matérias optativas, considerando que as Optativas III e IV se encontram no 10º Período. A grade do curso foi pensada, entre outras motivações, para permitir ao aluno uma maior participação pedagógica, com mais possibilidades de contato com disciplinas passíveis de maior aprofundamento, de acordo com a necessidade do curso.

Disciplina: Direito Econômico (disciplina optativa)

Alteração: Alteração da ementa que passa a ser:

Nova Ementa: Noção Introdutória de Direito Econômico. Direito Econômico e sua relação com a Macroeconomia e Microeconomia. Direito Econômico: conceito, objeto e finalidade. Constituição econômica. A ordem Econômica Constitucional: introdução, desenvolvimento do tema e princípios. Intervenção do Estado no domínio econômico. Agências reguladoras. Normas de defesa da livre concorrência e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Sistema Financeiro Nacional. Disciplina jurídica da moeda e do crédito.

Justificativa: A ementa antiga contemplava conteúdos que são abordados em Direito Constitucional II, do 4º período. Assim, remodela-se a presente ementa de

modo a tratar de assuntos especificamente de Direito Econômico.
Disciplina: Direito da Infância e Juventude (disciplina optativa)
Alteração: Exclusão da disciplina.
Justificativa: A disciplina optativa referente a Estatuto da Criança e do Adolescente é a base desta disciplina de Estatutos Protetivos. De acordo com a Res. nº 5/2018 do MEC, em seu Art. 5º, §3º, o ideal é que a grade ofereça uma maior diversificação curricular, especialmente em se tratando de direito de minorias. Assim, ao acrescentar os demais estatutos protetivos à anterior ementa da disciplina Direito da Infância e da Juventude, privilegiou-se o artigo em comento de maneira bastante ampla, especialmente por a disciplina ter sido tornada obrigatória.
Disciplina: Direito Autoral (disciplina optativa)
Alteração: Exclusão da disciplina
Justificativa: Os conteúdos elencados nessa disciplina, foram pulverizados em outras matérias, como Direito Civil I – Parte Geral, não havendo necessidade da sua permanência.
Disciplina: Direito e Informática (disciplina optativa)
Alteração: Exclusão da disciplina
Justificativa: Considerando que a organização curricular já conta com a disciplina obrigatória Informática Aplicada ao Direito e com a disciplina optativa Direito Eletrônico, a existência dessa disciplina tornou-se desnecessária.
Disciplina: História, Diversidade e Cultura Afro-brasileira e Indígena (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina.
Nova Ementa: Educação e Multiculturalismo. Legislação e Políticas Afirmativas. História e Cultura africana. História e Cultura afro-brasileira. História e Cultura indígena. Relações etnicorraciais na sociedade brasileira.
Justificativa: Questões de Antropologia são incentivadas na formação geral do aluno do Direito, nos termos do art. 5º, I, da Resolução nº 5/2018 do MEC, razão pela qual se justifica a inclusão desta matéria. Ademais, o componente curricular foi criado a fim de cumprir a Lei 10.639/03.
Disciplina: Direito Financeiro (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina.

Nova Ementa: Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

Justificativa: O Direito Financeiro habilita o estudante a compreender as regras pelas quais a União, Estados, Distrito Federal e Municípios se submetem, no que se refere a gastos públicos. Entender o funcionamento e as competências dos tribunais de contas, bem como as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, torna-se essencial ao bacharel em Direito que atua no âmbito do Direito Público, seja como gestor ou advogado/julgador.

Disciplina: Direito Eletrônico (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Direito e a nova tecnologia de informação: Informação eletrônica como bem jurídico. Natureza jurídica do hardware, software e sistema informativo: Proteção jurídica no Direito Internacional com ênfase no Mercosul. Relações de consumo nos meios eletrônicos. Legislação brasileira sobre negócios eletrônicos. Legislação sobre internet e direito autoral. Diplomas legislativos sobre comércio eletrônico e serviços na internet. Legislação comparada da proteção jurídica no sistema informático. Delitos e responsabilidade na internet. Responsabilidade civil na internet. Internet e privacidade: a prova informática no direito brasileiro.

Justificativa: Considerando que a organização curricular já conta com a disciplina obrigatória Informática Aplicada ao Direito, a disciplina optativa Direito Eletrônico visa a aprofundar os temas abordados naquela matéria com enfoque prioritariamente jurídico. Ademais, nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC, o Direito Cibernético aparece como diversificação curricular desejada, razão pela qual se justifica a inclusão desta matéria.

Disciplina: **Processo Coletivo (disciplina optativa, antiga disciplina obrigatória Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos)**

Alteração: Inclusão da disciplina como optativa, com diminuição da carga horária de 80h para 40h e deixa de ser ofertada obrigatoriamente no 10º período para acompanhar os períodos de oferta das optativas. Alteração da ementa que passa

a ser a seguinte:

Nova Ementa: Introdução ao estudo do processo coletivo. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Normas fundamentais da tutela coletiva. Competência. Conexão e litispendência entre ações coletivas e a relação entre ações coletivas e ações individuais. Legitimação ad causam nas ações coletivas. Intervenção de terceiros. Inquérito civil. Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas. Autocomposição nos direitos coletivos. Coisa julgada. Liquidação e execução da sentença. Dissídios coletivos do Trabalho. Ação de cumprimento.

Justificativa: Esta disciplina já é abordada em Direito Processual Civil e do Trabalho, de maneira que o aprofundamento no assunto será uma ótima opção, de acordo com a necessidade do curso, já que a matéria passa a ser optativa. Além disso, a referida matéria ingressa na grade em substituição à disciplina Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos.

Disciplina: Direito Marítimo (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: A Jurisdicização das atividades comerciais marítimas. Destaca-se a figura da Indústria da navegação marítima- Conceito e importância. O Direito marítimo com seus conceitos característicos, objeto, evolução histórica. O navio: Conceito Legal, estrutura física e natureza jurídica. Classificação. A Aquisição da propriedade do navio. Modos de aquisição e de perda da propriedade. Nacionalidade do navio: Aquisição da Nacionalidade, prova e perda da nacionalidade, bandeira de conveniência. Armação do navio: Conceito, histórico. Capitania: Histórico e funções, nomeação, despedida. Equipagem: Tripulação do navio: Conceito, histórico, composição, categorias da inscrição. Serviços auxiliares de navegação: Práticos, agentes de navios. Consignatários de navios, corretores de navios. Os contratos de utilização do navio. Contratos de Fretamento – Locação. Fretamento: Conceitos, características e espécies. Assistência e salvamento marítimo. Hipoteca naval.

Justificativa: A Atividade Marítima é Fenômeno Histórico, Econômico e Social, que eleva sua importância com a crescente globalização da economia. Portanto, não pode a Ciência Jurídica olvidar a necessidade de regular a atividade marítima, em especial no Espírito Santo, que a atividade portuária tem crescido

muito.
Disciplina: Direito Agrário (disciplina optativa, antiga disciplina obrigatória Direito Agrário)
Alteração: Inclusão da disciplina como optativa e deixa de ser ofertada obrigatoriamente no 8º período para acompanhar os períodos de oferta das optativas. Alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Direito agrário, princípios, histórico, aspectos legais das terras. A Função social da propriedade rural. Reforma agrária, Estatuto da Terra, legislação correlata. Desapropriação para fins de reforma agrária. Procedimento especial de desapropriação para fins de reforma agrária. Usucapião Especial Rural. Contratos agrários. Regularização Fundiária.
Justificativa: Embora o PPC destaque a situação econômica de Linhares com boa participação da agricultura e da pecuária enquanto atividades econômicas, a linha principal seguida é a empresarial, de modo que esta disciplina será uma ótima opção, de acordo com a necessidade do curso. Além disso, outras matérias obrigatórias de Direito Civil IV e de Direito do Trabalho I e II já abordam o tema sob o aspecto empresarial. Em prosseguimento, houve a necessidade de alterar a ementa da disciplina acrescentando o instituto da Regularização Fundiária, tendo em vista a aplicabilidade do mesmo no município de Linhares.
Disciplina: Direito e Bioética (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina. Nova Ementa: Conceituação. Fases e classificação da bioética. Princípios da bioética. Bioética e direitos fundamentais. Bioética e direitos da personalidade. Proteção à vida humana. Direito ao nascimento. Direito de nascer. Planejamento familiar princípio da paternidade responsável. Reprodução humana assistida. Transplantes de órgãos e tecidos – Lei n. 9.434/97. Prolongamento artificial da vida. Antecipação da morte.
Justificativa: Considerando que a organização curricular já conta com as disciplinas obrigatórias de Direitos Humanos e Direito Civil, a disciplina optativa Direito e Bioética visa a aprofundar os temas abordados naquelas matérias. Ademais, nos termos do art. 5º, §3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC, os direitos humanos aparecem como diversificação curricular desejada, razão pela qual se justifica a inclusão desta matéria.

Disciplina: Direito Coletivo e Sindical do Trabalho (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina. Nova Ementa: Dissídios Coletivos. Sindicatos: origem, conceito, objetivos e atribuições (direitos e deveres constitucionais). Liberdade Sindical. Organização sindical. Representação Sindical. Negociação coletiva. Direito de greve. Ações Metaindividuais.
Justificativa: A matéria de Direito Material do Trabalho é necessária para a formação técnico-jurídica do aluno do Direito, nos termos do art. 5º, II, da Resolução nº 5/2018 do MEC, mas a parte do estudo voltada ao direito coletivo, diante da carga horária, é estudada apenas por noções ministradas em Direito do Trabalho I. Assim, a inclusão desta matéria para um maior aprofundamento sobre os temas será uma ótima opção, de acordo com a necessidade do curso.
Disciplina: Legislação Penal Extravagante (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina. Nova Ementa: Dos crimes de abuso de autoridade. Dos crimes ambientais. Dos crimes hediondos. Do crime organizado. Dos crimes de trânsito. Do Estatuto do Desarmamento. Da interceptação telefônica. Da Lei de Lavagem de Capitais. Da Lei de Sonegação Fiscal. Da Lei de Terrorismo. Da Lei de Tortura. Da Lei de Drogas. Dos crimes de racismo. Dos crimes contra o consumidor.
Justificativa: O ordenamento jurídico brasileiro, atualmente, conta com cerca de 1.800 (mil e oitocentos) tipos penais, dos quais apenas, aproximadamente, 240 (duzentos e quarenta) encontram-se previstos no Código Penal. Significa dizer que a esmagadora maioria das figuras típicas, hoje, no país, estão dispostas em leis penais esparsas, também chamadas de leis penais especiais, ou extravagantes. Exemplos conhecidos de tais legislações são a Lei de Drogas (Lei N. 11.343/2006), o Estatuto do Desarmamento (Lei N. 10.826/2003), a Lei de Racismo (Lei N. 7.716/1989), o Código de Trânsito Brasileiro (Lei N. 9.503/1997), a Lei do Crime Organizado (Lei N. 12.850/2013) etc. Devido à impossibilidade de se apresentar todas as leis penais extravagantes num único semestre, fez-se um apanhado daquelas tidas como as mais relevantes e que levantam maiores discussões hodiernamente. O estudo desses diplomas é, portanto, imprescindível ao aluno do curso de graduação em Direito na atualidade, haja vista que, uma vez no mercado de trabalho, com frequência, o profissional irá deparar com

situações abrangidas por essas normas não abarcadas no estatuto penal codificado, seja em sua prática forense, seja em certames para concursos públicos. A ideia de se colocar tal disciplina como optativa de 40 (quarenta) horas/aula se dá em razão do entendimento de que se trata de uma complementação ao estudo do Código Penal, voltada, sobretudo, àqueles que pretendem seguir carreira na seara criminal, ao fim de sua formação. Logo, apesar de muito importante, pelos motivos acima expostos, o conteúdo não é considerado o “núcleo duro” dos estudos penais, e sim, um aperfeiçoamento desses, que se dará de forma mais resumida, em virtude dos conhecimentos prévios do aluno, porém, não de maneira superficial, tocando em todos os pontos essenciais e mais atuais desse âmbito.

Disciplina: Direito Internacional Privado (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: O objeto preponderante do estudo da disciplina visa à solução dos conflitos de leis no espaço e das regras pertinentes à aplicação do direito alienígena, quando indicado competente pelo sistema conflitual brasileiro. O programa compreende também, por sua relevância, o estado da condição jurídica do estrangeiro, dos conflitos de nacionalidade e os aspectos processuais alusivos à competência internacional, imunidade de jurisdição e atos de cooperação judiciária internacional.

Justificativa: Com o crescimento de demandas judiciais de caráter internacional, face ao fenômeno da globalização, entendemos que se torna necessário separar conteúdos de Direito Internacional Público de Direito Internacional Privado, tornando-as matérias independentes. Assim, face aos argumentos acima, constamos Direito Internacional Público como disciplina obrigatória com 80 horas, que permitirá ao acadêmico conhecer de maneira detida os diversos instrumentos legais de índole internacional e constar o conteúdo de Direito Internacional Privado com uma carga horária menor (40h) alocando-a nas disciplinas optativas, vez que seu conteúdo basicamente se resume em alguns dispositivos da LIPP, o que não diminui sua importância.

Disciplina: Direito de Autor e de Propriedade Intelectual (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Introdução. Sujeito e Limites do direito do autor. A obra em

colaboração. Objeto do direito do autor. Atributos. O direito de utilização. O direito de distribuição. Transmissão do direito de autor "intervivos" e "causa mortis". Regime das diferentes obras. Violações do direito do autor. Proteção e defesa do direito do autor. O registro. O problema da censura. A cobrança do direito. As sociedades de direitos autorais. O direito do inventor. A propriedade científica.

Justificativa: Já constava na organização curricular a disciplina optativa Direito Autoral. A nova denominação expande a área de estudo da disciplina, para abordar também outros aspectos da propriedade intelectual, tais como a propriedade industrial e a concorrência desleal, e não apenas o direito de autor.

Disciplina: Tratados Internacionais dos Direitos Humanos (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Pactos Internacionais de 1966. Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, contra mulher, contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, sobre direitos da criança, e sobre direitos das pessoas com deficiência. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura, para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.

Justificativa: Justifica-se a criação dessa disciplina para fins de um estudo pormenorizado do Tratado Internacional dos Direitos Humanos e demais Convenções aplicadas a âmbito de atuação dos Direitos Humanos, conferindo ao discente uma aplicabilidade dos princípios e teorias passadas na disciplina Direitos Humanos aos casos concretos, mediante a aplicação desses diplomas legais.

Disciplina: Noções de Contabilidade Empresarial (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Noções de Empresa. Sistemas e Relatórios Contábeis. Balanço Patrimonial. Regimes de Contabilidade. Gestão de Impostos.

Justificativa: A interdisciplinaridade é importante, pois articula o Direito com um novo saber necessário aos novos desafios que podem se apresentar ao mundo jurídico, razão pela qual a inclusão dessa disciplina entre as optativas se justifica, nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC

Disciplina: Direito e Literatura (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: Diálogos. Representações do Direito, dos institutos e práticas jurídicas em textos literários. Modus operandi do Direito pela perspectiva literária. Conflitos e tensões sociais: o direito na literatura. Hermenêutica jurídica e literária.
Justificativa: A interdisciplinaridade é importante, pois articula o Direito com um novo saber necessário aos novos desafios que podem se apresentar ao mundo jurídico, razão pela qual a inclusão dessa disciplina entre as optativas se justifica, nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC.
Disciplina: História das Ideias Políticas no Brasil (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: Brasil Colônia: Origens europeias, matrizes portuguesas; Situação social e cultural; Instituições; Manifestações ideológicas e insurreições; Movimentos. Brasil Império: O Rei no Brasil; A Independência; Influxos doutrinários; Figuras; A Constituição de 1824; problemática política do período; Condições sociais, dominações, etc.; Partidos, debates, rebeliões; Literatura política e jornalismo; Romantismo, liberalismo, socialismo; Historiadores políticos; A crítica e as bases do pensamento social. Brasil República: Antecedentes e condições; Fundamentos doutrinários; História das Ideias Políticas no Brasil Contemporâneo; A Constituição de 1891; Transição ao século XX; Transição ao século XX - a crítica "realista" e o desenvolvimento dos novos padrões intelectuais; A "Redemocratização" e a Constituição de 1946; Progressos do saber político; Socialismo, nacionalismo, desenvolvimentismo.
Justificativa: O componente curricular foi criado a fim de mostrar a interação entre sistema jurídico e sistema político ao longo da História do Brasil. Essa interação será estudada em duplo sentido: seja mostrando como o sistema jurídico possibilitou, ao longo da história, mudanças politicamente desejadas; seja ainda mostrando como criou obstáculos a outras mudanças políticas tentadas.
Disciplina: Direito e Cinema (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: A articulação entre direito e cinema. Cultura popular e direito. A representação da cultura popular no direito: temas controversos.

Justificativa: A interdisciplinaridade é importante, pois articula o Direito com um novo saber necessário aos novos desafios que podem se apresentar ao mundo jurídico, razão pela qual a inclusão dessa disciplina entre as optativas se justifica, nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC. A disciplina foi criada a fim de preencher uma lacuna quanto a utilização das mídias visuais, no caso o cinema, como meio de reflexão crítica sobre o Direito.

Disciplina: Psicologia Forense (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Fundamentos da Perícia Psicológica. O olhar investigativo na Perícia Psicológica. Análise do Comportamento.

Justificativa: Questões de Psicologia são incentivadas na formação geral do aluno do Direito, nos termos do art. 5º, I, da Resolução nº 5/2018 do MEC, razão pela qual se justifica a inclusão desta matéria.

Disciplina: Teoria dos Jogos (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina.

Nova Ementa: Economia e teoria dos jogos. Definições apropriadas: estratégias, jogadores, resultados, racionalidade dos jogadores. Árvores de possibilidades e matrizes de resultados para estratégias distintas entre jogadores. Estratégias de solução de jogos: dominante e francamente dominante. Estratégias mistas de solução de jogos. Equilíbrios sequenciais e sub-jogos perfeitos. Equilíbrio da mão que treme.

Justificativa: A interdisciplinaridade é importante, pois articula o Direito com um novo saber necessário aos novos desafios que podem se apresentar ao mundo jurídico, razão pela qual a inclusão dessa disciplina entre as optativas se justifica, nos termos do art. 5º, § 3º, da Resolução nº 5/2018 do MEC.

Disciplina: Formação Econômica do Brasil Contemporâneo (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina.

Nova Ementa: A Economia Brasileira no período Vargas. O Pós-Guerra e os anos 1950. Os governos militares e seus planos econômicos. Política do dólar forte norte-americana de fins dos anos 70 e as consequências sobre a Economia Brasileira. A crise dos anos 1980: inflação, dívida externa e recessão. Ajuste externo recessivo e fim do governo militar. Planos de combate à inflação. Política econômica da Nova República; aceleração inflacionária e propostas de

estabilização monetária. Consequências da restrição externa dos 80 e das políticas de ajuste do Balanço de Pagamentos: instabilidade macroeconômica, o recrudescimento inflacionário e a não sustentação dos investimentos; crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Ambiente gerado pelo Consenso de Washington e pela inserção externa do Brasil na década de 90. Reformas liberalizantes e estratégias de estabilização (Plano Collor e o Plano Real). Privatização, desnacionalização da economia e modelo econômico do Real. Política econômica no Governo Fernando Henrique Cardoso e no governo Lula. Os entraves ao crescimento econômico e os principais debates do pós-Real.

Justificativa: Questões de Economia são incentivadas na formação geral do aluno do Direito, nos termos do art. 5º, I, da Resolução nº 5/2018 do MEC, razão pela qual se justifica a inclusão desta matéria. O componente curricular foi criado a fim de abordar a formação econômica do Brasil Contemporâneo, tão cara para a formação do bacharel em Direito.

Disciplina: Tópicos Avançados de Direito Civil (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Legislação cível extravagante. Jurisprudências cíveis e análise de casos concretos à luz do Direito Civil Constitucional

Justificativa: O campo Direito Civil apresenta um dinamismo que lhe é inerente. A importância do acompanhamento das transformações sócio-político-econômicas e culturais e seus reflexos implicam a necessidade de se promover a flexibilidade do currículo mediante a oferta de tópicos adequados à realidade do momento, bem como para aprofundamento de algumas matérias e discussão de casos concretos mais complexos.

Disciplina: Direito Concorrencial (disciplina optativa)

Alteração: Criação da disciplina

Nova Ementa: Histórico do Direito Antitruste (Direito Concorrencial). O controle antitruste na teoria jurídica e na teoria econômica. Direito Antitruste e os princípios constitucionais. Poder econômico e poder de mercado. Mercado relevante. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Controle de estruturas. Acordos e soluções alternativas. Controle de condutas. Acordos de leniência. Processo administrativo sancionador. Direito antitruste e regulação econômica. Direito antitruste e o direito penal. Direito antitruste e a Lei Anticorrupção. Direito

Antitruste e propriedade intelectual. Cooperação internacional. Estudo de casos.
Justificativa: O Direito da Concorrência tem entre seus objetivos proteger os consumidores e as empresas de estruturas de mercado e infrações anticoncorrenciais que distorcem as regras de uma economia livre e prejudicam a eficiência e a produtividade dos agentes de mercado. A disciplina proporcionará aos alunos contato com a doutrina e legislação pertinentes ao tema, além da discussão de casos paradigmáticos julgados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, demonstrando que a Lei de Defesa da Concorrência tem aplicabilidade no dia a dia do operador do Direito, não se restringindo a grandes operações entre multinacionais.
Disciplina: Organizações Internacionais (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: Organização das Nações Unidas; Organização Mundial do Comércio; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
Justificativa: Considerando a crescente importância das organizações internacionais em sua influência no direito interno, justifica-se o estudo aprofundado de organizações como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, entre outras, que não pode ser realizado de forma detida em Direito Internacional Público.
Disciplina: Tópicos Avançados de Direito Penal (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina. Nova Ementa: Jurisprudências penais e análise de casos concretos à luz do Direito Penal Constitucional.
Justificativa: O campo Direito Penal apresenta um dinamismo que lhe é inerente. A importância do acompanhamento das transformações sócio-político-econômicas e culturais e seus reflexos implicam a necessidade de se promover a flexibilidade do currículo mediante a oferta de tópicos adequados à realidade do momento, bem como para aprofundamento de algumas matérias e discussão de casos concretos mais complexos.
Disciplina: Direito do Consumidor II (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: Da Cobrança de Dívidas. Desconsideração da personalidade

jurídica. Tutela administrativa do consumidor. Das Sanções Administrativas. A defesa do consumidor em juízo. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
Justificativa: Disciplina criada para complementar o estudo de Direito do Consumidor, nas demais esferas de atuação e proteção consumerista.
Disciplina: Lógica e Argumentação Jurídica (disciplina optativa, antiga disciplina obrigatória Lógica e Argumentação Jurídica)
Alteração: Inclusão da disciplina como optativa.
Justificativa: A disciplina já é abordada em Introdução ao Estudo do Direito e em Linguagem Jurídica. Para um maior aprofundamento, foi realocada como optativa, a ser aproveitada de acordo com as necessidades do curso, se for o caso.
Disciplina: Hermenêutica Jurídica (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina Nova Ementa: Conceito e objeto da Hermenêutica jurídica. Evolução histórica do pensamento hermenêutico. Teoria da interpretação. Cânones hermenêuticos. Elementos e métodos de interpretação. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico. Processos de integração do direito.
Justificativa: Justifica-se a existência da presente disciplina no intuito de aprimorar os métodos de interpretação das fontes do direito, aprimorando o discente na busca da solução mais justa na resolução dos casos concretos, inobstante à área jurídica que está se tratando.
Disciplina: Prática em Direito Público (disciplina optativa)
Alteração: Criação da disciplina. Nova Ementa: Remédios constitucionais; ações de controle de constitucionalidade; recursos e reclamação constitucional; mandado de segurança; ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e outras de cunho tributário; ação de desapropriação indireta e ação ordinária de indenização ou de responsabilidade civil.
Justificativa: Justifica-se a criação dessa disciplina de modo a oportunizar aos discentes o aprendizado de peças processuais que envolvam matérias de ordem pública, vez que disciplinas dessa seara são tratadas em formato teórico e a prática irá possibilitar a aplicabilidade teórico em um contexto prático, além de auxiliar aos discentes uma melhor preparação ao exame da Ordem dos

Advogados do Brasil.
9º PERÍODO
Disciplina: Direito Internacional Público e Privado
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito Internacional Público, com mudança do 9º para o 3º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte. Nova Ementa: Sociedade internacional e as relações internacionais. Conceituação de direito internacional público e privado e sua evolução histórica. Princípios e fundamentos do direito internacional público. Fontes do DIP. Teoria geral dos tratados internacionais. A personalidade internacional e os sujeitos de DIP. Nacionalidade. A condição jurídica do estrangeiro.
Justificativa: As disciplinas de Direito Internacional Público e de Direito Internacional Privado demandam carga horária elevada para serem ministradas. Além disso, é praxe nas universidades estaduais e federais, como a UFES, por exemplo, que essas matérias sejam divididas em duas disciplinas independentes, de modo que Direito Internacional Público é matéria obrigatória e que Direito Internacional Privado é optativa. Assim, para seguir o exemplo dessas universidades realocou-se a matéria de Direito Internacional Público para o 3º Período, por ser matéria introdutória, e, quanto à ementa, apenas retirou-se a parte atinente à Direito Internacional Privado, mantendo-se o conteúdo anterior na íntegra, no que se refere à Direito Internacional Público.
Disciplina: Direito Processual do Trabalho II
Alteração: Alteração da ementa que passa a ser a seguinte Nova Ementa: Processo de Conhecimento: Provas; Razões Finais; Sentença e Coisa Julgada Trabalhista. Despesas Processuais. Recursos Parte Geral. Recursos em espécie no processo de conhecimento: Recurso Ordinário; Recurso de Revista; e Agravo de Instrumento. Processo de Execução: liquidação por cálculos, por arbitramento e por artigos; embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação; e Agravo de Petição. Recursos no TST: Embargos de Divergência e Embargos Infringentes.
Justificativa: A ementa da disciplina estava muito genérica e mau dividida, de modo que, por questão de carga horária, foram melhor especificados os conteúdos de processo de conhecimento a serem estudados no Direito do

Trabalho II. Dessa forma, acrescentaram-se “Processo de Conhecimento: Provas; Razões Finais; Sentença e Coisa Julgada Trabalhista. Despesas Processuais.”, já que a grade anterior não previa os atos processuais em espécie. Além disso, foi suprimido o conteúdo de “procedimentos especiais”, uma vez que não há carga horária necessária para tanto. No entanto, esse conteúdo é debatido em Direito do Trabalho II, Estabilidade, bem como na optativa de Direito Coletivo do Trabalho e Direito Sindical.

Disciplina: Lógica e Argumentação Jurídica

Alteração: Transferência de disciplina obrigatória para optativa, saindo do 9º período para ser ofertada de acordo com a disponibilidade de oferta das disciplinas optativas.

Justificativa: A disciplina já é abordada em Introdução ao Estudo do Direito e em Linguagem Jurídica. Para um maior aprofundamento, foi realocada como optativa, a ser aproveitada de acordo com as necessidades do curso, se for o caso.

Disciplina: Prática Jurídica III - Prática Penal

Alteração: Alteração da nomenclatura para Prática Penal, com mudança do 9º para o 10º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Avisos processuais em matéria processual penal. O processo de conhecimento. Formas procedimentais. Procedimento nas contravenções penais. Lei 6411/95. Formas de procedimento sumaríssimo. O procedimento nos crimes da competência do júri. O procedimento nos crimes contra a honra. O procedimento nos crimes falimentares. O procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial. Imputação, classificação de crimes e decisão do processo. Sentença penal. Recursos. Habeas corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal. Execução penal. Execução das penas em espécie. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Formação de processos simulados com elaboração de peças profissionais e atos processuais. Simulação de audiências. Sustentações orais. Atuação em tribunal do júri. Treinamento em técnicas de negociação coletiva, conciliação e arbitragem. Análise de autos findos.

Justificativa: A disciplina teve sua ementa alterada e foi realocada para o 10º período, uma vez que, na oportunidade, os alunos terão concluído os cursos de direito material e processual penal, o que os possibilitará realizar as atividades

práticas, com conhecimento e maturidade para tanto, por intermédio de conteúdos que contemplam de uma forma mais completa a prática penal.
Disciplina: Trabalho de Curso I - Projeto de Pesquisa
Alteração: Alteração da nomenclatura para Trabalho de Conclusão de Curso I - Projeto de Pesquisa, com aumento da carga horária de 40h para 80h e alteração da ementa que passa a ser a seguinte. Nova Ementa: A construção do projeto de pesquisa. Os métodos e as técnicas de pesquisa científica em ciências humanas. Normalização técnica e redação do Projeto e do Trabalho Acadêmico.
Justificativa: Essa disciplina foi acrescida de carga horária e de conteúdo diante da supressão da disciplina de Introdução à Pesquisa Científica, que foi mesclada em TCC I e Metodologia Científica.
Disciplina: Estatutos Protetivos
Alteração: Criação da disciplina a ser ofertada no 9º período, com carga horária de 80h. Nova Ementa: Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com deficiência. Estatuto do Índio. Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto dos Refugiados. Estatutos da Juventude.
Justificativa: A disciplina optativa referente a Estatuto da Criança e do Adolescente é a base desta disciplina de Estatutos Protetivos. De acordo com a Res. nº 5/2018 do MEC, em seu Art. 5º, §3º, o ideal é que a grade ofereça uma maior diversificação curricular, especialmente em se tratando de direito de minorias. Assim, ao acrescentar os demais estatutos protetivos à anterior ementa da disciplina Direito da Infância e da Juventude, privilegiou-se o artigo em comento de maneira bastante ampla, especialmente por a disciplina ter sido tornada obrigatória.
Disciplina: Direito Previdenciário
Alteração: Alteração da nomenclatura para Direito da Seguridade Social, com mudança do 10º para o 9º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: A Seguridade Social, conceito, origem e história. A saúde. A Assistência Social. A Previdência social no Brasil. Leis e regulamentos previdenciários. Regime Geral da Previdência Social. Financiamento e salário de

contribuição. Prestações Previdenciárias – benefícios e serviços. Plano de Benefícios. Prescrição e decadência. Regimes especiais de previdência. Previdência Privada.

Justificativa: A justificativa decorre do fato da CF/88 estabelece no TÍTULO VIII a Ordem Social e no CAPÍTULO II do referido título trata DA SEGURIDADE SOCIAL (artigos 193 a 204). É sabido que a seguridade no Brasil é composta pelo tripé saúde, assistência social e previdência social, cada uma com características e sistemas de funcionamento próprios, de acordo com as respectivas leis de organização. Ademais, a atual ementa denominada direito previdenciário contempla o estudo não somente da previdência social, mas também dos dois outros ramos da seguridade social, incluindo o estudo da lei que institui o Sistema Único de Saúde e da lei que institui o Sistema Único de Assistência Social. Quanto à alteração de período, sendo realocada ao 9º, justifica para construção de uma grade com disciplinas práticas ao 10º período.

Disciplina: Ética Profissional

Alteração: Alteração do período de oferta que passa do 10º para o 8º período e alteração da ementa que passa a ser a seguinte:

Nova Ementa: Conceituação de Deontologia Jurídica. Origens da profissão de advogado. O exercício da profissão e a responsabilidade do advogado. A ética profissional do advogado. O Código de Ética Profissional. Dos deveres fundamentais do advogado. Das relações entre o advogado e o cliente. Das relações em Juízo e com a administração pública. O Tribunal de Ética. O Estatuto da OAB: Lei nº 8.906/94. A Ordem dos Advogados do Brasil. Requisitos para a inscrição na OAB. Sociedades de advogados. Honorários de advogados. Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia. Deveres e Direitos dos advogados e estagiários. Infrações disciplinares. Penalidades e sua aplicação. Processo disciplinar. O Regulamento Geral da OAB e suas resoluções.

Justificativa: A disciplina foi realocada para o 8º período, para instigar os alunos ainda mais, uma vez que é assunto da prova da Ordem dos Advogados, que pode ser realizada a partir do 9º Período. Sobre a ementa, essa não se modificou, apenas foram especificados os conteúdos que, antes, eram genéricos.

Disciplina: Prática Jurídica IV - Prática Trabalhista

Alteração: Alteração da nomenclatura para Prática Trabalhista e alteração da

ementa que passa a ser a seguinte Nova Ementa: Peças Processuais: Inicial; Contestação; Réplica; Embargos à Execução; e Impugnação à Sentença de Liquidação. Sentença. Recursos: Recurso Ordinário; Agravo de Petição; Agravo de Instrumento; Recurso de Revista; Embargos ao Pleno (Embargos de divergência); e Embargos Infringentes.
Justificativa: A ementa apenas teve uma atividade acrescentada, que é a elaboração de sentença, uma vez que a matéria não é prática advocatícia, e sim prática trabalhista.
Disciplina: Tópicos Especiais Avançados
Alteração: Exclusão da disciplina.
Justificativa: A disciplina era totalmente desprovida de ementa, desconexa com o curso e, basicamente, permitia ao professor falar qualquer coisa sobre qualquer coisa. Logo, trata-se de disciplina inútil e impertinente.
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II
Alteração: Alteração da nomenclatura para Trabalho de Conclusão de Curso II - Orientação de Monografia, com aumento da carga horária de 40h para 160h
Justificativa: A disciplina foi acrescentada nos mesmos moldes do curso de Administração da Faceli, aprovados pelo Conselho Estadual de Educação, para que o aluno possa se dedicar com mais afinco à produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso.
Disciplina: Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos
Alteração: Transferência de disciplina obrigatória para optativa, com a nova nomenclatura Processo Coletivo e diminuição da carga horária de 80h para 40h, saindo do 10º período para ser ofertada de acordo com a disponibilidade de oferta das disciplinas optativas e alteração da ementa que passa a ser a seguinte: Nova Ementa: Introdução ao estudo do processo coletivo. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Normas fundamentais da tutela coletiva. Competência. Conexão e litispendência entre ações coletivas e a relação entre ações coletivas e ações individuais. Legitimação <i>ad causam</i> nas ações coletivas. Intervenção de terceiros. Inquérito civil. Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas. Autocomposição nos direitos coletivos. Coisa julgada.

Liquidação e execução da sentença.

Justificativa: Esta disciplina já é abordada em Direito Processual Civil e do Trabalho, de maneira que o aprofundamento no assunto será uma ótima opção, de acordo com a necessidade do curso, já que a matéria passa a ser optativa. A referida matéria ingressa na grade de optativas com a nova nomenclatura Processo Coletivo.

Quadro 16. Alterações sugeridas e suas respectivas justificativas.

13.3 EMENTÁRIO PARA INGRESSANTES A PARTIR DE 2020

PRIMEIRO PERÍODO

Introdução ao Estudo do Direito

História do Direito

Ciência Política e Teoria Geral do Estado - TGE

Filosofia Geral e Jurídica

Linguagem Jurídica

Economia

Informática Aplicada ao Direito

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

EMENTA

O que é direito. O direito e ciência. Direito e justiça. Formação e estrutura do Judiciário brasileiro. Direito e moral. Direito e ideologia. Direito objetivo e subjetivo. Direito público e privado. Direito material e processual. Sistema romano-germânico, common law, teoria da norma jurídica. Hermenêutica jurídica. Fontes do direito, fontes formais e materiais, hierarquia das fontes. Vigência da lei no tempo e no espaço. Lacunas e conflitos normativos. Teoria do ordenamento Jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução a ciência do direito** - introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 34 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, José Fabio Rodrigues. **Teoria geral do direito: segurança, valor, hermenêutica, princípios, sistemas**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAGALHÃES, Rui Ribeiro de. **Introdução ao estudo do direito**. 2. Ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

RAO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos: Teoria geral do direito subjetivo**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: Introdução ao estudo do direito, instituições jurídicas, evolução e controle social**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA

Introdução aos Estudos Históricos (Conceito, Divisões, Metodologia, Teorias, Fontes e Interdisciplinaridade). A Formação do Direito nas Sociedades Ágrafas. Direito, Jurisprudência e Justiça na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma). Direito na Idade Média (Direito Germânico e Canônico). Direito na Idade Moderna (Direito Comum, Direito Continental e Movimento Codificador). O Direito nas Sociedades Contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCOS, Rui de Figueiredo. **História do direito brasileiro**. Rio de Janeiro Forense, 2015.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de história do direito**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PALMA, Rodrigo Freitas. **História do Direito**. 7.ed. São Paulo: Saraiva 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e filosofia do direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COULANGES, F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Edameris, 1961.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história**: lições introdutórias. 2. ed. - São Paulo: Atlas, 2000.

MADEIRA, França. **História da Advocacia**: Origens da Profissão de Advogado no Direito Romano. São Paulo: RT, 2002

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO DIREITO - TGE

EMENTA

A sociedade e o Estado. Origem, justificação, evolução histórica e elementos do Estado. Soberania. Formas de Governo. Regimes de governo. Sistemas de governo. Os partidos políticos e os sistemas eleitorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política** (quem manda, por que manda, como manda). São Paulo: Objetiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do estado**: teoria constitucional e relações internacionais. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

O que é filosofia? Origens da filosofia. Primeiros filósofos. A filosofia jurídica dos sofistas. A filosofia jurídica de Sócrates. A filosofia jurídica de Platão. A filosofia jurídica de Aristóteles. A filosofia jurídica medieval. A filosofia jurídica de Thomas Hobbes. A filosofia jurídica de John Locke. A filosofia jurídica de Jean-Jacques Rousseau. A filosofia jurídica de Immanuel Kant. O juspositivismo x jusnaturalismo. A filosofia jurídica de Michel Foucault.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CICCO, Cláudio. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Filosofia do direito**. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia: história e grandes temas**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NUNES, César Aparecido. **Aprendendo filosofia**. 9a ed. São Paulo: Papirus, 1999.

OLIVEIRA, Armando Mora de. **Primeira filosofia: tópicos de filosofia geral**. Brasiliense: São Paulo, 1990.

REALE, Giovanni. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 1990.

LINGUAGEM JURÍDICA

EMENTA

Introdução à comunicação jurídica. Vocabulário jurídico. Linguagem jurídica. Estrutura frásica na linguagem jurídica. Discurso jurídico. O parágrafo e a redação jurídica. Aspectos linguísticos e redacionais de peças jurídicas. Estilística jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. **Linguagem forense: a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. **Manual de redação forense: curso de linguagem e construção de texto no direito**. 3. ed. Campinas: LZN, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antônio. **Curso de português jurídico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 26. ed. Rio Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

KASPARY, Adalberto J. **Habeas verba: português para juristas**. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário jurídico**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

ECONOMIA

EMENTA

Macroeconomia Keynesiana: Estudos dos principais Agregados Macroeconômicos (Produto Interno Bruto, Taxa de Juros, Desemprego, Inflação). Política Econômica (Política Monetária, Política Fiscal, Política Cambial e Política de Rendas). Economia Brasileira sob a ótica dos principais planos econômicos (Plano SALTE; Plano de Metas; PAEG; Plano Nacional de Desenvolvimento I, II e III; Plano Cruzado, Plano Collor I e II, Plano Real)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, A. C. (et). **Economia Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VICECONTI, P.E.; NEVES, S. **Introdução à Economia**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF, Alexandre N. **Mercado Financeiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 18 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Macroeconomia**. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

MCGUIGAN, James R. **Economia de empresas: aplicações estratégia e táticas**. 9 ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

VASCONCELLOS, M. A. S.; PINHO, D. B. **Manual de Economia**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

INFORMÁTICA APLICADA AO DIREITO

EMENTA

O conceito e os objetivos da Informática aplicada ao Direito. Informática jurídica: conceito, histórico e perspectivas. A utilização do computador e de redes nas atividades jurídicas. Os impactos das modernas tecnologias da informação na sociedade. Aplicações práticas. Direito da Informática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico: modelos, aspectos e contribuições de sua aplicação**, 2.ed., São Paulo. Ed. Atlas, 2000.

KANAAN, João Carlos. **Informática global**, São Paulo: Pioneira, 1998.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do direito**: dogmática (pós-positivismo): sociologia (sociedade da informação): filosofia (pós-modernismo), 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRECO, Marco Aurélio. **Direito e Internet: relações jurídicas na sociedade informatizada**, São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira et al. **O direito e a internet. Rio de Janeiro: Forense Universitária**, Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2002.

SILBERSCHATZ, Abraham. **Fundamentos de sistemas operacionais**, 8.ed, Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2013.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico**, São Paulo. Ed. Saraiva, 2015.

WACHOWICZ, Marcos. **Propriedade intelectual e internet**: uma perspectiva integrada à sociedade da informação. 3 ed., Curitiba: Juruá, 2004.

SEGUNDO PERÍODO

Sociologia Geral e Jurídica

Metodologia Científica

Psicologia Jurídica

Teoria da Constituição

Direito Civil I – Parte Geral

Direito Penal I – Parte Geral

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

Conceitos básicos da Sociologia e da Antropologia. Sociedade e sujeito. Vida em sociedade: análise teórica. Formação da cultura. Conflito, integração e mudanças sociais. Legitimidade e Direito. Poder, Estado e Controle Social. Direitos Culturais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Sociologia Jurídica** (Você conhece?). 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Direito** - a abordagem do fenômeno jurídico como fato social. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2014.

LÉVY-BRUHL, Henri. **Sociologia do Direito**. 2. ed. Tradução de: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. **Sociologia do direito: fundamentos de sociologia geral; sociologia aplicada ao direito**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à sociologia**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.

CICCO, Cláudio de. **História do pensamento jurídico e da filosofia do direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. Companhia das Letras, Edição comemorativa, 2006.

SCURO Neto, Pedro. **Sociologia geral e jurídica: introdução ao estudo do direito, instituições jurídicas, evolução e controle social**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

EMENTA

Processo de conhecimento. Conhecimento científico. Organização do trabalho acadêmico. Normas técnicas para elaboração de trabalhos científicos. Noções de método científico. Pesquisa jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para curso de direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender – Introdução à metodologia científica**. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência de estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA

Psicologia, Direito e Processos de subjetivação. Psicologia, violência e direitos humanos. Psicologia, infância e juventude. Psicologia e família.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINSON, Rita L. **Introdução à psicologia**. 11.ed. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

CAMPOS, Dinah M. de S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologias**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia jurídica no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLEGER, José. **Psicologia da conduta**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. 8 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MYERS, David G. **Psicologia**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

EMENTA

Constituição. Direito constitucional. Poder constituinte. Normas constitucionais. A supremacia da constituição e o controle de constitucionalidade. Interpretação, aplicação e efetividade da Constituição. Direito constitucional intertemporal. A história constitucional brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e efetividade de suas normas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **O Poder Constituinte**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **O constitucionalismo brasileiro: evolução institucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL

EMENTA

Direito Civil: conceito e formação histórica. Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais: Personalidade, Capacidade, Ausência. Pessoas jurídicas: Disposições Gerais, Associações, Fundações. Domicílio. Bens. Teoria geral do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Teoria das nulidades. Prescrição e decadência. Provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONINI, Paulo Rogério. **Direito Civil: parte geral**. 5 ed. São Paulo: Rideel, 2010.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Vol 1: parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil, 1: **Lei de introdução e parte geral**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU FILHO, José. **O negócio jurídico e sua teoria geral**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**: Teoria geral do direito civil. V. 1. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Washington Barros de. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral. Vol. I. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

NERY JÚNIOR, Nelson e ANDRADE, Rosa Maria de. **Código Civil Anotado**. São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. v. 1. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DIREITO PENAL I – PARTE GERAL

EMENTA

Direito Penal. Evolução histórica das ideias penais. Evolução histórica do Direito Penal Brasileiro. Da norma penal. A Lei Penal no tempo e no Espaço. Do crime. Excludentes de Ilícitude ou Causas de Justificação. Da Imputabilidade Penal. Do Concurso de Crimes ou de penas. Do concurso de pessoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte geral, vol I. 20. Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

MASSON, Cleber. **Direito penal**: parte geral, volume I. 12 Ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

NUCCI, S. Guilherme. **Curso de direito penal**: volume I: parte geral. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, B. José Flávio. **Concurso de Pessoas**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 1999.

PRADO, R. Luiz. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. Vol I. 5 Ed. São Paulo. Editora Revista dos tribunais, 2005.

REALE, J. Miguel. **Teoria do Delito**. 2 Ed. rev. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SILVA, José Geraldo. **Teoria do Crime**. Campinas. Bookseller, 1999.

ZAFFARONI, R. Eugenio; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: parte geral. 4 Ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

TERCEIRO PERÍODO

Direito Constitucional I

Direito Civil II – Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade

Direito Penal II – Parte Geral II

Teoria Geral do Processo

Direito Internacional Público

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA

A Constituição Brasileira de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Da organização do Estado. Da organização dos poderes. Do poder legislativo. O processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Do poder executivo. Administração pública. Da defesa do Estado e das instituições democráticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GUERRA, Sérgio (org.). **Fundamentos de direito constitucional**: v. 2. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1991.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito constitucional**. v. 1. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES E ATOS UNILATERAIS DE VONTADE

EMENTA

Introdução ao Direito das Obrigações. Estrutura da relação obrigacional. Obrigações naturais. Obrigações reais (*propter rem*). Fontes das Obrigações. Elementos essenciais da obrigação. Classificação das obrigações. Transmissão das obrigações. Pagamento. Formas especiais de pagamento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Preferências e privilégios creditórios. Atos unilaterais de vontade: Promessa de recompensa, Gestão de negócios, Pagamento indevido, Enriquecimento sem causa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil v. 2:** teoria geral das obrigações. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil 2:** direito das obrigações e responsabilidade civil. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil:** teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro v. 2:** teoria geral das obrigações. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil, v. 2:** obrigações. São Paulo: Saraiva, 16ªed. 2015.

GOMES, Orlando. **Obrigações.** 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro v. 2:** teoria geral das obrigações. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil: parte geral das obrigações.** 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DIREITO PENAL II – PARTE GERAL II

EMENTA

Consequências jurídicas do delito. Teorias da Pena. Os sistemas penitenciários. A pena de prisão e sua evolução: penas privativas de liberdade; penas restritivas de direitos; pena de multa. Aplicação da pena. Lei de Execução Penal - A punição no concurso de crimes. Suspensão condicional do processo e suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Causas extintivas da punibilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**, vol I. 20. Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

MASSON, Cleber. **Direito penal: parte geral**, volume 1. 12 Ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

NUCCI, S. Guilherme. **Curso de direito penal: volume 1: parte geral**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 3 Ed. Terceira Triagem, Leme- São Paulo. CL EDIJUR, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRECO, Rogério. **Resumos Gráficos de Direito Penal: parte geral**. 2 Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2012.

JESUS, Damásio E.. **Novas questões criminais**. São Paulo. Saraiva: 1993.

ZAFFARONI, R. Eugenio; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. 4 Ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA

Jurisdição, Competência; Ação; Processo e Procedimento; Organização Judiciária; Princípios Constitucionais do Processo; Partes e procuradores; poderes, direitos e deveres processuais; despesas processuais; intervenção de terceiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cássio S. **Curso sistemático de direito processual civil** - teoria geral do processo civil. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.

CAMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52 ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. **Teoria geral do processo e processo de conhecimento**. v.11.14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. **Teoria geral do processo**. 28 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Teoria geral do processo**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Manual do processo coletivo**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

TESHEINER, José Maria Rosa. **Teoria geral do processo em conformidade com o novo CPC**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

EMENTA

Sociedade internacional e as relações internacionais. Conceituação de direito internacional público e privado e sua evolução histórica. Princípios e fundamentos do direito internacional público. Fontes do DIP. Teoria geral dos tratados internacionais. A personalidade internacional e os sujeitos de DIP. Nacionalidade. A condição jurídica do estrangeiro.

BILIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA Geraldo E. N. do. **Manual de direito Internacional público**. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 3. Ed. São Paulo: LTR, 2000.

REZEK, José F. **Direito internacional público: Curso elementar**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASELLA, Paulo Borba. **Direito internacional no tempo moderno de Suarez a Grócio**. São Paulo: Atlas, 2014.

DEL' OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Coletânea de direito internacional**. Constituição federal. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso de Albuquerque (Diretor). **Curso de direito internacional público**. v 1. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Curso de direito internacional público: uma visão sistemática do direito internacional dos nossos dias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

QUARTO PERÍODO

Direito Constitucional II

Direito Civil III – Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos

Direito Penal III – Parte Especial

Direito Processual Civil I – Processo de Conhecimento

Direito Empresarial I

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA

A Constituição Brasileira de 1988 (continuação). Do poder judiciário. Funções essenciais à Justiça. O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Da tributação e do orçamento. Da ordem econômica e financeira. Da ordem social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 5. ed. São Paulo: RT (Revista dos Tribunais), 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRETELLA JÚNIOR, José. **Elementos de direito constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

FERREIRA FILHO, Manoel G. **Curso de direito constitucional**. 36 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DIREITO CIVIL III – RESPONSABILIDADE CIVIL E TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

EMENTA

Introdução ao tema da responsabilidade civil. Ato ilícito e abuso de direito. Espécies e elementos de Responsabilidade. Excludentes do dever de indenizar. Outras modalidades de responsabilidade. Dano e reparação. Evolução histórico-conceitual dos contratos. Princípios gerais do direito contratual. Classificação e formação dos contratos. Relatividade dos efeitos dos contratos. Revisão dos contratos pelo Código Civil. Vícios redibitórios e evicção. Extinção dos contratos. Interpretação dos contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil**, v. 3: responsabilidade civil. v.3. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações, parte especial**: contratos. v.6, 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil 2**: direito das obrigações e responsabilidade civil. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRIDE, Noberto de Almeida. **Direito de trânsito e responsabilidade civil de A a Z**. v.7, 2 ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: responsabilidade civil v.4. São Paulo: Saraiva, 2007.

PINTO, Cristiano Vieira Sobral. **Código civil anotado**. Salvador: JusPodivm, 2016.

SCHIAVOLIM FILHO, Hélio. **Dano moral e material na prática forense**: atualizado. São Paulo: Impactus, 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. v.2, 9 ed: Atlas, 2009.

DIREITO PENAL III – PARTE ESPECIAL

EMENTA

Dos Crimes contra a Pessoa. Dos Crimes contra o Patrimônio. Dos Crimes contra a Propriedade Imaterial. Dos Crimes contra a Organização do Trabalho. Dos Crimes contra o Sentimento Religioso e Respeito aos Mortos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: volume 2: parte especial, 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: volume II: parte especial arts. 121 a 212 do CP, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MASSON, Cleber. **Direito penal**: volume 2: parte especial: (arts. 121 a 212), 11 ed. São Paulo: Método, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**: volume 2: parte especial, 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLNAGO, Rodrigo. **Direito penal**: parte especial II. 3 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ISHIDA, Valter Kenji. **Curso de direito penal**: parte geral, parte especial. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro, volume 2**: parte especial, arts. a 183. 3 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SALIM, Alexandre. **Direito penal: parte especial**: dos crimes contra a pessoa aos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Salvador: JusPodivm, 2012.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I – PROCESSO DE CONHECIMENTO

EMENTA

Do procedimento comum. Da petição Inicial. Citação. Da audiência de conciliação ou mediação. Da resposta do réu: contestação, reconvenção. Da revelia. Das providências preliminares. Do julgamento conforme o estado do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Das Provas. Da sentença. Da coisa julgada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil**. v.1, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. v.1. 20 ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum - Volume III**. v.3. 47 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Lumen Juris, 2011.

GONÇALVES, Marcus V. R. **Novo curso de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Ernane F. **Manual de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Moacyr A. **Primeiras linhas de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. v.1. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA

Direito Empresarial: Histórico, conceito, características e fontes. Empresário: caracterização, inscrição, capacidade. Conceitos fundamentais: noção de empresa, empresário, sócio ou acionista, estabelecimento empresarial. Obrigações legais comuns a todo empresário. Registro público de empresas mercantis. Escrituração e balanço. Nome empresarial. Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte. Personalidade jurídica e desconsideração. Atos *ultra vires* e teoria da aparência. Estabelecimento empresarial. Titularidade intelectual. Teoria geral do direito societário. Sociedades empresárias no novo código civil. Sociedade limitada. Sociedades por ações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de direito empresarial: o novo regime jurídico-empresarial brasileiro**. Salvador: JusPodivm, 2008.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. V.1. 25 ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris. 1989.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

JÚNIOR FAZZO, Waldo. **Manual de Direito Comercial**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Geraldo Bezerra de. **Curso de Direito Comercial (CD)**. São Paulo: LZN Editora, 2003.

NEGRÃO, Ricardo. **Direito empresarial: estudo unificado**. São Paulo: Saraiva, 2008.

QUINTO PERÍODO

Direito Civil IV – Contratos
Direito Penal IV – Parte Especial
Direito Processual Civil II – Recursos
Direito Empresarial II – Títulos de Crédito e Falência
Direitos Humanos
Optativa I

DIREITO CIVIL IV - CONTRATOS

EMENTA

Introdução aos contratos em espécie. Compra e venda. Troca. Contrato estimatório. Doação. Locação no Código Civil e na Lei de Locação. Fiança. Prestação de serviço. Empreitada. Comodato. Mútuo. Depósito. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Transação. Compromisso. Arrendamento mercantil (*Leasing*). Shopping center. Representação comercial. Franquia. Faturização (*Factoring*). Contratos bancários: operação ativa e passiva. Outros contratos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil v. 3: contratos**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro v. 3: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**, 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações, parte especial: contratos**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil v. 3: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil v. 3: contratos em espécie**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DIREITO PENAL IV - PARTE ESPECIAL

EMENTA

Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual. Dos Crimes Contra a Família. Dos Crimes contra a Incolumidade Pública. Dos Crimes contra o Meio Social. Dos Crimes contra a Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte especial, vol III. 15. Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

MASSON, Cleber. **Direito penal**: parte especial, volume III. 8 Ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Forense, 2018.

NUCCI, S. Guilherme. **Curso de direito penal**: volume II: parte especial. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial. Vol 2. 13 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal esquematizado**: parte especial. São Paulo: Saraiva, 2011.

ISHIDA, Válter Kenji. **Curso de Direito penal**: parte geral e especial. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código penal interpretado**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte especial. Vol II. 3 Ed. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2004.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II - RECURSOS

EMENTA

Dos processos de Competência Originária dos Tribunais: Do Incidente de Assunção de Competência; Do Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade; Do Conflito de Competência; Da homologação de Decisão Estrangeira e da concessão de Exequatur; Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Da Ação Rescisória. Da Reclamação. Dos Recursos: Teoria Geral. Dos Recursos em Espécie: Da Apelação. Do Agravo de Instrumento. Do Agravo Interno. Dos Embargos de declaração. Dos Recursos para os Tribunais Superiores: Recurso Ordinário, Recurso Especial, Extraordinário e Embargos de Divergência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER. Fredie. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais**. 15ª edição. 2018. JusPodivm.

DIDIER. Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória**. 13ª edição. 2018. JusPodivm.

THEODORO JUNIOR. Humberto. **Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**. 47ª edição. 2016. Forense.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA, Alexandre. **Lições de direito processual civil**, volume III. 17ª edição. Lumen Juris. 2011.

DIDIER. Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. 20ª edição. 2018. JusPodivm.

FIGUEIREDO, Simone Diogo Carvalho. **Direito processual civil 2**. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FUX, Luiz. **A reforma do processo civil**. Impetus. 2006.

GIANCOLI, Brunno Pandori. **Prática processual civil**. Revista dos Tribunais. 3ª edição. 2015.

DIREITO EMPRESARIAL II - TÍTULOS DE CRÉDITO E FALÊNCIA

EMENTA

Títulos de Crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Declarações cambiais: saque, aceite, endosso, aval. Protesto. Aspectos históricos do direito falimentar brasileiro. Definições de recuperação judicial, extrajudicial e falência. Justificativa e observância do regime jurídico dos empresários e sociedades empresárias. Do alcance da lei de recuperação e falência e das sociedades excluídas do regime. Do juízo de competência para os feitos falimentares. Da atuação do Ministério Público na recuperação e na falência da empresa. Das disposições comuns à recuperação judicial e à falência. Da recuperação judicial. Da conversão da recuperação judicial em falência. Da recuperação extrajudicial. Regime especial de recuperação e falência para as ME e EPP.

BILOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Amador P. de. **Teoria e prática dos títulos de crédito**. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Carlos A. **Contratos comerciais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COELHO, Fábio U. **Curso de direito comercial**. 13 ed. Vol. 3. São Paulo: Saraiva, 2012.

BILOGRAFIA COMPLEMENTAR

COELHO, Fábio U. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, Wille D. **Títulos de crédito**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

MARTINS, Fran. **Contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito falimentar**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DIREITOS HUMANOS

EMENTA

Introdução ao Direito Humano. Características dos direitos humanos. Geração de Direitos. Incorporação dos Tratados de Direitos Humanos no Brasil. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas. Organização dos Estados Americanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Tribunal Penal Internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos**: curso elementar. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Método, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Konder. **A afirmação Histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 1992.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Fabris, 1997.

OPTATIVA I

As ementas das disciplinas optativas encontram-se ao final do ementário, tendo em vista que uma mesma optativa poderá ser ofertada em períodos diferentes, de acordo com a escolha realizada pelo Colegiado do curso, dentre as elencadas.

SEXTO PERÍODO

Direito Civil V – Coisas
Direito Penal IV – Parte Especial
Direito Processual Civil III – Execução
Direito do Trabalho I
Direito Processual Penal I
Direito do Consumidor
Optativa II

DIREITO CIVIL V - COISAS

EMENTA

Introdução ao estudo do Direito das Coisas. Conceito de Direito das Coisas. Posse. Propriedade. Função Social da Propriedade. Direito de Vizinhança. Condomínio. Direitos reais de fruição: Superfície, Laje, Servidões, Usufruto, Uso, Habitação, Concessões especiais, Enfitese. Direito real de aquisição. Direitos reais de garantia: Teoria geral, Penhor, Hipoteca, Anticrese, Propriedade fiduciária.

BILIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil v. 4:** direitos reais. 18 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil 4:** direito das coisas. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil v. 5:** direitos reais. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro v. 4:** direito das coisas. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direitos reais.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro v. 5:** direito das coisas. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MONTEIRO, Washington de B. **Curso de direito civil.** Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2010.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil v. 5:** direito das coisas. 28 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III - EXECUÇÃO

EMENTA

Teoria Geral da Execução. Espécies de Execução. Execução para a entrega de coisa certa e incerta baseada em título judicial e extrajudicial. Execução das obrigações de fazer e não fazer baseada em título executivo judicial e extrajudicial. Execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial. Procedimento da fase de cumprimento da sentença. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de Prestação Alimentícia. Insolvência Civil. Defesa do Executado. Embargos do Devedor. Impugnação à execução fundada em título judicial. Exceção de Pré-executividade. Suspensão e Extinção do módulo processual executivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Curso de direito processual civil: execução. v.5. 8 ed. Rio de Janeiro: Justiça & Cidadania, 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: processo coletivo.** 12 ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **As novas reformas do código de processo civil.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil.** São Paulo: Lumen Juris, 2011.

GONÇALVES, Marcus V. R. **Novo curso de direito processual civil.** Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, Ernane F. **Manual de direito processual civil.** São Paulo: Saraiva, 2003.

SANTOS, Moacyr A. **Primeiras linhas de direito processual civil.** São Paulo. Saraiva, 2011.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil.** São Paulo: Forense, 2011.

DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA

Formação histórica. Fontes. Conceitos. Definição. Natureza jurídica. Princípios. Aplicação e interpretação das normas trabalhistas. Noções de Direito Coletivo. Contrato de trabalho. Prescrição e Decadência. Sujeitos do contrato de trabalho: empregado e empregador. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Terceirização. Remuneração. Segurança e medicina do trabalho: Adicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Amauri M. **Curso de direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho**: duração do trabalho a direito de greve. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho**: teoria geral do trabalho a trabalho do menor. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2015.

MARTINS, Sergio P. **Direito do Trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

EMENTA

Processo Penal Brasileiro e sua evolução histórica. Lei processual no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Sistemas Processuais Penais. Princípios processuais penais. Inquérito Policial. Ação Penal. Sujeitos Processuais. Jurisdição e Competência. Incidentes Processuais. Provas. Prisão e Liberdade Provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**, 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**, 22 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, Renato Sérgio de. **Manual de processo penal**, 6 ed. Salvador: JusPodivm, 2018

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Processo Penal Parte Geral**. 2. Ed. Bahia: Juspodivm, 2012.

EBLING, Cláudia Marlise da Silva Alberton. **Teoria geral do processo**: uma crítica à teoria unitária do processo através da abordagem da questão da sumarização e do tempo no/do processo penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

OLIVEIRA, Flávio Cardoso de. **Direito Processual Penal**, vol 5. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal Esquematizado**. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Direito processual penal**. vol 19 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA

O Código de Defesa do Consumidor. O microssistema coletivo. Princípios do Código de Defesa do Consumidor. Relação jurídica de consumo: consumidor e fornecedor. Dos direitos básicos do consumidor: proteção da vida, da saúde e da segurança; publicidade enganosa e abusiva; práticas comerciais abusivas; cláusula abusiva; contratos; inversão do ônus da prova; adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. Prescrição e decadência no Código de Defesa do Consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direito do Consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência**, 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado**. Forense, 10^a. Ed., 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Confiança no Comércio Eletrônico e a Proteção do Consumidor**. 4. ed. São Paulo: RT, 2004.

TARTUCE, Flávio. **Função Social dos Contratos no Código de Defesa do Consumidor ao Código Civil**. 2. ed. São Paulo: Método, 2007.

OPTATIVA II

As ementas das disciplinas optativas encontram-se ao final do ementário, tendo em vista que uma mesma optativa poderá ser ofertada em períodos diferentes, de acordo com a escolha realizada pelo Colegiado do curso, dentre as elencadas.

SÉTIMO PERÍODO

Direito Civil VI – Família

Direito Processual Civil IV – Procedimentos e Juizado Especial

Direito do Trabalho II

Direito Processual Penal II

Direito Administrativo I

Estágio de Prática Jurídica I

DIREITO CIVIL VI – FAMÍLIA

EMENTA

Introdução ao Direito de Família. Princípios do Direito de Família. Relações de parentesco. Direito matrimonial: Conceito de casamento, Promessa de casamento, Capacidade, Impedimentos, Causas Suspensivas, Habilitação e Celebração do casamento, Modalidades de casamento, Regime de bens, Dissolução do união poliafetiva. Direito parental: Filiação, Reconhecimento de filhos, Adoção, Poder familiar. Direito assistencial: Alimentos, Tutela, Curatela, Guarda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria H. **Código civil anotado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de Direito Civil**, volume 6: direito de família: as famílias em perspectiva constitucional. v.6. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: direito de família**. v.5. 8 ed. São Paulo: Método, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Maria H. **Direito civil brasileiro: sucessões**. 26. ed. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de, ROSENVALD, Nelson, **Curso de Direito Civil**, v. 6. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Carlos R. **Direito civil brasileiro: sucessões**. 6 ed. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. v. 2. 38. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: direito de família**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV – PROCEDIMENTOS E JUIZADO ESPECIAL

EMENTA

Tutelas provisórias. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa – generalidades e aspectos gerais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e da Demarcação de terras particulares. Dissolução Parcial de Sociedade. Inventário e Partilha. Embargos de Terceiro. Oposição. Habilitação. Das ações de família. Ação monitória. Homologação do penhor legal. Danos ocorridos em navegação. Avaria Grossa. Restauração de autos. Procedimentos de Jurisdição Voluntária. Notificação e interpelação. Alienações judiciais. Divórcios e separação consensual. Extinção consensual da União Estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Bens do ausente. Coisas vagas. Interdição. Tutela e Curatela. Organização e fiscalização das fundações. Ratificação dos protestos marítimos. Juizados especiais cíveis, Ações locatícias e Mandado de Segurança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Alvim, José Eduardo Carreira. Alterações do código de processo civil: leis nº 10.352, 10.358 e 10.444. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

BUENO, Cássio S. **Curso sistemático de direito processual civil** - teoria geral do processo civil. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Moacyr A. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo. Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil**. São Paulo: Lumen Juris, 2011.

GONÇALVES, Marcus V. R. **Novo curso de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SANTOS, Ernane F. **Manual de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. v.3. 43. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

DIREITO DO TRABALHO II

EMENTA

Fundo de garantia por tempo de serviço. Duração do trabalho: limitação, exceções à limitação, prorrogação e compensação da jornada. Períodos de descanso: diário, interjornadas, semanal e anual. Estabilidade. Aviso prévio. Extinção do contrato de trabalho. Trabalho da mulher e do menor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: LTr, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

NASCIMENTO, Amauri M. **Curso de direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho**: duração do trabalho a direito de greve. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho**: teoria geral do trabalho a trabalho do menor. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2015.

MARTINS, Sergio P. **Direito do Trabalho**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II

EMENTA

Avisos processuais em matéria processual penal. O processo de conhecimento. Formas procedimentais. Procedimento nas contravenções penais. Lei 6411/95. Formas de procedimento sumaríssimo. O procedimento nos crimes da competência do júri. O procedimento nos crimes contra a honra. O procedimento nos crimes falimentares. O procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial. Imputação, classificação de crimes e decisão do processo. Sentença penal. Recursos. Habeas-corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito processual penal**, 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de processo penal**, 22 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, Renato Sérgio de. **Manual de processo penal**, 6 ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. **Processo Penal Parte Geral**. 2 Ed. Bahia: Juspodivm, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Processual Penal Esquematizado**. 19 Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, William Douglas Resinente dos. **Medicina legal: à luz do direito penal e processual penal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA

Direito administrativo: Noções gerais. Regime jurídico administrativo. Organização administrativa. Ato administrativo. Poderes da administração. Serviço público. Responsabilidade do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Tratado de direito administrativo disciplinar**. Rio de Janeiro: América jurídica, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I

EMENTA

Essa disciplina é regida por regulamento próprio. O estágio de Prática Jurídica I refere-se à prática jurídica civil e se dá por meio de atividades reais e simuladas ocorridas no Núcleo de Prática jurídicas – NPJ ou outras instituições com as quais a Faculdade mantém convênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel C. de. **Prática no processo civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Jorge S. dos. **Prática forense civil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil**. 20 ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito processual civil**. 12 ed. Vol.1. Salvador: JusPodivm, 2010.

WAMBIER, Luiz R.; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 11 ed. Vol.1. São Paulo: RT, 2010.

WAMBIER, Luiz R.; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 11 ed. Vol. 2. São Paulo: RT, 2010.

OITAVO PERÍODO

Direito Civil VII – Sucessões

Direito Administrativo II

Direito Tributário I

Direito Ambiental

Direito Processual do Trabalho I

Ética Profissional

Estágio de Prática Jurídica II

DIREITO CIVIL VII – SUCESSÕES

EMENTA

Introdução ao Direito das Sucessões. Modalidades e premissas de sucessão mortis causa. Momento e local de abertura da sucessão. Direito intertemporal sucessório. Modalidades de herdeiros. Herança e sua administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia da herança. Exclusão de herdeiros por indignidade. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima: Ordem de vocação hereditária dos herdeiros legítimos, Herdeiros necessários, Direito de representação. Sucessão testamentária: Conceito e características do testamento, Formas de testamento, Disposições testamentárias, Legados, Direito de acrescer entre herdeiros e legatários, Redução das disposições testamentárias, Revogação do testamento, Rompimento do testamento, Testamenteiro. Inventário e partilha dos bens: Conceito, Procedimentos, Espécies de inventário, Sonegados, Pagamento das dívidas, Colação, Partilha.

BIBLIOGRAFIA BASICA

DINIZ, Maria Helena. **Direito civil brasileiro: sucessões**. 22. ed. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: sucessões**. 5. ed. Vol. 7. São Paulo: Saraiva, 2011.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, V. 6: direito das sucessões**/Flávio Tartuce. 11. ed. rev., atual e ampl - Rio de Janeiro. Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Sucessões**. E. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2011.

PEREIRA, Caio Mario. **Instituições de Direito Civil**. v. 6. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil. v. 7. Direito das Sucessões**. 26.^a ed atualizada de acordo com o novo Código Civil (Lei n.º 10.406, de 10-01-2002, com a colaboração de Zeno Veloso. São Paulo: Saraiva, 2007.

SABAIA, Maximiliano S. **Prática forense do direito das sucessões**. São Paulo: Quorum, 2010.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Sucessões**. v. 7. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DIREITO ADMINISTRATIVO II

EMENTA

Processo Administrativo. Licitação e contrato administrativo. Agentes públicos. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33.ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUSTEN Filho, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. **Tratado de direito administrativo disciplinar**. Rio de Janeiro: América jurídica, 2008.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

EMENTA

Fundamentos: conceitos, autonomia, fontes, e princípios. Sistema tributário nacional. Princípios constitucionais tributários. Limitações Constitucionais ao poder de tributar. Legislação tributária. Tributos. Competência tributária. Obrigação tributária. Responsabilidade tributária. Crédito tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro: (administrativo e judicial)**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIREITO AMBIENTAL

EMENTA

Introdução ao direito ambiental. Direito constitucional ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Política Nacional e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Responsabilidade civil, penal e administrativa ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 13 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 19. ed. São Paulo: editora Malheiros, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direito ambiental: introdução, fundamentos e teoria geral**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros: 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 6. ed. São Paulo Saraiva, 2008.

SOUZA, Motaui Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie: direito ambiental, direito do consumidor, probidade administrativa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I

EMENTA

Origens. Justiça do trabalho. Organização da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência. Atos, termos e prazos processuais. Partes, representação e procuradores. Ação Trabalhista. Processo e procedimento. Procedimentos trabalhistas: ordinário, sumário e sumaríssimo. Processo de Conhecimento: Petição Inicial; Audiência e Resposta do Réu.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho: justiça do trabalho e dissídios**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de processo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sérgio P. **Direito processual do trabalho**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Execução trabalhista: estática, dinâmica, prática**. 9 ed. São Paulo: LTr, 2002.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. São Paulo: LTr, 2000.

SUSSEKIND, Arnaldo *et al.* **Instituições de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2010.

ÉTICA PROFISSIONAL

EMENTA

Conceituação de Deontologia Jurídica. Origens da profissão de advogado. O exercício da profissão e a responsabilidade do advogado. A ética profissional do advogado. O Código de Ética Profissional. Dos deveres fundamentais do advogado. Das relações entre o advogado e o cliente. Das relações em Juízo e com a administração pública. O Tribunal de Ética. O Estatuto da OAB: Lei nº 8.906/94. A Ordem dos Advogados do Brasil. Requisitos para a inscrição na OAB. Sociedades de advogados. Honorários de advogados. Incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia. Deveres e Direitos dos advogados e estagiários. Infrações disciplinares. Penalidades e sua aplicação. Processo disciplinar. O Regulamento Geral da OAB e suas resoluções.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADEODATO, João Maurício. **Ética e retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de ética jurídica**: ética geral e profissional. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB** – 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

BRASIL. **Estatuto da advocacia e ordem dos advogados do Brasil**: Lei 8906/94. 17ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CORTELA, Mário Sérgio; Barros Filho, Clóvis de. **Ética e vergonha na cara!** Campinas: Papirus, 2014.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB** – 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACHADO NETO, A.L. **Sociologia Jurídica**, 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II

EMENTA

Essa disciplina é regida por regulamento próprio. O estágio de Prática Jurídica II refere-se à prática jurídica civil e se dá por meio de atividades reais e simuladas ocorridas no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ ou em outras instituições com as quais a Faculdade mantém convênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel C. de. **Prática no processo civil**. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Jorge S. dos. **Prática forense civil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre F. **Lições de direito processual civil**. 20 ed. Vol.1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. 12 ed. Vol.1. Salvador: JusPodivm, 2010.

WAMBIER, Luiz R.; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 11 ed. Vol.1. São Paulo: RT, 2010.

WAMBIER, Luiz R.; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 1.ed. Vol. 2. São Paulo: RT, 2010.

NONO PERÍODO

Direito Tributário II

Direito Processual do Trabalho II

Estatutos Protetivos

Direito da Seguridade Social

Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) – Projeto de Pesquisa

Estágio de Prática Jurídica III

DIREITO TRIBUTÁRIO II

EMENTA

Administração tributária. Impostos municipais. Impostos estaduais. Impostos federais. Contencioso tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARINS, James. **Direito processual tributário brasileiro: (administrativo e judicial)**. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2010.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II

EMENTA

Processo de Conhecimento: Provas; Razões Finais; Sentença e Coisa Julgada Trabalhista. Despesas Processuais. Recursos Parte Geral. Recursos em espécie no processo de conhecimento: Recurso Ordinário; Recurso de Revista; e Agravo de Instrumento. Processo de Execução: liquidação por cálculos, por arbitramento e por artigos; embargos à execução e impugnação à sentença de liquidação; e Agravo de Petição. Recursos no TST: Embargos de Divergência e Embargos Infringentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho: justiça do trabalho e dissídios**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de processo do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sérgio P. **Direito processual do trabalho**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Execução trabalhista: estática, dinâmica, prática**. 9 ed. São Paulo: LTr, 2002.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Processo trabalhista de conhecimento**. 2000.

SUSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de Direito Processual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2010.

ESTATUTOS PROTETIVOS

EMENTA

Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com deficiência. Estatuto do Índio. Estatuto da Igualdade Racial. Estatuto dos Refugiados. Estatutos da Juventude.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência**. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da criança e do adolescente comentado: em busca da constituição federal das crianças e dos adolescentes**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROSSATO, Luciano Alves. **Estatuto da criança e do adolescente: lei n.8.069/90 : comentado artigo por artigo**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

ELIAS, Roberto João. **Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ISHIDA, Valter Kenji. **A infração administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Atlas. 2009.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena : conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798 - 1860**. Vitória: Arquivo público do Estado do Espírito Santo, 2017.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

EMENTA

A Seguridade Social, conceito, origem e história. A saúde. A Assistência Social. A Previdência social no Brasil. Leis e regulamentos previdenciários. Regime Geral da Previdência Social. Financiamento e salário de contribuição. Prestações Previdenciárias – benefícios e serviços. Plano de Benefícios. Prescrição e decadência. Regimes especiais de previdência. Previdência Privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOES, Hugo. **Manual de direito previdenciário: teoria e questões**. 14 ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2018.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 13. ed. Rio de Janeiro: Juspodivm, 2015.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**. 10 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGOSTINHO, Theodoro Vicente. **Processo administrativo previdenciário: teoria e prática**, São Paulo: LTr, 2015.

AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 6. Ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

BALERA, Wagner. **Noções Preliminares de Direito Previdenciário**. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

CASTRO, Carlos A. Pereira de; Lazzari, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 19. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

IBRAHIM, Fabio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 6 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I) – PROJETO DE PESQUISA

EMENTA

A construção do projeto de pesquisa. Os métodos e as técnicas de pesquisa científica em ciências humanas. Normalização técnica e redação do Projeto e do Trabalho Acadêmico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para curso de direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Marina Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III

EMENTA

Essa disciplina é regida por regulamento próprio. O estágio de Prática Jurídica III refere-se à prática jurídica penal e se dá por meio de atividades simuladas ocorridas no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ ou em instituições com as quais a Faculdade mantém convênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, J. B. T. de. **Manual de prática forense**: atualizado com o novo código civil e processo civil: petições cíveis; petições penais; petições trabalhistas; recursos. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, 2003.

NUCCI, Guilherme de S. **Código de processo penal comentado**. 4 ed. ver. e atual. São Paulo: RT, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da C. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto S.; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRABETI, Júlio F. **Processo penal**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de processo penal**: teoria e prática, 3. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: HM, 2003.

OLIVEIRA, Eugênio P. de. **Curso de processo penal**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PACHECO, José E. de C. **Habeas Corpus**: prática, processo e jurisprudência criminal, 8 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

DÉCIMO PERÍODO

Prática Cível
Prática Penal
Prática Trabalhista
Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) – Orientação de Monografia
Optativa III
Optativa IV
Estágio de Prática Jurídica IV

PRÁTICA CÍVEL

EMENTA

Conhecimento jurídico numa perspectiva prática, apresentando casos reais e/ou simulados que permitam conhecer a organização judiciária estadual, as situações práticas que estimulem o aluno a construir cada etapa da petição inicial, bem como as exceções, reconvenção, litisconsórcio, intervenção de terceiro, assistência, impugnações, tutela antecipatória, bem como situações práticas que estimulem o aluno a construir cada etapa desses procedimentos. Elaboração de sentenças. Processos nos tribunais. Elaboração de agravos de instrumento, embargos de declaração, embargos infringentes, apelações, agravos regimentais, recursos especial e extraordinário. Elaboração de contrarrazões de recursos. Simulação de audiências e de julgamentos colegiados. Elaboração de processos de execução e de embargos à execução, e cautelares. Simulação de sustentações orais. Prática de arbitragem, conciliação e mediação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**. Salvador: JusPodivm, 2018.

GIANCOLI, Brunno Pandori. **Prática processual civil**. São Paulo: revista dos tribunais. 2015.

MONTANS, Renato. **Prática civil**. 6. Ed. São Paulo: Método. 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. São Paulo: Lumen Juris 2011.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito Processual Civil Brasileiro**. 20. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo. Saraiva, 2011.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil, volume 1: processo de conhecimento**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2003

SCARPINELLA, Cássio Bueno. **Curso Sistemático de Direito Processual Civil**. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PRÁTICA PENAL

EMENTA

Avisos processuais em matéria processual penal. O processo de conhecimento. Formas procedimentais. Procedimento nas contravenções penais. Lei 6411/95. Formas de procedimento sumaríssimo. O procedimento nos crimes da competência do júri. O procedimento nos crimes contra a honra. O procedimento nos crimes falimentares. O procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial. Imputação, classificação de crimes e decisão do processo. Sentença penal. Recursos. Habeas corpus. Revisão criminal. Coisa julgada penal. Execução penal. Execução das penas em espécie. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Formação de processos simulados com elaboração de peças profissionais e atos processuais. Simulação de audiências. Sustentações orais. Atuação em tribunal do júri. Treinamento em técnicas de negociação coletiva, conciliação e arbitragem. Análise de autos findos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO Filho, Vicente. **Manual de processo penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEAL, Adriano José. **Petições Penais**. Leme. J.H. Mizuno, 2005.

SILVA, Davi André Costa; EBERHARDT, Marcos; GIULIANI, Ricardo. **Manual de Prática Penal**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAMA, José de Souza. **Curso de Prática Forense Penal**. 13 Ed. Rio de Janeiro: Renovar. 1999.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática Processual Penal: doutrina, jurisprudência e modelos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

MUCCIO, Hidejalma. **Processo penal – teoria e prática**. Bauru-SP: Edipro, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 12 Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

SILVA, Davi Andre costa. **Manual de pratica penal: teoria e pratica: teoria e pratica**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

PRÁTICA TRABALHISTA

EMENTA

Peças Processuais: Inicial; Contestação; Réplica; Embargos à Execução; e Impugnação à Sentença de Liquidação. Sentença. Recursos: Recurso Ordinário; Agravo de Petição; Agravo de Instrumento; Recurso de Revista; Embargos ao Pleno (Embargos de divergência); e Embargos Infringentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 24 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MISSA, Élisson. **Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST comentadas e organizadas por assunto**. 4 ed. Salvador: Ed. Jus Podivim, 2014.

REDINZ, Marco Antônio. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, André Luiz Paes de. **Prática trabalhista**. 8 ed. São Paulo: Método, 2015.

CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Prática jurídica trabalhista**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REIS, Jair Teixeira dos. **Relações de trabalho: estágio de estudantes**. 2 ed. São Paulo: LTr, 2012.

SALEM, Luciano Rossignolli. **Petições trabalhistas anotadas**. 9. ed. Leme/SP: J. H. Mizuno, 2011.

SILVA, Antônio Álvares da. **Questões polêmicas de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II) – ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA

EMENTA

Elaboração de Monografia de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica:** teoria e prática da monografia para curso de direito. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUILLAR, Fernando Herren. **Metodologia da ciência do direito.** 2 ed. São Paulo: Max Limonad, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SALOMON, Delcio V. **Como se faz uma monografia.** 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa.** São Paulo: Saraiva, 2015.

OPTATIVA III

As ementas das disciplinas optativas encontram-se ao final do ementário, tendo em vista que uma mesma optativa poderá ser ofertada em períodos diferentes, de acordo com a escolha realizada pelo Colegiado do curso, dentre as elencadas.

OPTATIVA IV

As ementas das disciplinas optativas encontram-se ao final do ementário, tendo em vista que uma mesma optativa poderá ser ofertada em períodos diferentes, de acordo com a escolha realizada pelo Colegiado do curso, dentre as elencadas.

ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV

EMENTA

Essa disciplina é regida por regulamento próprio. O estágio de Prática Jurídica III refere-se à prática jurídica penal e se dá por meio de atividades simuladas ocorridas no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ ou em instituições com as quais a Faculdade mantém convênio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, J. B. T. de. **Manual de prática forense**: atualizado com o novo código civil e processo civil: petições cíveis; petições penais; petições trabalhistas; recursos. 2. ed. rev. e atual. São Paulo, 2003.

NUCCI, Guilherme de S. **Código de processo penal comentado**. 4 ed. ver. e atual. São Paulo: RT, 2005.

TOURINHO FILHO, Fernando da C. **Manual de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto S.; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRABETI, Júlio F. **Processo penal**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MUCCIO, Hidejalma. **Prática de processo penal**: teoria e prática, 3. ed., rev., atual e ampl. São Paulo: HM, 2003.

OLIVEIRA, Eugênio P. de. **Curso de processo penal**. 8 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

PACHECO, José E. de C. **Habeas Corpus**: prática, processo e jurisprudência criminal, 8 ed. Curitiba: Juruá, 2003.

OPTATIVAS I, II, III E IV

LIBRAS

EMENTA

História e fundamentos da educação dos surdos. Cultura e educação de surdos. Introdução à linguística da Libras. Gramática e aquisição lexical básico da Libras em contextos dialógicos. O surdo como um sujeito sócio-histórico. Currículo e identidade surda. Conhecer e revisar vocabulários léxicos, na prática da conversação. Produção e compreensão da Libras e uso do espaço de sinalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FALCÃO, Luiz Albérico. **Surdez, cognição visual e libras**: estabelecendo novos diálogos. 4º ed. São Paulo: Luiz Alberico, 2014.

GESSER, Audrei. **Libras?: Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (Org.). **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário ilustrado de libras**: língua brasileira de sinais. São Paulo: Global, 2011.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, C. C. Samanta. **Surdez e libras**: conhecimento em suas mãos. São Paulo: HUB Editorial, 2012.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre o ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC, 2004.

STREIECHEN, Eliziane Manosso. **Libras**: aprender está em suas mãos. Curitiba: CRV, 2013.

HISTÓRIA, DIVERSIDADE E CULTURA AFROBRASILEIRA E INDÍGENA

EMENTA

Educação e Multiculturalismo. Legislação e Políticas Afirmativas. História e Cultura Africana. História e Cultura Afrobrasileira. História e Cultura indígena. Relações etnicorraciais na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MEREDITH, M. **Destino da África**: cinco mil anos de riquezas, ganância e desafios. Rio de Janeiro, Zaahar, 2014.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860 / Vânia Maria Losada Moreira. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇAVEL, M. A. **História e cultura africana e afro-brasileira na escola**, 2ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MELO, E. **História da África e afro-brasileira**: em busca de nossas origens. São Paulo: Selo Negro, 2010.

MONTENEGRO, A. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada, 3ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. memória, a história, o esquecimento 2007.

SOUZA, S. **Literatura infantil juvenil**: diálogos Brasil-África. Belo Horizonte: Autêntica,

DIREITO ECONÔMICO

EMENTA

Noção Introdutória de Direito Econômico. Direito Econômico e sua relação com a Macroeconomia e Microeconomia. Direito Econômico: conceito, objeto e finalidade. Constituição econômica. A ordem Econômica Constitucional: introdução, desenvolvimento do tema e princípios. Intervenção do Estado no domínio econômico. Agências reguladoras. Normas de defesa da livre concorrência e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Sistema Financeiro Nacional. Disciplina jurídica da moeda e do crédito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAGNOLI, Vicente. **Direito Econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BENSOUSSAM, Fábio Guimarães. **Manual de direito econômico**. 4.ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988** (interpretação e crítica). 14. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. **Direito Econômico**. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NUSDEO, Fábio. **Curso de economia**: introdução ao direito econômico. 3. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

VASCONCELLOS, Marco Antônio. **Fundamentos de economia**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, César Augusto da. **O Direito econômico na perspectiva da globalização**: análise das reformas constitucionais e da legislação ordinária pertinente. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

SOLTO, Marcos Juruena Villela. **Direito administrativo da economia**: planejamento econômico, fomento, empresas estatais e privatização, defesa da concorrência, do consumidor e do usuário de serviços públicos, responsabilidade fiscal. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DIREITO FINANCEIRO

EMENTA

Atividade financeira do Estado. Conceito e objeto do Direito Financeiro. Despesa pública e receita pública. Crédito público. Orçamento público. Princípios de Direito Financeiro. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito financeiro e de direito tributário**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

HARADA, Kiyoshi. **Direito financeiro e tributário**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. HORVATH, Estevão. **Manual de direito financeiro**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Luiz Celso de. **Ciência das finanças: fundamentos de direito financeiro e tributário**. 5. ed. São Paulo: Edipro, 1999.

CAMPOS, Dejalma de. **Direito financeiro e orçamentário**. São Paulo: Atlas, 1995.

CONTI, José Mauricio. **Direito financeiro na constituição de 1988**. São Paulo: O. Mendes, 1998.

NASCIMENTO, Carlos Valder do. **Curso de direito financeiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de direito financeiro e tributário**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

EMENTA

Teoria Geral dos Registros Públicos. Registro Civil de Pessoas Naturais. Registro de Imóveis. Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Registro de Títulos e Documentos. Tabelionato de Protestos. Tabelionato de Notas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Bruno. **Temas de direito notarial e registral**. Vitória: Gráfica e Encadernadora Sodré Ltda, 2018.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos notários e dos registradores comentada**. 1+. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CENEVIVA, Walter. **Lei dos registros públicos comentada**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAN, Ozires Eitel. **Registros públicos e notariais no novo código civil: doutrina, legislação e jurisprudência**. Santa Cruz da Conceição: Vale do Mogi, 2010.

CESAR, Jose Maria de Almeida. **Serviços notariais e de registro**. São Paulo: Leud, 1996.

MARTINS, Claudio. **Teoria e prática dos atos notariais**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MELO JÚNIOR, Regnoberto M. de. **Dos emolumentos notariais e registrais: doutrina, legislação, jurisprudência**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

OLIVEIRA, Eversio Donizete. BARBOSA, Magno Luiz. **Manual prático do protesto extrajudicial**. Franca: Lemos & Cruz, 2009.

DIREITO ELEITORAL

EMENTA

Direito eleitoral: objeto; fontes; e princípios do Direito Eleitoral. Sistemas Eleitorais. Instituições eleitorais: Ministério Público Eleitoral; Justiça Eleitoral; e Partidos políticos. Processo Eleitoral: alistamento eleitoral; escolha e registro de candidatos; propaganda eleitoral e partidária; arrecadação de recursos; eleição; diplomação e posse dos eleitos. Recursos Eleitorais. Crimes eleitorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CERQUEIRA, Thales Tácito. CERQUEIRA, Camila Albuquerque. **Direito Eleitoral Esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 5. ed. São Paulo: RT (Revista dos Tribunais), 2017.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CÂNDIDO, Joel José. **Direito eleitoral brasileiro**. 14. ed. Bauru: Edipro, 2010.

CHAMON, Omar. **Direito eleitoral – Série concursos públicos**. 1. ed., São Paulo: Método, 2008.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

DIREITO ELETRÔNICO

EMENTA

Direito e a nova tecnologia de informação: Informação eletrônica como bem jurídico. Natureza jurídica do hardware, software e sistema informativo: Proteção jurídica no Direito Internacional com ênfase no Mercosul. Relações de consumo nos meios eletrônicos. Legislação brasileira sobre negócios eletrônicos. Legislação sobre internet e direito autoral. Diplomas legislativos sobre comércio eletrônico e serviços na internet. Legislação comparada da proteção jurídica no sistema informático. Delitos e responsabilidade na internet. Responsabilidade civil na internet. Internet e privacidade: a prova informática no direito brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTIN, Alberto Luiz. **Comércio Eletrônico: modelos, aspectos e contribuições de sua aplicação**, 2.ed., São Paulo. Ed. Atlas, 2000.

SIQUEIRA JÚNIOR, Paulo Hamilton. **Teoria do direito**: dogmática (pós-positivismo): sociologia (sociedade da informação): filosofia (pós-modernismo), 2.ed., São Paulo. Ed. Saraiva, 2011.

KANAAN, João Carlos. **Informática global**, São Paulo: Pioneira, 1998. 283p., (004 K16i)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRECO, Marco Aurélio. **Direito e Internet: relações jurídicas na sociedade informatizada**, São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 2001.

ROCHA FILHO, Valdir de Oliveira et al. **O direito e a internet. Rio de Janeiro: Forense Universitária**, Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 2002.

SILBERSCHATZ, Abraham. **Fundamentos de sistemas operacionais**, 8.ed, Rio de Janeiro. Ed. LTC, 2013.

TEIXEIRA, Tarcísio. **Curso de direito e processo eletrônico**, São Paulo. Ed. Saraiva, 2015.

WACHOWICZ, Marcos. **Propriedade intelectual e internet: uma perspectiva integrada à sociedade da informação**, 3ed., Curitiba. Ed. Juruá, 2004.

PROCESSO COLETIVO

EMENTA

Introdução ao estudo do processo coletivo. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Normas fundamentais da tutela coletiva. Competência. Conexão e litispendência entre ações coletivas e a relação entre ações coletivas e ações individuais. Legitimação ad causam nas ações coletivas. Intervenção de terceiros. Inquérito civil. Prescrição e decadência das situações jurídicas coletivas. Autocomposição nos direitos coletivos. Coisa julgada. Liquidação e execução da sentença. Dissídios coletivos do Trabalho. Ação de cumprimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JR., Fredie. ZANETTI JR., Hermes. **Curso de Direito processual civil: processo coletivo**. 12.ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Manual de processo coletivo**. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Tutela dos interesses difusos e coletivos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Milaré, Édís (Coord.). **Ação civil pública: lei 7.347/1985**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Ação civil pública: nova jurisdição trabalhista metaindividual, legitimação do Ministério Público**. São Paulo: LTR, 2001.

LENZA, Pedro. **Teoria geral da ação civil pública**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SOUZA, Motaui Chiocchetti de. **Interesses Difusos em Espécie: Direito Ambiental, Direito do Consumidor e Proibição Administrativa**. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

ZANETI JUNIOR, Hermes. **O “novo” mandado de segurança coletivo**. Salvador: Juspodivm, 2013.

CRIMINOLOGIA

EMENTA

Teorias da criminalidade: a) teorias penais; b) teorias criminológicas. Criminalidade e criminalização: dogmática e meta-regras. A criminologia crítica como sociologia do direito penal. Política criminal alternativa. Temas Especiais: White-collar crime. Adolescente infrator. Criminalização da pessoa jurídica. Crime organizado. Polícia e Segurança pública. Mídia e criminalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Aplicação da pena e garantismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Orlando. **Curso de criminologia**. Rio de Janeiro: Forense. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 1999.

LEMOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **A dignidade humana e as prisões capixabas**. Vila Velha: Univila, 2007.

NASCIMENTO, José Flávio Braga. **Curso de Criminologia**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

PEREIRA, José Ruy Borges. Tribunal do júri: crimes dolosos contra a vida. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2000.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **Novo olhar sobre a questão penitenciária: estudo jurídico do recluso e socialização, jurisdicionalização, consensualismo e prisão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

DIREITO MARÍTIMO

EMENTA

A Jurisdicização das atividades comerciais marítimas. Destaca-se a figura da Indústria da navegação marítima- Conceito e importância. O Direito marítimo com seus conceitos características, objeto, evolução histórica. O navio: Conceito Legal, estrutura física e natureza jurídica. Classificação. A Aquisição da propriedade do navio. Modos de aquisição e de perda da propriedade. Nacionalidade do navio: Aquisição da Nacionalidade, prova e perda da nacionalidade, bandeira de conveniência. Armação do navio: Conceito, histórico. Capitania: Histórico e funções, nomeação, despedida. Equipagem: Tripulação do navio: Conceito, histórico, composição, categorias da inscrição. Serviços auxiliares de navegação: Práticos, agentes de navios. Consignatários de navios, corretores de navios. Os contratos de utilização do navio. Contratos de Fretamento – Locação. Fretamento: Conceitos, características e espécies. Assistência e salvamento marítimo. Hipoteca naval.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIBERTONI, Carla Adriana Comitre. **Teoria e Prática do Direito Marítimo**. São Paulo: Renovar, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de direito empresarial: o novo regime jurídico-empresarial brasileiro**. Salvador: JusPodivm, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental brasileiro**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações, parte especial: contratos**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARTINS, Fran. **Contratos e obrigações comerciais**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil v. 3: dos contratos e das declarações unilaterais da vontade**. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil v. 3: contratos em espécie**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DIREITO DO PETRÓLEO E GÁS

EMENTA

Legislação Petrolífera – Direitos de Exploração e Produção e Regulação do setor. . O papel da ANP e demais órgãos de governo envolvidos na atividade. Participações Governamentais. Principais Modelos de Contratos. Contrato de Concessão e Licitação. Joint Ventures na Indústria do Petróleo. Novos regimes de exploração para a camada de pré-sal. Contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens para a Petrobras. Regulação de gás. Licença Ambiental e Responsabilidade Civil na Indústria do Petróleo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUCHÉB, José Alberto. **Direito do Petróleo**. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2007.

COSTA, Maria D'Assunção. **Comentários à Lei do Petróleo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONÇALVES, Alcindo; RODRIGUES, Gilberto M. A. (org.). **Direito do Petróleo e Gás: aspectos ambientais e internacionais**. Santos: Leopoldianum, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; FERREIRA, Renata. **Curso de Direito da Energia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (interpretação e crítica)**. 8ª ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2003

GRAU, Eros Roberto. Estudos e Pareceres – Direito do petróleo e gás. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. **As Joint Ventures na Indústria do Petróleo**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. (org.) Novos Rumos do Direito do Petróleo – Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

HERMENÊUTICA JURÍDICA

EMENTA

Conceito e objeto da Hermenêutica jurídica. Evolução histórica do pensamento hermenêutico. Teoria da interpretação. Cânones hermenêuticos. Elementos e métodos de interpretação. Lógica da aplicação da norma jurídica e teoria do argumento jurídico. Processos de integração do direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANÇA, R. Limongi. **Hermenêutica jurídica**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PASQUALINI, Alexandre. **Hermenêutica e sistema jurídico: uma introdução à interpretação sistemática do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1989.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MACIEL, José Fabio Rodrigues. **Teoria geral do direito: segurança, valor, hermenêutica, princípios, sistemas**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PEDRA, Anderson Sant'ana. **O controle da proporcionalidade dos atos legislativos: a hermenêutica constitucional como instrumento**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SOARES, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e interpretação jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIREITO AGRÁRIO

EMENTA

Direito agrário, princípios, histórico, aspectos legais das terras. A Função social da propriedade rural. Reforma agrária, Estatuto da Terra, legislação correlata. Desapropriação para fins de reforma agrária. Procedimento especial de desapropriação para fins de reforma agrária. Usucapião Especial Rural. Contratos agrários. Regularização Fundiária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de direito agrário**. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2015

FERREIRA, Pinto. **Curso de direito agrário**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

GODOY, Luciano de Souza. **Direito agrário constitucional**: o regime da propriedade. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, Paulo Torminn Borges. **Institutos básicos do direito agrário**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

MACHADO, Antonio Luiz Ribeiro. **Manual prático dos contratos agrários e pecuários**: doutrina, jurisprudência, formulários e legislação. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

RIZZARDO, Arnaldo. **O uso da terra no direito agrário**. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1985.

THOMASI, Alysson. **Contratos agrários**. São Paulo: CL Edijur, 2002.

ZELEDÓN, Ricardo Zeledón. **Derecho agrario y derechos humanos**. Curitiba: Juruá, 2002.

DIREITO E BIOÉTICA

EMENTA

Conceituação. Fases e classificação da bioética. Princípios da bioética. Bioética e direitos fundamentais. Bioética e direitos da personalidade. Proteção à vida humana. Direito ao nascimento. Direito de nascer. Planejamento familiar princípio da paternidade responsável. Reprodução humana assistida. Transplantes de órgãos e tecidos – Lei n. 9.434/97. Prolongamento artificial da vida. Antecipação da morte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, 1: Lei de introdução e parte geral**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Vol 1: parte geral**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MONTEIRO, Washington Barros de. **Curso de Direito Civil: Parte Geral**. Vol. I. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

NERY JÚNIOR, Nelson e ANDRADE, Rosa Maria de. **Código Civil Anotado**. São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. v. 1. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

DIREITO COLETIVO E SINDICAL DO TRABALHO

EMENTA

Dissídios Coletivos. Sindicatos: origem, conceito, objetivos e atribuições (direitos e deveres constitucionais). Liberdade Sindical. Organização sindical. Representação Sindical. Negociação coletiva. Direito de greve. Ações Metaindividuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: LTr, 2018. 1760p.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NASCIMENTO, Amauri M. **Curso de direito do trabalho**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS. Alice M. de. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho: duração do trabalho a direito de greve**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho: teoria geral do trabalho a trabalho do menor**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARRION, Valentin. **Comentários à consolidação das leis do trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2009.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso básico de direito internacional público e privado do trabalho**. 3 ed. São Paulo: LTr, 2015. 326p. (342.6 H969c)

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

EMENTA

Dos crimes de abuso de autoridade. Dos crimes ambientais. Dos crimes hediondos. Do crime organizado. Dos crimes de trânsito. Do Estatuto do Desarmamento. Da interceptação telefônica. Da Lei de Lavagem de Capitais. Da Lei de Sonegação Fiscal. Da Lei de Terrorismo. Da Lei de Tortura. Da Lei de Drogas. Dos crimes de racismo. Dos crimes contra o consumidor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal: legislação penal especial**, vol. 4. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DELMANTO, Roberto; DELMANTO, Roberto Junior; DELMANTO, A. M. Fábio. **Leis penais especiais comentadas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial**, vol III. 15. Ed. Niterói, RJ: Impetus, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte especial**. Vol 2. 13 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANCO, S. Alberto. **Crimes hediondos: anotações sistemáticas à lei 8.072/90**. 4 Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

LEAL, João José. **Crimes hediondos: aspectos político-jurídicos da Lei nº8.072/90**. São Paulo: Atlas, 1996.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código penal interpretado**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RAMOS, G. G. João. **Crimes Funcionais de Prefeitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

EMENTA

O objeto preponderante do estudo da disciplina visa à solução dos conflitos de leis no espaço e das regras pertinentes à aplicação do direito alienígena, quando indicado competente pelo sistema conflitual brasileiro. O programa compreende também, por sua relevância, o estado da condição jurídica do estrangeiro, dos conflitos de nacionalidade e os aspectos processuais alusivos à competência internacional, imunidade de jurisdição e atos de cooperação judiciária internacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução a ciência do direito - introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica, norma jurídica e aplicação do direito**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 34 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 24.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA Geraldo E. N. do. **Manual de direito Internacional público**. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e efetividade de suas normas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21. ed. atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

REZEK, José F. **Direito internacional público: Curso elementar**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

DIREITO DE AUTOR E DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

EMENTA

Introdução. Sujeito e Limites do direito do autor. A obra em colaboração. Objeto do direito do autor. Atributos. O direito de utilização. O direito de distribuição. Transmissão do direito de autor "intervivos" e "causa mortis". Regime das diferentes obras. Violações do direito do autor. Proteção e defesa do direito do autor. O registro. O problema da censura. A cobrança do direito. As sociedades de direitos autorais. O direito do inventor. A propriedade científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro. Vol 1: parte geral.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Curso de direito empresarial: o novo regime jurídico-empresarial brasileiro.** Salvador: JusPodivm, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, 1: Lei de introdução e parte geral.** 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU FILHO, José. **O negócio jurídico e sua teoria geral.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Teoria geral do direito civil.** V. 1. 25 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MONTEIRO, Washington Barros de. **Curso de Direito Civil: Parte Geral.** Vol. I. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

NERY JÚNIOR, Nelson e ANDRADE, Rosa Maria de. **Código Civil Anotado.** São Paulo: RT, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil.** v. 1. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE EMPRESARIAL

EMENTA

Noções de Empresa. Sistemas e Relatórios Contábeis. Balanço Patrimonial. Regimes de Contabilidade. Gestão de Impostos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, Ricardo Jose. **Contabilidade 2.0 CESPE**: teoria e questões sob medida. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2013.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade Básica**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADRIANO, Sergio. **Contabilidade geral 3D: básica, intermediária e avançada**: descomplicada, desmistificada, decifrada. São Paulo: Método, 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Curso de contabilidade para não contadores**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MONTOTO, Eugenio. **Contabilidade geral esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NIYAMA, J; K. **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, Clóves Luís. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DIREITO E LITERATURA

EMENTA

Diálogos. Representações do Direito, dos institutos e práticas jurídicas em textos literários. Modus operandi do Direito pela perspectiva literária. Conflitos e tensões sociais: o direito na literatura. Hermenêutica jurídica e literária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRISHAM, John. **O advogado**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 30. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

KAFKA, Franz. **O processo**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARVE, Andrey. **O caso Ryland**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.

MAMEDE, Gladeston. **Eu matei J. k.** São Paulo: Longarina, 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SHELDON, Sidney. **Corrida pela herança**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Ática, 1997.

WALLACE, Edgar. **O monopólio do crime**. Rio de Janeiro, 1993.

HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL

EMENTA

O Direito Luso-brasileiro no Período Colonial (Legislação Geral e Contexto Sócio-Político e Jurídico antes da Independência). O Direito Brasileiro no Império (Constituição de 1823, as Codificações, Direito das Obrigações e Escravidão). O Direito no Brasil República (principais mudanças).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, Rosalina. **O Estado e o Poder**. Judiciário no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2004.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCOS, R. F. MATHIAS, C. F. NORONHA, I. **História do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

NOVAIS, F. **História da vida privada no Brasil**. v. 4 São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PINHEIRO Paulo Sérgio et al. **O Brasil Republicano**. Volume 2: Sociedade e instituições (1889-1930). 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

PRIORI, M. **Família no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

SILVA, José Afonso da. **O constitucionalismo brasileiro**: evolução institucional. [S.l: s.n.], 2011.

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS NO BRASIL

EMENTA

Brasil Colônia: Origens europeias, matrizes portuguesas; Situação social e cultural; Instituições; Manifestações ideológicas e insurreições; Movimentos.

Brasil Império: O Rei no Brasil; A Independência; Influxos doutrinários; Figuras; A Constituição de 1824; problemática política do período; Condições sociais, dominações, etc.; Partidos, debates, rebeliões; Literatura política e jornalismo; Romantismo, liberalismo, socialismo; Historiadores políticos; A crítica e as bases do pensamento social

Brasil República: Antecedentes e condições; Fundamentos doutrinários; História das Ideias Políticas no Brasil Contemporâneo; A Constituição de 1891; Transição ao século XX; Transição ao século XX - a crítica "realista" e o desenvolvimento dos novos padrões intelectuais; A "Redemocratização" e a Constituição de 1946; Progressos do saber político; Socialismo, nacionalismo, desenvolvimentismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. 4. Ed. São Paulo: Celso Bastos, 1999.

CHÂTELET, François et al. **As Concepções Políticas do Século XX**: história do pensamento político. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo. (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1994.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A ditadura escancarada**: as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPARI, E. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WEFFORT, F. C. **Os clássicos da política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 7. ed., 1998.

DIREITO E CINEMA

EMENTA

A articulação entre direito e cinema. Cultura popular e direito. A representação da cultura popular no direito: temas controversos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COMPARATO, Fábio Konder. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo, ed. Saraiva, 2010.

FALCÃO, Antônio Rebouças et al. **Coletânea lições com cinema**: animação. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais/Diretoria Técnica, 1996.

LEMBO, C. **Culturalismo jurídico**. São Paulo: Manole, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e Sons** – A Nova Cultura Oral. V 32. Coleção Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FAYGA, O. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MCLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda M.S. **Leitura de Imagens**: um desafio à educação contemporânea. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2004.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação e imagem**: Fundamentos da nova empresa. São Paulo: Atlas, 1998.

PSICOLOGIA FORENSE

EMENTA

Fundamentos da Perícia Psicológica. O olhar investigativo na Perícia Psicológica. Análise do Comportamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINSON, Rita L. **Introdução à psicologia**. 11.ed. Porto Alegre: Artes Médica, 1995.

CAMPOS, Dinah M. de S. **Psicologia da adolescência**: normalidade e psicopatologias. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte. **Psicologia jurídica no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nau, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLEGER, José. **Psicologia da conduta**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma Introdução ao Estudo de Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça. **Matrizes do pensamento psicológico**. 8 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MYERS, David G. **Psicologia**. 11 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

TEORIA DOS JOGOS

EMENTA

Economia e teoria dos jogos. Definições apropriadas: estratégias, jogadores, resultados, racionalidade dos jogadores. Árvores de possibilidades e matrizes de resultados para estratégias distintas entre jogadores. Estratégias de solução de jogos: dominante e francamente dominante. Estratégias mistas de solução de jogos. Equilíbrios sequenciais e sub-jogos perfeitos. Equilíbrio da mão que treme.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LACERDA, A. C. (et). **Economia Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VICECONTI, P.E.; NEVES, S. **Introdução à Economia**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSAF, Alexandre N. **Mercado Financeiro**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia**. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. 18 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MANKIW, N. Gregory. **Princípios de Macroeconomia**. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning. 2013.

VASCONCELLOS, M. A. S.; PINHO, D. B. **Manual de Economia**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

EMENTA

A Economia Brasileira no período Vargas. O Pós-Guerra e os anos 1950. Os governos militares e seus planos econômicos. Política do dólar forte norte-americana de fins dos anos 70 e as consequências sobre a Economia Brasileira. A crise dos anos 1980: inflação, dívida externa e recessão. Ajuste externo recessivo e fim do governo militar. Planos de combate à inflação. Política econômica da Nova República; aceleração inflacionária e propostas de estabilização monetária. Consequências da restrição externa dos 80 e das políticas de ajuste do Balanço de Pagamentos: instabilidade macroeconômica, o recrudescimento inflacionário e a não sustentação dos investimentos; crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro. Ambiente gerado pelo Consenso de Washington e pela inserção externa do Brasil na década de 90. Reformas liberalizantes e estratégias de estabilização (Plano Collor e o Plano Real). Privatização, desnacionalização da economia e modelo econômico do Real. Política econômica no Governo Fernando Henrique Cardoso e no governo Lula. Os entraves ao crescimento econômico e os principais debates do pós-Real.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**: Teoria e Política Econômica. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira**: fundamentos e atualidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31.ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDOSO, Eliana A. **Economia brasileira ao alcance de todos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

GRIECO, F. de A. **O Brasil e a Nova Economia Global**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LACERDA, A.C.; BOCCHI, J. H.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (orgs.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2001.

TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO CIVIL

EMENTA

Legislação Cível Extravagante. Jurisprudências Cíveis e análise de casos concretos à luz do Direito Civil Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria H. **Código civil anotado**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, 1: Lei de introdução e parte geral**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil 3: teoria geral dos contratos e contratos em espécie**. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Sucessões**. E. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2011.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro v. 2: teoria geral das obrigações**. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 25 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das obrigações, parte especial: contratos**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil v. 5: direitos reais**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO CONCORRENCIAL

EMENTA

Histórico do Direito Antitruste (Direito Concorrencial). O controle antitruste na teoria jurídica e na teoria econômica. Direito Antitruste e os princípios constitucionais. Poder econômico e poder de mercado. Mercado relevante. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Controle de estruturas. Acordos e soluções alternativas. Controle de condutas. Acordos de leniência. Processo administrativo sancionador. Direito antitruste e regulação econômica. Direito antitruste e o direito penal. Direito antitruste e a Lei Anticorrupção. Direito Antitruste e propriedade intelectual. Cooperação internacional. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAHIA, Saulo José Casali. **Concentração de empresas e direito antitruste**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BENSOUSSAN, Fábio Guimarães. **Manual de direito econômico**. 4. Ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

SOLTO, Marcos Jurueña Vilela. **Direito administrativo da economia: planejamento econômico, fomento, empresas estatais e privatização, defesa da concorrência, do consumidor e do usuário de serviços públicos, responsabilidade fiscal**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDFREZO, Andrea Fernandes. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1992.

LUDOVICO, Nelson. **Comércio exterior: preparando sua empresa para o mercado global**. 2. Ed. São Paulo: Thonson, 2002.

PIMENTA, Eduardo S. **Dos crimes contra a propriedade intelectual: violação de direito autoral, usurpação de nome ou pseudônimo**. São Paulo: Revista dos tribunais, 1994.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito administrativo econômico**. São Paulo: Malheiros, 2006.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

EMENTA

Organização das Nações Unidas; Organização Mundial do Comércio; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA Geraldo E. N. do. **Manual de direito Internacional público**. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de direito internacional público**. 3. Ed. São Paulo: LTR, 2000.

REZEK, José F. **Direito internacional público: Curso elementar**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASELLA, Paulo Borba. **Direito internacional no tempo moderno de Suarez a Grócio**. São Paulo: Atlas, 2014.

DEL' OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional público**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Coletânea de direito internacional**. Constituição federal. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MELLO, Celso de Albuquerque (Diretor). **Curso de direito internacional público**. v 1. 15 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

MIRANDA, Jorge. **Curso de direito internacional público: uma visão sistemática do direito internacional dos nossos dias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO PENAL

EMENTA

Jurisprudências penais e análise de casos concretos à luz do Direito Penal Constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

JESUS, Damásio. **Lei das Contravenções Penais Anotada**. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LUIZI, Luiz. **Os princípios constitucionais penais**. 2.ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Alberto Silva. **Leis penais especiais e sua interpretação jurisprudencial**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **A motivação das decisões penais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PRADO, Luiz Regis. **Comentários ao código penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal: doutrina, jurisprudência e modelos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

VASCONCELOS, Francisco das Chagas. **Cooperativas: coletânea de doutrina, legislação, jurisprudência e prática**. São Paulo: Iglu, 2001.

TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA

O microssistema coletivo. Da Política Nacional de Relações de Consumo. Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo. Tutela administrativa do consumidor. A defesa do consumidor em juízo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOLZAN, Fabrício. **Direito do consumidor esquematizado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direito do Consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. **Manual de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GARCIA, Leonardo de Medeiros. **Direito do consumidor: código comentado e jurisprudência**, 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado**. Forense, 10^a. Ed., 2011.

MARQUES, Cláudia Lima. **Confiança no Comércio Eletrônico e a Proteção do Consumidor**. 4. ed. São Paulo: RT, 2004.

TÓPICOS AVANÇADOS DE DIREITO AMBIENTAL

EMENTA

Direito internacional ambiental. Política Nacional e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela Processual Civil do Meio Ambiente. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Nacional sobre mudança do Clima.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 13^a Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental brasileiro. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 19. ed. São Paulo: editora Malheiros, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**. 4ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Direito ambiental: introdução, fundamentos e teoria geral**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 9. ed. São Paulo: Malheiros: 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental**. 6. ed. São Paulo Saraiva, 2008.

SOUZA, Motaui Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie: direito ambiental, direito do consumidor, proibidade administrativa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PRÁTICA EM DIREITO PÚBLICO

EMENTA

Remédios constitucionais; ações de controle de constitucionalidade; recursos e reclamação constitucional; mandado de segurança; ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e outras de cunho tributário; ação de desapropriação indireta e ação ordinária de indenização ou de responsabilidade civil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARRETO, Pedro. **2. fase da OAB: direito tributário: resolução de casos concretos e elaboração de petições iniciais.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 32 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JESUS, Damásio E. **Direito Penal Especial.** Vol. 2. 26. Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVILA, Marcelo Maciel. **Estudos em direito público.** Rio de Janeiro: Destaque, 2003.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1991.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil.** Editora Renovar, 1999.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MADUREIRA, Claudio Penedo. **Temas de direito público: a importância da atuação da advocacia pública para a aplicação do direito.** Salvador: JusPodivm, 2008.

TRATADOS INTERNACIONAIS DOS DIREITOS HUMANOS

EMENTA

Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Pactos Internacionais de 1966. Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, contra mulher, contra tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, sobre direitos da criança, e sobre direitos das pessoas com deficiência. Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura, para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Sidney. **Direitos Humanos: curso elementar**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Método, 2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COMPARATO, Konder. **A afirmação Histórica dos direitos humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 1992.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Fabris, 1997.

METODOLOGIA CIENTÍFICA AVANÇADA

EMENTA

Processo de conhecimento. Conhecimento científico. Organização do trabalho acadêmico. Regras técnicas para elaboração de trabalhos científicos. Noções de método científico. Pesquisa Jurídica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para curso de direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender – Introdução à metodologia científica**. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência de estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WALLIMAN, Nicholas. **Métodos de Pesquisa**. São Paulo: Saraiva, 2015.

LÓGICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

EMENTA

Lógica formal. Dedução. Indução. Analogia. Utilidade do raciocínio jurídico. A existência da lógica jurídica. Nova retórica. Argumentação e oratória. Argumentos jurídicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, Décio F. **Lógica**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAMARGO, Margarida M. L. **Hermenêutica e argumentação**: uma contribuição ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PISTORI, Maria H. C. **Argumentação jurídica**: da antiga retórica a nossos dias. São Paulo: LTr, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. **Teoria da argumentação jurídica**. (Trad.) Zilda Hutchinson Schild Silva. São Paulo: Landy, 2001.

CAVALCANTI, Arthur J. F. **A estrutura lógica do direito**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

MENDONÇA, Paulo R. S. **A argumentação nas decisões judiciais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica**: nova retórica. (Trad.) Virgínia K. Pupi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SOUSA, Antonella de. **Argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EMENTA

Estado – conceito e evolução do Estado Moderno. Poder e dominação. Governo e Sistema de Governo. O aparelho do Estado nas democracias liberais. A emergência da questão social como campo de intervenção do Estado. Estado do bem-estar social: evolução e crise. Políticas Públicas e Gestão Democrática. Políticas Públicas para inclusão social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: em defesa das regras e do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. Mimeo, São Paulo: Atlas, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva Tendências no estudo sobre avaliação, in Rico, Elizabeth Melo (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.) **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006. *PEV10 – Trabalho Finalista da Categoria Professores, Subcategoria Plano de Ensino*

FREY, Klaus. **A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local**. In: **Revista Ambiente e Sociedade**. [online]. 2001

GOHN, Maria Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2008.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Razões da crise de implementação do Estado gerencial**: desempenho versus ajuste fiscal. **Revista de Sociologia e Política**, vol. 19, pp. 111-121, nov. 2002.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

Conflito. Métodos extrajudiciais de resolução de conflitos. Negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Mudança de paradigma. Princípios da Mediação. Atitudes do Mediador. Aplicabilidade da mediação. Habilidades na comunicação. Técnicas à entrevista. Técnicas utilizadas em mediação: comunicação e negociação. Técnicas de negociação. Estratégias utilizadas em negociação. Processo de Mediação. A Mediação Familiar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, André Gomma de. **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

BACELLAR, R.P. **Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual**. SP: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

GOMMA, André de Azevedo. **Estudos de arbitragem, mediação e negociação**. Ed. Brasília Jurídica, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUHR, ALEXANDRE D. **A arte do pacificador**. Florianópolis: Ed. OAB/SC, 2005.

CARVALHO NETO. **Contrato de Mediação – Doutrina e Jurisprudência**. 3. Ed. EDIPRO, 1991.

FERREIRA, Verônica A. da Motta Cezar. **Família, separação e mediação**. São Paulo: Método, 2004.

GARCEZ, José Maria Rosane. **Negociação, ADRs, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. Salvador: Lumen Juris, 2003.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na pororoca: ofício do Mediador**. Florianópolis.: Fundação Boiteux, 2004.

DIREITO IMOBILIÁRIO

EMENTA

Direito Imobiliário. Princípios e Sistemas Registros. Retificação de Registro Imobiliário. Dúvida Imobiliária. Parcelamento do Solo Urbano e a Regularização Fundiária. Estatuto da Cidade. Incorporação Imobiliária e o Condomínio Especial em face do novo Instituto do Patrimônio de Afetação. Sistema Financeiro da Habitação. Alienação Fiduciária de coisa Imóvel e o Sistema Financeiro Imobiliário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FIORANELLI, Ademar. **Direito Registral Imobiliário**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2001.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Afrânio. **Registro de Imóveis**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Tratado dos Registros Públicos**. Brasília: Brasília Jurídica, 1995.

MUKAI, Toshio. **O Estatuto da Cidade**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Condomínio e Incorporações**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TEPEDINO, Gustavo. **Multipropriedade Imobiliária**. São Paulo: Saraiva, 1993.

13.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com o que determina o art. 8º da Resolução CNE/CES Nº 05 de 17 de dezembro de 2018, "As Atividades Complementares são componentes curriculares que objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso".

Logo, as atividades complementares, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente contextualização e atualização, deverão possibilitar vivências acadêmicas compatíveis com as relações do mercado de trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais.

Essas atividades têm caráter obrigatório para a integralização curricular do curso de Direito da Faceli, com a carga horária de 200 (duzentas) horas.

14 ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

A Faculdade propicia aos estudantes diversas atividades acadêmicas que poderão ser desenvolvidas por meio de projetos visando contemplar o conjunto de habilidades e competências. Tais atividades propiciam a prática profissional, bem como a integração entre os atores acadêmicos envolvidos e a comunidade.

As ações desenvolvidas no âmbito do curso e aquelas planejadas e/ou incentivadas pela IES propiciam a realização de atividades acadêmicas articuladas à formação e se caracterizam por:

- a) **Práticas Profissionais:** acontecem por meio do Estágio Supervisionado das disciplinas de caráter prático, das atividades simuladas, entre outras.
- b) **A integração entre as diversas instituições (públicas e/ou privadas) e a IES** – realizada por meio de parcerias e convênios, que contribuem para a ampliação dos campos de estágio, e execução de projetos de extensão.

- Parcerias e convênios que contribuem para ampliação dos campos de estágio;
- Execução de projetos de extensão;
- Realização de Visitas Técnicas e participação em eventos educacionais, socioculturais e técnico-científicos.

A realização de estágios leva o estudante a projetar-se na sociedade e a tornar-se um profissional consciente, comprometido e com vivência de situações práticas. O curso de Direito conta com convênios para concessão de estágio aos estudantes, discriminados conforme tabelas 5 e 6.

Tabela 5. Convênios de Estágio do Curso de Direito da Faceli com Instituições Públicas

Nº	Instituições	Início do Convênio	Fim do Convênio
01	Prefeitura Municipal de Rio Bananal	05/04/2010	05/04/2015
02	Prefeitura Municipal de Linhares	01/02/2013	01/02/2017
03	Ministério Público Federal	20/06/2016	30/05/2019
04	Prefeitura Municipal de Sooretama	19/07/2013	19/07/2018
05	Poder Judiciário do Espírito Santo	30/08/2013	30/08/2017
06	Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo	11/10/2013	11/10/2017
07	Justiça Federal – Seção Judiciária do Espírito Santo	24/09/2014	24/09/2019
08	Escritórios de Advocacia	07/10/2014	A critério das partes
09	Ministério Público Estadual	17/11/2014	17/11/2019
10	Delegacia de Polícia Civil de Sooretama	17/03/2015	17/03/2025

Fonte: Coordenação de Estágio de Direito da Faceli

Tabela 6. Convênios de Estágio do Curso de Direito da Faceli com Instituições Privadas

Nº	Instituições Privadas (convênios com prazo indeterminado)
01	Advocacia e Consultoria Marney Seara Borges
02	André Luis Borghi dos Santos
03	Bassani & Gomes Advogados

04	Bruno Gonçalves Fereguetti
05	Celino Sociedade Individual de Advocacia
06	Charles Tomaz dos Anjos
07	George Freitas & Freitas Advogados Associados
08	Geraldo Tadeu Scaramussa da Silva
09	Helder Giuriatto
10	Helio Sischini de Carli
11	Icaro Loyola de Oliveira Calmon Machado
12	Josemar de Deus Advogados Associados
13	Karla Auer Guasti
14	Karla Sepulcro Chagas Paixão
15	Lucas Scaramussa
16	Marco Antonio Bruneli
17	Marcos Cabral
18	Margareti Menelli
19	Miguel Sabaini
20	Pádua Advogados
21	Paiva Advogados Associados
22	Paulo Lenci Borghi Junior
23	Pedro Epichin Netto
24	Peres & Pedroni Advocacia e Assessoria Jurídica
25	Ricardo Almeida Pirovani.
26	Rodrigo Dadalto Sociedade Individual de Advocacia
27	Rodrigo De Souza Grillo
28	Saulo Bazoni Barbosa
29	Selma Segato Vieira
30	Tiago Machado Dias
31	Vinhas Menezes Netto Advogados

Fonte: Coordenação de Estágio de Direito da Faceli

15 APOIO E ACOMPANHAMENTO AO ESTUDANTE

Com base em seus valores, a Instituição entende que o processo educativo deve ser monitorado ao longo do seu desenvolvimento. É necessária uma assistência

permanente ao estudante para que este seja capaz de ultrapassar os limites e alcançar seus propósitos.

A Faceli apoia seus estudantes, disponibilizando Laboratório de Informática com acesso à internet e também em todo o espaço físico da IES, acesso gratuito à internet via Wi-Fi.

A Faceli possui, na sua página oficial (www.faceli.edu.br), um portal acadêmico para que os estudantes acompanhem seu rendimento acadêmico. Nele podem ser acessadas as seguintes informações e possibilidades:

- atividades complementares realizadas;
- notas e faltas lançadas pelos docentes, por disciplina;
- histórico escolar;
- impressão da carteirinha de estudante;
- suporte acadêmico para que ele tenha acesso aos principais setores da Faceli para tirar dúvidas, apontar melhorias e falhas;
- realização de requerimentos online de: matrícula em caso de retenção, trancamento de matrícula, histórico escolar, declarações e certidões;
- impressão ou salvamento em formato PDF, dos planos de ensino.

No site, ainda é possível tomar conhecimento de notícias de todos os eventos promovidos pela Faceli além de permitir acesso a documentos tais como: Portarias, Editais, Regulamentos, Atas do Conselho Superior e Conselho Curador entre outros; bem como às atividades realizadas pelos diversos setores da IES.

Na Biblioteca "Esther Augusta Calmon", o estudante da Faceli dispõe de amplo espaço climatizado, com mesas para estudo individual com computador, e para estudo em grupo.

O acesso ao acervo da Biblioteca também é possível através de consulta on-line, bem como por meio de links para livros e revistas. Além disso, pode-se realizar renovação de empréstimo pela Internet.

Além disso, a Instituição proporciona apoio Pedagógico aos seus discentes, por meio de Monitorias, Grupos de Estudo e Grupos de Pesquisa, além de apoiar a promoção e participação em eventos.

16 APOIO PEDAGÓGICO

16.1 Monitorias

A Monitoria, entendida como recurso para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e, a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

16.2 Grupos de Estudo

Os Grupos de Estudos são formados por meio de atividades sob a orientação de um professor, com a finalidade de aprofundar estudos sobre algum tema que perpassasse pelos conteúdos da matriz curricular dos cursos de Graduação oferecidos pela Faceli.

16.3 Projetos de Pesquisa

Os Projetos de Pesquisa são atividades de pesquisa realizadas de forma individual ou em grupo, com base em uma linha de pesquisa, mediante solicitação em formulário próprio, do Coordenador do Curso, da área de conhecimento a que o projeto estiver vinculado.

17 APOIO À PROMOÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A Instituição incentiva a participação de seus estudantes em eventos externos, como congressos, seminários, workshops, palestras, entre outros, que são divulgados pela coordenação, através de e-mails, cartazes nos murais, notícias no site da Faculdade, entre outros.

Sempre que as coordenações recebem comunicados sobre cursos, congressos ou simpósios em outras instituições, esses eventos são amplamente divulgados, em murais e/ou pessoalmente em salas de aula e no site da IES.

No âmbito do colegiado, há incentivo para realização de eventos ligados diretamente ao curso, objetivando a participação dos estudantes em eventos tanto de cunho social, quanto técnico-científico.

**ATIVIDADES E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS – CURSO DE DIREITO
2017 a 2019**

Data	Tipo	Especificações	Carga Horária (Horas)
06/03/2017	Visita Técnica	Acadêmicos do 1º período de Direito Matutino da Faculdade de Ensino Superior de Linhares visitam a Penitenciária Regional de Linhares – PRL.	05
07/03/2017	Palestras	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, promovida pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, com o tema “ <i>O Cenário Atual da Polícia Militar no Espírito Santo e os Desafios para 2017</i> ”, ocorrido no auditório do Tiro de Guerra, em Linhares/ES.	02
08/03/2017	Simpósio	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do II Simpósio de Violência contra a Mulher. (Homenagem ao Dia Internacional da Mulher), tendo como palestras: “ <i>Aspectos jurídicos da Lei 11.340/2016</i> ” e; “ <i>A contribuição da equipe multidisciplinar nas varas da violência doméstica</i> ”. O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	04
14/03/2017	Mesa redonda	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da I Mesa Redonda acerca do tema “ <i>Crise da</i>	04

		<i>Segurança Pública no ES</i> ". O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	
11/04/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica na Escola Estadual Alto Guimarães, no bairro Shell em Linhares/ES.	04
03/05/2017	Palestras	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, " <i>Auxílio Direto e as Repercussões no novo CPC</i> ". O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	02
06/05/2017	Simpósio	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do I Simpósio "Ressocialização pelo Trabalho no auditório da Escola Estadual "Emir Macedo Gomes" em Linhares, localizado no bairro Shell.	04
12/05/2017	Júri Simulado	Acadêmicos do 5º e 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Júri Simulado – atividade desenvolvida na disciplina Direito Processual Penal I, que ocorreu nas dependências do Plenário do Júri, em Linhares/ES	04
13/05/2017	Mini Cursos	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam de Mini Cursos Jurídicos, realizados nas dependências da Faceli: Mini Curso 1 – Investigação policial no Brasil – Desafios, prática e progresso. Mini Curso 2 – O STF e julgados polêmicos.	04
13/05/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica na EMEF "Presidente Castelo Branco", na Praça 22 de Agosto, em Linhares/ES.	04
20/05/2017	Trabalho	Orientação Jurídica no CEIM "Alegria do	04

	Voluntário	Saber", nas dependências da escola, localizada em Linhares/ES.	
26/05/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica no EMEF "Caboclo Bernardo", nas dependências da escola, localizada em Linhares/ES.	04
27/05/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica na 24ª Ação Global – Sesi (Linhares)	04
31/05/2017	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do I Seminário sobre Adoção, ocorrido no auditório da UAB em Linhares/ES.	04
06/06/2017	Palestra	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, promovida pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, com o tema "O Ministério Público e as Ações no Combate à Corrupção", ocorrido no auditório do Tiro de Guerra, em Linhares/ES.	02
10/06/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica no EMEF "Roberto Calmon", nas dependências da escola, localizada em Linhares/ES.	04
13/06/2017	Oficina Jurídica	Professores do Curso de Direito conduzem Oficina Jurídica, denominada "À margem do Lixo" aos alunos do Projeto Meninos da Terra, localizado em Linhares/ES	02
14/06/2017	Sessão Técnica Simulada	Acadêmicos do 3º período de Direito Matutino da Faculdade de Ensino Superior de Linhares realizam Sessão Simulada na Câmara municipal de Linhares/ES.	03
05/08/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica no EMEF "Maria da Penha", nas dependências da escola, localizada em Linhares/ES.	03
09/08/2017	Simpósio	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade	03

		de Ensino Superior de Linhares participam do I Simpósio de Direito Processual Civil da Faceli, tendo como palestras: <i>"Cumprimento de Sentença na Fazenda Pública"</i> , <i>"Os precedentes judiciais"</i> e <i>"Temas do Novo Código de Processo Civil"</i> . O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	
17/08/2017	Palestras	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participaram das palestras, <i>"Aspectos Gerais do ECRID e a atuação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Linhares/ES"</i> e <i>"Atuação da Equipe Técnica da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Linhares nos processos judiciais da Adoção"</i> . O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	03
29/08/2017	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do I Seminário de Direito Tributário da Faceli, tendo como palestras, <i>"A Responsabilidade do Sócio por Tributos da Empresa"</i> , <i>"Declaração de Inconstitucionalidade em Matéria Tributária e modulação de efeitos: o caso da retirada do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS"</i> e <i>"O Planejamento Tributário e a atuação do Advogado."</i> O evento ocorreu no auditório do Hotel Desy inn em Linhares/ES.	03
29/08/2017	Visita Técnica	Acadêmicos do Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares visitam a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, localizada em Vitória/ES.	02
07/09/2017	Desfile	Acadêmicos do Direito da Faculdade de Ensino	10

	Cívico	Superior de Linhares participam de Desfile Cívico em homenagem a Independência do Brasil, ocorrido nas ruas do bairro Três Barras, em Linhares/ES.	
13/10/2017	Trabalho Voluntário	Trabalho Voluntário dos alunos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares na E.M.E.F. Zeferino Batista Fiorot, localizado em Linhares/ES, nas diversas atividades em comemoração ao dia da crianças.	04
24/10/2017	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Seminário Lei de Divórcio. O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	04
24/10/2017	Congresso	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do 1º Congresso Colatinense de Criminologia Abolicionista, promovido pela Faculdade Castelo Branco, em Colatina.	04
07/11/2017	Palestra	Acadêmicos do 8º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participaram da palestra, <i>"Política Ambiental do Município de Linhares/ES"</i> . O evento ocorreu nas dependências da Faculdade Faceli.	02
08/11/2017	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do I Seminário de Direito do Trabalho da Faceli, tendo como palestras, <i>"Seguridade Social: deficitária ou superavitária."</i> E <i>"Reforma trabalhista para quem? Falácias e atentados contra o Direito Fundamental do Trabalho."</i> O evento ocorreu no auditório do CRAS do bairro Interlagos, em Linhares/ES.	04

15/11/2017	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica nas dependências da Associação de Moradores do Bairro Interlagos, localizada em Linhares/ES.	04
30/11/2017	Palestra	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participaram da palestra, <i>"Advocacia, integridade e compliance."</i> O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	02
01/03/2018	Palestra	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, promovida pela Comissão de Advocacia de Início de Carreira da OAB/ES (3ª Subseção de Linhares) <i>"Um estudo dos precedentes"</i>	02
07/03/2018	Palestra	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, com o tema <i>"Advocacia: carreira e mercado 2018"</i> . O evento ocorreu no auditório da UAB em Linhares/ES.	02
15/03/2018	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica a população. O evento ocorreu nas dependências do Mercado Municipal em Linhares/ES em homenagem ao mês do Consumidor.	04
22/03/2018	Mini Curso	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do mini curso <i>"Projeto Mundo MARC's: um novo jeito de advogar."</i> O evento ocorreu nas dependências da Faceli.	04
Abril/2018	Mutirão	Acadêmicos do 1º período de Direito da Faceli, participam do mutirão da 1ª Vara Cível e o da 2ª Vara de Família da Comarca de Linhares.	04 (por dia)
23/04/2018	Roda de Conversa	Acadêmicos do curso de Direito da Faceli participam do 1º Bate Papo Acadêmico:	03

		feminicídio – desafios encontrados e soluções apontadas. O evento foi promovido pelo Diretório Central de Estudantes e ocorreu no auditório da Faculdade Pitágoras de Linhares/ES.	
28/04/2018	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica a população. O evento ocorreu no Bairro Shell em Linhares/ES e foi promovido pela Secretaria Municipal de Cultura.	04
14/05/2018	Visita Técnica	Acadêmicos de Direito da Faceli fazem visita de estudo na Câmara dos Vereadores de Linhares.	02
25/05/2018	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Seminário integrado nas disciplinas “Teoria Geral do Direito” e “Iniciação a Pesquisa Científica”, envolvendo leitura e apresentação de obras clássicas jurídicas.	04
25/05/2018	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do II Seminário de Direito do Trabalho da Faceli. O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	04
27/05/2018	Caminhada Educativa	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares, participam da Caminhada Ecológica realizada pela Associação dos Moradores do Interlagos, em Linhares/ES.	05
08/06/2018	Júri Simulado	Acadêmicos do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Júri Simulado – atividade desenvolvida na disciplina Direito Processual Penal I, que ocorreu nas dependências do	04

		Plenário do Júri, em Linhares/ES.	
21/06/2018	Roda de Conversa	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da roda de Conversas <i>"Quando o Brasil parou: desafios sociais e jurídicos da greve dos caminhoneiros"</i> . O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	04
09/08/2018	Palestras	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Ciclo de Palestras Jurídicas – Homenagem ao Dia do Estudante e Dia do Advogado. O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	02
10/08/2018	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica a população. O evento ocorreu na EMEF Caboclo Bernardo, no Bairro Planalto em Linhares/ES e foi promovido pela Secretaria Municipal de Educação.	04
25/08/2019	Simpósio	Acadêmicos do curso de Direito da Faceli participam do 3º Simpósio de Direito Notarial e Registral, promovido pelo Colégio Notarial do Brasil.	08
03/09/2018	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do evento "Universidade: extensão, pesquisa e extensão", promovido pela Associação dos Professores Efetivos da Faceli (ADEF). O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	12
05/09/2018	Visita Técnica	Acadêmicos do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares fazem visita técnica na PRL (Penitenciária Regional de Linhares).	05
18 e 19 /10/2018	Congresso	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares fazem visita	14

		monitorada Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.	
		Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Congresso Estadual da Faceli, em homenagem aos 30 anos da CF/88, promovido pela Associação dos Professores Efetivos da Faceli (ADEF). O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	
20/10/2018	Caminhada Educativa	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares, participam da Caminhada Outubro Rosa pelo Hospital Rio Doce, em Linhares/ES.	02
20/10/2018	Debate	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Debate das candidatas a presidência da OAB – Linhares. O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	02
26/10/2018	Mini Curso	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do mini curso <i>"Primeiros Passos na Área Previdenciária."</i> O evento ocorreu no auditório da UAB.	03
30/10/2018	Seminário	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do I Seminário de Direito Penal e Criminologia da Faceli. O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	04
20/11/2018	Lançamento de Livro da Faceli	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da Cerimônia de lançamento do livro "Temas de Direito Tributário". O evento ocorreu nas dependências da Faceli.	02

25/11/2018	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica a população. O evento ocorreu na EMEF Zeferino, no Bairro Santa Cruz em Linhares/ES e foi promovido empresa Trop Leão.	07
27/11/2018	Visita Monitorada	Acadêmicos do 6º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam de visita monitora ao Lar da Fraternidade e ao Lar dos Idosos, localizados em Linhares/ES.	02
07 a 14 /12/2018	Mutirão	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da ação de "Regularização Fundiária" promovida pelo Núcleo Jurídico de Políticas Públicas (NJPP) da Procuradoria do Município de Linhares, no bairro Santa Cruz.	20
20/02/2019	Roda de Conversa	Acadêmicos do 2º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da roda de conversas com os membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB/ES (3ª Subseção de Linhares). O evento ocorreu nas dependências da Faculdade Faceli.	02
21/02/2019	Palestra	Acadêmicos do 6º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da palestra, promovida pela OAB/ES (3ª Subseção de Linhares) com o tema " <i>Técnicas de Cumprimento Forçado da Obrigação de Prestar Alimentos</i> ". O evento ocorreu no auditório da OAB/ES (subseção Linhares).	03
21 a 28 /02/2019	Mutirão	Acadêmicos do 1º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Mutirão na 2ª Vara Cível e na 2ª	20

		Vara de Família da Comarca de Linhares. O evento ocorreu nas dependências do Fórum de Linhares/ES.	
13 e 18 /03/2019	Visita Técnica	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares fazem visita técnica ao IASES (Instituto de Atendimento Sócio Educativo).	04
20/03/2019	Roda de Conversa	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da roda de conversas acerca do tema " <i>Lei Anticrime: boa ou ruim.</i> " O evento ocorreu nas dependências do auditório da UAB.	03
02/04/2019	Visita Técnica	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares fazem visita técnica na PRL (Penitenciária Regional de Linhares).	05
08/04/2019	Visita Técnica	Acadêmicos de Direito da Faceli fazem visita de estudo na Câmara dos Vereadores de Linhares.	02
23/04/2019	Visita Técnica	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares fazem visita técnica na CDRL (Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares).	05
01/05/2019	Trabalho Voluntário	Orientação Jurídica a população. O evento ocorreu na EMEF Zeferino, no Bairro Santa Cruz em Linhares/ES e foi promovido Igreja Monte Sião.	04
22/05/2019	Palestras	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Ciclo de Palestras denominado " <i>Direito e Diversidade</i> ". O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	04
23/05/2019	Roda de	Acadêmicos do 8º; 9º e 10º períodos do curso	02

	Conversa	de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam da roda de conversas com os membros da Comissão dos Jovens Advogados da OAB/ES (3ª Subseção de Linhares). O evento ocorreu nas dependências da Faculdade Faceli.	
28/05/2019	Júri Simulado	Acadêmicos do 7º período do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do Júri Simulado – atividade desenvolvida na disciplina Direito Processual Penal I, que ocorreu nas dependências do Plenário do Júri, em Linhares/ES.	04
08 e 09/10/2019	II Congresso Estadual	Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade de Ensino Superior de Linhares participam do II Congresso Estadual da Faceli, com o Tema: 130 Anos de República, promovido pela Faceli. O evento ocorreu no auditório da UAB, em Linhares/ES.	20

Quadro 17 – Relação de eventos de 2017 a 2019.

18 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

A administração da Faceli é norteada pelo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Regimento da Instituição. Os cursos de graduação são orientados, também, pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs. As decisões referentes à administração acadêmica dos cursos passam pela análise e aprovação do Conselho Superior – Consup.

A Diretoria Acadêmica é responsável pelo planejamento, administração, coordenação, controle e pela avaliação de todas as atividades acadêmicas da Faculdade. O Diretor Acadêmico da Faceli é nomeado de acordo com o Estatuto e referendado pelo Conselho Curador da Fundação Faceli para exercer as atribuições no âmbito de sua competência.

São atribuições do Diretor Acadêmico:

- I. planejar, organizar, coordenar, controlar e avaliar as atividades desenvolvidas na Faceli;
- II. convocar e presidir sessões do Consup e outras reuniões gerais;
- III. conferir graus acadêmicos, junto ao Presidente da Fundação, assinar diplomas, títulos, certificados, certidões e demais documentos decorrentes das atividades regulares e/ou extracurriculares desenvolvidas na Instituição;
- IV. zelar pela manutenção da ordem e da disciplina no âmbito da Instituição;
- V. propor à Presidência da Fundação a admissão, promoção, afastamento e dispensa de pessoal docente e técnico, no âmbito de sua competência;
- VI. instituir comissões para a realização de processos seletivos;
- VII. nomear comissões para fins pedagógicos, administrativos, científicos e disciplinares;
- VIII. assegurar o cumprimento do Programa de Avaliação Institucional;
- IX. dar parecer aos pedidos de aplicação de penalidades, feitos pelos Coordenadores de Cursos e outras coordenações para aplicação aos docentes e discentes;
- X. autorizar, previamente, as publicações que envolvam responsabilidade da Faceli, ouvida a presidência da Fundação;
- XI. propor revisão de matéria objeto de decisões dos colegiados, no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da decisão ou da comunicação ao interessado;
- XII. comunicar à presidência da Fundação as ocorrências que fogem à sua competência, no que diz respeito aos membros do corpo docente, discente, técnico-administrativo, bem como aos setores e seções de apoio e assessoramento;
- XIII. apresentar à presidência da Fundação, após o encerramento do ano letivo, o relatório anual de trabalho, depois de apreciado pelo Consup;
- XIV. assinar acordos, contratos, convênios e parcerias com instituições públicas e/ou privadas, com anuência da presidência da Fundação;

- XV. deliberar sobre os regulamentos dos serviços setoriais administrativos, sob sua competência;
- XVI. coordenar as ações de planejamento do Calendário Acadêmico e do Plano Estratégico Anual da Faceli, execução e avaliação das atividades relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando a sua integração;
- XVII. deliberar sobre os currículos dos cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- XVIII. deliberar sobre os projetos pedagógicos de cursos Sequenciais, Tecnológico, de Graduação e de Pós-Graduação;
- XIX. aprovar planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística, cultural, atividades de extensão e estágio, aprovando o regulamento dessas atividades;
- XX. deliberar sobre aceleração de estudos de alunos que tenham extraordinário desempenho acadêmico, por meio de provas e outros instrumentos de avaliação;
- XXI. aprovar as regulamentações complementares para a organização e funcionamento das coordenadorias de cursos de Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Pós-Graduação e de Apoio Acadêmico;
- XXII. enviar ao Consup as linhas básicas de Pesquisa propostas pela Coordenação de Pesquisa da Faceli;
- XXIII. supervisionar os trabalhos e atividades desenvolvidas pelos Coordenadores de Cursos;
- XXIV. aplicar penalidades regimentais de sua competência;
- XXV. delegar competências no âmbito de suas atribuições;
- XXVI. cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e demais diretrizes complementares oriundas do Consup ou da Presidência da Fundação; e
- XXVII. decidir os casos de natureza urgente ou que impliquem matéria omissa ou duvidosa neste Regimento *ad referendum* do Consup.

De acordo com o Regimento Institucional, as atividades de cada curso são planejadas no âmbito do colegiado, sendo dirigidas pelo Coordenador de Curso, com acompanhamento da Diretoria Acadêmica.

O Coordenador de Curso é indicado pelo Diretor Acadêmico e nomeado pela Presidência da Fundação para exercer as atribuições no âmbito de sua competência, nos aspectos pedagógico e administrativo. Isso requer um profissional que, além de formação adequada às funções, apresente um perfil proativo, inovador e criativo, pautado na ética profissional.

São atribuições do Coordenador de Curso:

- I. Responsabilizar-se por todas as atividades da Coordenação, convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
- II. Acompanhar a execução das atividades e projetos do curso;
- III. Apresentar, semestralmente, à Diretoria Acadêmica, o relatório de suas atividades;
- IV. Sugerir a contratação ou dispensa do pessoal docente, de estagiários e monitores;
- V. Selecionar monitores discentes para atuação junto aos alunos que apresentarem dificuldade de aprendizagem, bem como acompanhar as atividades da monitoria;
- VI. Encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos fixados pela Diretoria Acadêmica, os relatórios e informações sobre avaliações e frequência de alunos;
- VII. Colaborar com o(a) Diretor(a) Acadêmico(a) na organização do Calendário Acadêmico e do Plano Estratégico Anual da Faculdade;
- VIII. Organizar e controlar as atividades acadêmicas e administrativas do curso, zelando pelo cumprimento do Calendário Acadêmico e do Plano Estratégico Anual da Faceli;
- IX. Acompanhar a frequência, o comportamento e o desempenho discente e docente, zelando pela educação do(a) cidadão(ã) / aluno(a) em

cooperação com os(as) professores(as) e demais profissionais que atuam na Instituição;

- X. Propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento, para a criação de cursos de Graduação, Sequenciais, Tecnológicos ou de Pós-Graduação e o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de estágio, de extensão ou eventos extracurriculares, culturais ou desportivos;
- XI. Decidir, após pronunciamento do(a) professor(a) da disciplina, sobre aproveitamento e adaptações de estudos dos alunos;
- XII. Manter organizada e atualizada toda a documentação pertinente ao curso e ao corpo docente;
- XIII. Supervisionar as instalações físicas, laboratórios e equipamentos do curso e solicitar a aquisição de materiais bibliográficos e equipamentos específicos do curso, em parceria com o Colegiado;
- XIV. Responsabilizar-se pelo acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatórios junto à Coordenação de Estágio;
- XV. Buscar o estabelecimento de parcerias com empresas e/ou instituições, visando aproximar o curso da comunidade externa por meio de estágios, projetos de extensão e atividades complementares;
- XVI. Deliberar sobre requerimentos dos discentes no que se refere ao trancamento e destrancamento de matrícula, transferências e sobre aproveitamento de estudos, adaptações de discentes transferidos ou portadores de diploma de ensino superior, em articulação com a Secretaria Acadêmica;
- XVII. Participar das atividades relacionadas aos processos seletivos, quando solicitado;
- XVIII. Emitir certificados relativos às atividades do curso, juntamente com o(a) Diretor(a) Acadêmico(a);

- XIX. Atuar, eventualmente, ou em caso de excepcionalidade, como docente do seu Colegiado, ministrando disciplinas em outros cursos, desde que tenham aderência à sua formação acadêmica.

19 COORDENADOR DO CURSO

A coordenação do Curso de Direito está a cargo do professor **Me. Bernardo Augusto Gomes Rodrigues**. O coordenador é auxiliado em suas atividades pelo pessoal técnico-administrativo necessário ao funcionamento do curso.

19.1 Currículo do coordenador: formação acadêmica

FORMAÇÃO ACADÊMICA TITULAÇÃO	TEMPO DE EXERCÍCIO NA IES (Data de admissão na IES)	TEMPO DE EXERCÍCIO NA FUNÇÃO DE COORDENADOR (Data da Portaria de designação para o cargo)
- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Teófilo Otoni – 2002 - Especialista em Processo Civil pela Faculdade Integradas de Vitória - FDV – 2005 - Especialista em Direito Ambiental pela VRB - Ensino - 2009 - Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Vale do Cricaré – 2009	08 anos	3 anos e 5 meses Portaria nº 003/2017, de 02/01/2017.

• Mestre em Desenvolvimento Regional, Educação, Gestão Social pela Faculdade Vale do Cricaré - 2015		
---	--	--

Quadro 18. Formação acadêmica do coordenador

19.2 Experiência profissional no magistério

Iniciou sua vida profissional como advogado, em 2003 e enquanto docente na graduação de Direito, em 2009. Assim, possui experiência de 10 (dez) anos, como docente de ensino superior, atuando como regente de classe no curso de graduação em Direito, nas seguintes áreas: Direito Civil e Direito Constitucional, na Faculdade Vale do Cricaré, em São Mateus, e nas Faculdades Pitágoras e FACELI, ambas em Linhares/ES.

Também atuou como docente no ensino médio durante 02 (dois) anos, na disciplina de História, na Escola Projetar, localizada no município de Linhares/ES.

19.3 Experiência profissional fora do magistério

A partir de 2003 passou a exercer a profissão de advogado na área cível. Assumiu em 2015 como assessor jurídico na organização ACADES, atuando na Unidade de Internação de Adolescente em Conflito com a Lei na cidade de Linhares, permanecendo até 2016, quando solicitou a rescisão do contrato de trabalho.

Possui experiência profissional como Coordenador de Curso de Direito, por 10 (dez) anos, no município de Linhares/ES:

- PITÁGORAS – Faculdade Pitágoras de Linhares – ES
Cargo: Coordenador do Curso de Direito.
- AMAIS – Associação de Meio Ambiente, Inovação e Sustentabilidade
Cargo: Presidente.
- FACELI – Faculdade de Ensino Superior de Linhares – ES
Cargo: Coordenador do Curso de Direito.

20 COLEGIADO DE CURSO

O colegiado do curso de Direito é formado pelos professores das disciplinas ministradas no semestre letivo em vigor, por um representante do corpo discente, eleito por seus pares para um mandato de 1 (um) ano, sendo dirigido pelo Coordenador do Curso. Todos os membros possuem voz e voto.

O Colegiado se reunirá, ordinariamente, em datas fixadas pela coordenação do curso e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação da Direção Acadêmica.

As competências do Colegiado do Curso são estabelecidas pelo Regimento da Faceli.

21 CORPO DOCENTE DO CURSO

21.1 FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CORPO DOCENTE

O corpo docente atual é composto por 23 (vinte e três) professores sendo 04 (quatro) doutores, 17 (dezessete) mestres e 02 (dois) especialistas, a saber:

Nome dos Docentes	Formação Acadêmica Graduação	Titulação Máxima
Alex Roberto Machado	Psicologia	Doutor
Antônio César Machado da Silva	Ciências Sociais Licenciatura	Doutor
Elisa Fabris de Oliveira	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	Mestre
Fábio Tavares	Direito	Mestre
Gustavo Moulin Ribeiro	Direito	Mestre
Helio Sischini de Carli	Direito	Especialista
Jackelline Fraga Pessanha	Direito	Mestre
Jakeline Martins Silva Rocha	Direito	Mestre
Lara Ferreira Lorenzoni	Direito	Mestre
Ludimila Caliman Campos	História e Artes	Doutora
Marcos Nazareno Patrício	Letras Português	Mestre

Marcos Rodrigues Saúde	Ciência da Computação	Mestre
Ozório Vicente Netto	Direito	Mestre
Pedro da Silva Henrique Menezes	Direito	Mestre
Raphael Maia Rangel	Direito	Mestre
Rhuan Maraçati Sponfeldner	Direito	Mestre
Rodrigo Reis Cyrino	Direito	Mestre
Rodrigo Santos Neves	Direito	Mestre
Sandro Dau	Filosofia	Doutor
Selma Segato Vieira	Direito	Especialista
Silvanir Destefani Sartori	Direito	Mestre
Suelen Agum dos Reis	Direito	Mestre
Tiago Cação Vinhas	Direito	Mestre

Quadro 19. Formação acadêmica do corpo docente.

21.2 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO OU NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Todos os docentes que atuam no Curso de Direito possuem experiência no magistério, em anos, da seguinte forma:

Nome dos Docentes	Magistério do Ensino Superior	Magistério no Ensino Profissional
Alex Roberto Machado	18 anos	-
Antônio César Machado da Silva	08 anos	-
Elisa Fabris de Oliveira	03 anos	-
Fábio Tavares	17 anos	-
Gustavo Moulin Ribeiro	05 anos	-
Helio Sischini de Carli	-	-
Jackelline Fraga Pessanha	07 anos	-
Jakeline Martins Silva Rocha	14 anos	-
Lara Ferreira Lorenzoni	02 anos	-
Ludimila Caliman Campos	05 anos	-
Marcos Nazareno Patrício	11 anos	-
Marcos Rodrigues Saúde	11 anos	05 anos

Ozório Vicente Netto	06 anos	-
Pedro da Silva Henrique Menezes	04 anos	-
Raphael Maia Rangel	03 anos	-
Rhuan Maraçati Sponfeldner	02 anos	-
Rodrigo Reis Cyrino	03 anos	-
Rodrigo Santos Neves	18 anos	-
Sandro Dau	21 anos	-
Selma Segato Vieira	11 anos	-
Silvanir Destefani Sartori	02 anos	-
Suelen Agum dos Reis	07 anos	-
Tiago Cação Vinhas	05 anos	-

Quadro 20. Experiência profissional no magistério ou na educação profissional

21.3 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL FORA DO MAGISTÉRIO

Nome dos Docentes	Experiência Profissional fora do Magistério
Alex Roberto Machado	05 anos
Antônio César Machado da Silva	-
Elisa Fabris de Oliveira	03 anos
Fábio Tavares	17 anos
Gustavo Moulin Ribeiro	12 anos
Helio Sischini de Carli	06 anos
Jackelline Fraga Pessanha	07 anos
Jakeline Martins Silva Rocha	20 anos
Lara Ferreira Lorenzoni	05 anos
Ludimila Caliman Campos	-
Marcos Nazareno Patrício	-
Marcos Rodrigues Saúde	22 anos
Ozório Vicente Netto	08 anos
Pedro da Silva Henrique Menezes	10 anos
Raphael Maia Rangel	08 anos
Rhuan Maraçati Sponfeldner	05 anos
Rodrigo Reis Cyrino	15 anos

Rodrigo Santos Neves	18 anos
Sandro Dau	-
Selma Segato Vieira	14 anos
Silvanir Destefani Sartori	10 anos
Suelen Agum dos Reis	07 anos
Tiago Cação Vinhas	13 anos

Quadro 21. Experiência profissional fora do magistério.

Alex Roberto Machado

- Servidor Público, Enquadramento Funcional: Agente Administrativo
- Serviços técnicos especializados - Secretaria Municipal de Saúde de Governador Valadares – MG
- Consultório Particular de Psicologia

Antônio César Machado da Silva

- Não possui

Elisa Fabris de Oliveira

- Único Comunicação
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac.

Fábio Tavares

- Prefeitura Municipal de Aracruz – ES – Cargo: Controlador Geral
- Prefeitura Municipal de Ibiraçu – ES - Cargo: Controlador Geral
- Prefeitura Municipal de Ibiraçu – ES - Cargo: Advogado
- Prefeitura Municipal de Ibiraçu – ES – Cargo: Procurador Municipal.

Gustavo Moulin Ribeiro

- Magistratura Federal (Juiz Federal)

Helio Sischini de Carli

- Advocacia Particular.

Jackelline Fraga Pessanha

- Assistente de Gabinete de Desembargador do TJES.
- Advocacia Particular.
- Assessora de Promotor de Justiça do MPES.

Jakeline Martins Silva Rocha

- Advocacia Particular.
- Mediadora Judicial com habilitação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Lara Ferreira Lorenzoni

- Advocacia Particular

Ludimila Caliman Campos

- NEP- Núcleo Educacional Praia da Costa - Itaparica e Praia da Costa, Vínculo: Prestação de serviço - Enquadramento Funcional: Prestação de serviço - Escritora de livro didático na área de História para o Ensino Fundamental.

Marcos Nazareno Patrício

- Não possui

Marcos Rodrigues Saúde

- Desenvolvedor de sistemas de informação no Tribunal de Contas do Estado do ES

- Analista de Sistemas da empresa Artsoft Informática
- Oficial de Justiça no Tribunal de Justiça do ES
- Professor na Faculdade Pitágoras de Linhares, Coordenador dos cursos de Sistemas de Informação, Engenharia Elétrica e Tecnólogo em Redes de Computadores

Ozório Vicente Netto

- Advocacia Particular

Pedro da Silva Henrique Menezes

- Advocacia Particular

Raphael Maia Rangel

- Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo: Cargo: Defensor Público do Estado
- Advogado Público Federal
- Advocacia Particular

Rhuan Maraçati Sponfeldner

- Servidor da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo
- Escrivão da Polícia Civil

Rodrigo Reis Cyrino

- Advocacia Particular
- Analista Judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
- Assessor da Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo
- Oficial da Justiça Federal do Tribunal Regional do Trabalho (1ª Região)
- Tabelião
- Presidente do Colégio Notarial do Brasil – Seção Espírito Santo

- Vice-Presidente Regional da Região Sudeste do Conselho Federal do Colégio Notarial do Brasil
- Diretor do Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo (SINOREG)

Rodrigo Santos Neves

- Advocacia Particular.
- Procurador do Município de Linhares.

Sandro Dau

- Pesquisador

Selma Segato Vieira

- Assessora Jurídica do Instituto de Previdência.
- Assessora Jurídica do Sindicato dos Servidores Público de Linhares
- Advocacia Particular.

Silvanir Destefani Sartori

- Assistente de Recursos Humanos da Brasil Center Comunicações Ltda
- Coordenador de Departamento Pessoal SVA – Segurança e Vigilância Armada Ltda
- Assistente Administrativo em atividades de Administração de Pessoal – SENAC/ES
- Assistente Administrativo em atividades de Administração de Pessoal – VSG – Vigilância e Segurança em Geral
- Coordenador de Departamento Pessoal Conserve Serviços Gerais Ltda

Suelen Agum dos Reis

- Prefeitura Municipal de Vitória de 2011 a 2015 - 4 anos completos.

- Atuou como Assessora Técnica do gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória-ES de outubro de 2013 a março de 2015, das diversas áreas da secretaria no acompanhamento dos processos administrativos, e na Gerência Orçamentária e Financeira, no setor de contratos e convênios.
- Tutoria - UFES 2014 - Tutora à distância do polo de Ecoporanga do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça - GPPGR.
- Fundação educacional monte belo 2010 - 2011 Atuante no Centro de Referência da Juventude (CRJ) da Prefeitura Municipal de Vitória em 2008; no projeto "Atitude jovem" em 2009; e no último ano como assessora técnica da junto à Coordenação de Contratos e Convênios.

Tiago Cação Vinhas

- Advocacia Particular

21.4 DOCENTES COM FORMAÇÃO ADEQUADA ÀS DISCIPLINAS MINISTRADAS

Os docentes atuantes no Curso de Bacharelado em Direito, **no semestre de 2019/2**, correspondente à Organização Curricular de 2017, têm formação e adequação para as disciplinas que lecionam, conforme listado abaixo:

Nome do Docente	Formação Acadêmica Graduação	Disciplinas
Alex Roberto Machado	Psicologia	• Psicologia Jurídica
Antônio César Machado da Silva	Ciências Sociais Licenciatura	• Metodologia da Pesquisa • TCC I – Projeto de Pesquisa
Elisa Fabris de Oliveira	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	• Iniciação à Pesquisa Científica

Fábio Tavares	Direito	• Direito Civil II • Direito Civil III • Direito Civil VI
Gustavo Moulin Ribeiro	Direito	• Teoria da Constituição • Direito Constitucional I • Tópicos Especiais Avançados
Helio Sischini de Carli	Direito	• Estágio de Prática Jurídica I e II
Jackelline Fraga Pessanha	Direito	• Direitos Humanos e História da Cultura Afro • Direito do Consumidor • Direito Ambiental • Tutela dos Interesses Difusos e Coletivos
Jakeline Martins Silva Rocha	Direito	• Teoria Geral do Direito • Direito Empresarial I • Direito Empresarial II • Integradora IV
Lara Ferreira Lorenzoni	Direito	• Direito Penal I • Direito Penal II • Direito Penal III • Prática Jurídica III (Penal) • Optativa III (Criminologia)
Ludimila Caliman Campos	História e Artes	• Homem, Cultura e Sociedade
Marcos Nazareno Patrício	Letras Português	• Linguagem Jurídica
Marcos Rodrigues Saúde	Ciência da Computação	• Informática Aplicada ao Direito
Ozório Vicente Netto	Direito	• Direito do Trabalho I • Direito Processual do Trabalho I • Direito Processual do Trabalho II • Prática Jurídica IV

		(Trabalhista)
Pedro da Silva Henrique Menezes	Direito	• Teoria Geral do Processo • Direito Processual Civil I • Direito Processual Civil III • Direito Processual Civil IV
Raphael Maia Rangel	Direito	• Direito do Trabalho II • Direito Processual Civil II • Juizados Especiais • Prática Jurídica I (Cível) • Optativa II (Direito Imobiliário) • Optativa IV (Mediação e Arbitragem)
Rhuan Maraçati Sponfeldner	Direito	• Direito Penal IV • Direito Processual Penal I • Direito Processual Penal II
Rodrigo Reis Cyrino	Direito	• Direito Constitucional II • Direito Tributário I • Direito Tributário II
Rodrigo Santos Neves	Direito	• Direito Internacional Público e Privado • Direito Administrativo I • Direito Administrativo II • Integradora II
Sandro Dau	Filosofia Sociologia	• Filosofia Jurídica • Lógica e Argumentação Jurídica
Selma Segato Vieira	Direito	• Estágio de Prática Jurídica III e IV
Silvanir Destefani Sartori	Direito	• Ciência Política e TGE • Integradora I • Integradora III

		• Prática Jurídica II (Cível) • Optativa I (Direito Eleitoral) • Ética Profissional
Suelen Agum dos Reis	Direito	• História e Institutos Jurídicos • Direito Agrário • Direito Previdenciário
Tiago Cação Vinhas	Direito	• Direito Civil I • Direito Civil IV • Direito Civil V

Quadro 22. Docentes com formação adequada às disciplinas ministradas.

A previsão dos docentes para atuar no Curso de Bacharelado em Direito, de acordo com a **Matriz Curricular de 2020**, têm formação e adequação para as disciplinas que lecionam, conforme listado abaixo:

Nome do Docente	Formação Acadêmica Graduação	Disciplinas
Alex Roberto Machado	Psicologia	• Psicologia Jurídica
Antônio César Machado da Silva	Ciências Sociais Licenciatura	• Metodologia Científica • TCC I – Projeto de Pesquisa
Fábio Tavares	Direito	• Direito Civil II (Obrigações e Atos Unilaterais de Vontade) • Direito Civil IV (Contratos) • Direito Civil VI (Família)
Gustavo Moulin Ribeiro	Direito	• Teoria da Constituição • Ciência Política e TGE • Direito Constitucional II
Helio Sischini de Carli	Direito	• Estágio de Prática Jurídica III e IV
Jackelline Fraga Pessanha	Direito	• Direito do Consumidor

		• Direito Ambiental • Estatutos Protetivos
Jakeline Martins Silva Rocha	Direito	• Introdução ao Estudo do Direito • Direito Empresarial I • Direito Empresarial II (Títulos de Crédito e Falência)
Lara Ferreira Lorenzoni	Direito	• Direito Penal I (Parte Geral I) • Direito Penal II (Parte Geral II) • Direito Penal IV (Parte Especial) • Prática Penal
Ludimila Caliman Campos	História e Artes	• Sociologia Geral e Jurídica
Marcos Nazareno Patrício	Letras Português	• Linguagem Jurídica
Marcos Rodrigues Saúde	Ciência da Computação	• Informática Aplicada ao Direito
Ozório Vicente Netto	Direito	• Direito do Trabalho I • Direito Processual do Trabalho I • Direito Processual do Trabalho II • Prática Trabalhista
Pedro da Silva Henrique Menezes	Direito	• Teoria Geral do Processo • Direito Processual Civil I (Processo de Conhecimento) • Direito Processual Civil III (Execuções) • Direito Processual Civil IV (Procedimentos de Juizado Especial)
Raphael Maia Rangel	Direito	• Direito do Trabalho II • Direito Processual Civil II (Recursos)
Rhuan Maraçati	Direito	• Direito Penal III (Parte Especial)

Sponfeldner		• Direito Processual Penal I • Direito Processual Penal II
Ricardo Silveira da Paixão	Economia	• Economia
Rodrigo Reis Cyrino	Direito	• Direito Tributário I • Direito Tributário II • Direito Constitucional I
Rodrigo Santos Neves	Direito	• Direito Internacional Público • Direito Administrativo I • Direito Administrativo II
Sandro Dau	Filosofia Sociologia	• Filosofia Geral e Jurídica
Selma Segato Vieira	Direito	• Estágio de Prática Jurídica I e II
Silvanir Destefani Sartori	Direito	• Ética Profissional • Prática Cível
Suelen Agum dos Reis	Direito	• História do Direito • Direitos Humanos • Direito da Seguridade Social
Tiago Cação Vinhas	Direito	• Direito Civil I (Parte Geral) • Direito Civil III (Responsabilidade Civil e Teoria Geral dos Contratos) • Direito Civil V (Coisas) • Direito Civil VII (Sucessões)

Quadro 23. Docentes com formação adequada às disciplinas ministradas.

21.5 PRODUÇÃO DOCENTE

Os docentes que atuam no Curso de Graduação em Direito têm a seguinte produção científica, que está comprovada documentalmente na sua pasta individual arquivada no Setor de RH:

Nome dos Docentes	Produção Científica
-------------------	---------------------

Alex Roberto Machado	3 artigos completos publicados 3 capítulos de livros publicados 21 resumos publicados em anais de congressos
Antônio César Machado da Silva	01 livro publicado 01 capítulo de livro 05 artigos completos publicados 05 trabalhos completos publicados em anais em congressos 11 resumos publicados em anais de congressos
Elisa Fabris de Oliveira	02 artigos completo publicado 04 capítulos de livros publicados 03 resumos publicados em anais de congressos 02 artigos aceitos para publicação 09 trabalhos apresentados em eventos
Fábio Tavares	2 artigos completos publicados em periódicos
Helio Sischini de Carli	2 artigos completos publicados em revista científica
Gustavo Moulin Ribeiro	3 artigos completos publicados 1 capítulo de livro publicado
Jackelline Fraga Pessanha	46 artigos científicos completos publicados em periódicos e/ou livros). 4 Artigos aceitos para publicação. 10 Capítulos de livros. 2 Artigos publicados em anais de Congresso. 2 Trabalhos publicados em evento. 11 Textos em jornais e/ou revistas publicadas. 11 Apresentações de trabalhos em Congressos e Eventos
Jakeline Martins Silva Rocha	4 artigos completos publicados 1 capítulo de livro publicado

Lara Ferreira Lorenzoni	02 artigos completos publicados em periódicos 01 capítulo de livro publicado 03 artigos publicados em anais de congressos
Ludimila Caliman Campos	14 artigos completos publicados em periódicos 02 capítulos de livros publicados 06 artigos publicados em anais de congressos 02 resumos publicados em anais de congressos 22 apresentações de trabalhos
Marcos Nazareno Patrício	01 artigo publicado em revista
Marcos Rodrigues Saúde	03 artigos publicados em anais de congressos 01 artigo aceito para publicação 01 texto em jornal de notícia/revista 01 projeto de iniciação científica
Ozório Vicente Netto	03 artigos completos publicados
Pedro da Silva Henrique Menezes	08 artigos completos publicados 02 capítulos de livros publicados
Raphael Maia Rangel	02 livros publicados 01 capítulo de livro publicado 01 artigo aceito para publicação 02 textos em jornais de notícias/revistas
Rhuan Maraçati Sponfeldner	2 artigos aceitos para publicação
Rodrigo Reis Cyrino	02 livros como organizador 07 textos em jornais de notícias/revistas 16 artigos completos publicados
Rodrigo Santos Neves	03 livros publicados 09 capítulos de livros publicados 46 artigos aceitos para publicações em periódicos 02 textos em jornais de notícias e revistas 01 artigo publicado em anais de congressos 06 grupos de estudo
Sandro Dau	5 artigos completos publicados em periódicos.

	2 artigos aceito para publicação 12 livros publicados.
Selma Segato Vieira	-
Silvanir Destefani Sartori	2 capítulos de livros publicados. 1 artigo científico publicado. 6 apresentações de trabalho em congresso 1 evento como organizador 2 grupos de estudo
Suelen Agum dos Reis	3 artigos científicos publicados. 4 capítulos de livros publicados. 2 artigos aceitos para publicação. 3 eventos como organizadora.
Tiago Cação Vinhas	1 capítulo de livro publicado. 1 resumo publicado em anais de congresso.

Quadro 24. Produção docente.

21.6 APOIO PEDAGÓGICO AOS DOCENTES

O apoio pedagógico aos docentes da Faceli é realizado pelos coordenadores dos cursos e dos profissionais que atuam na Assessoria Pedagógica.

Sempre que necessário e/ou nos períodos previstos em calendário para Capacitação Docente, são convidados profissionais com conhecimentos pedagógicos para acompanhamento qualitativo das atividades de ensino, tendo em vista o aprimoramento do processo ensino-aprendizagem e sua compatibilização com as políticas da Faculdade.

22 PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

A estrutura administrativa da Faceli foi institucionalizada pela Lei nº 3.501, de 27 de abril de 2015.

Em março de 2016 foi aprovada a Lei Complementar nº 032, de 09 de março de 2016 que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remunerações do Magistério Superior da Fundação Faculdades Integradas de Ensino Superior do Município de Linhares. Esta Lei representa a garantia da continuidade do planejamento de longo

prazo da Faculdade, as políticas de progressão funcional do quadro de docentes e a continuidade do padrão de serviços prestados à comunidade e aos estudantes.

23 REFERÊNCIAS

ANUÁRIO do Espírito Santo. Rede Gazeta. 2018.

BRASIL. MEC. Parecer CNE/CES nº 150/2013, de 5 de junho de 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991&Itemid=866> Acesso em 30 de outubro de 2014.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em 12/04/2019.

